

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO

Cirone Rodrigues de Almeida

REINO DE DEUS EM LUCAS 6,20-26, NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E
NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

GOIÂNIA-GO
2023

CIRONE RODRIGUES DE ALMEIDA

REINO DE DEUS EM LUCAS 6,20-26, NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E
NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião sob orientação do professor Doutor Valmor da Silva.

GOIÂNIA-GO

2023

Catologação na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

A447r Almeida, Cirone Rodrigues de

Reino de Deus em Lucas 6,20-26, na teologia da libertação nas comunidades eclesiais de base / Cirone Rodrigues de Almeida.-- 2023.

112 f.

Texto em português, com resumo em inglês.

Orientador: Prof. Dr. Valmor da Silva.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2023.

Inclui referências: f. 101-112.

1. Reino de Deus. 2. Lucas - Evangelista, Santo. 3. Teologia da Libertação. 4. Comunidades Eclesiais de Base. I. Silva, Valmor da - 1951-. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - 16/08/2023. III. Título.

CDU: 27-147-175.7(043)



**PUC
GOIÁS**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPE
Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – CPGSS
Escola de Formação de Professores e Humanidades - EFPH

REINO DE DEUS EM LUCAS 6,20-26, NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E NAS
COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 16 de agosto de 2023.

CIRONE RODRIGUES DE ALMEIDA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás

Prof. Dr. Joel Antônio Ferreira / PUC Goiás

Prof. Dr. Ildo Perondi/ PUC-PR

Prof. Dr. Mariosan de Sousa Marques / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Lizandro Poletto/ Centro Universitário Alfredo Nasser (Suplente)

Dedico este trabalho ao Espírito Santo pela inspiração e pelo dom da sabedoria a mim confiados e a todos (as) os (as) professores (as) que exercem o dom da sabedoria na transformação de uma sociedade mais justa e fraterna.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Pai Eterno, ao Espírito Santo e a Jesus (nós cristãos, chamamos de Santíssima Trindade) pela graça de realizar um sonho antigo que era estudar a Bíblia na PUC Goiás. Após persistência e dedicação essa oportunidade me foi concedida, pela qual sou imensamente grato.

Gratidão ao meu professor orientador Dr. Valmor da Silva, seu exemplo de educador, uma pessoa que ama sua profissão, me instigou a superar minha timidez alcançando voos mais altos, com o desenvolvimento e conclusão desta Dissertação. Agradeço a todos os professores do programa, que com maestria conduziram as aulas e conferências de maneira clara e profunda. Desde já, agradeço aos professores doutores que prontamente aceitaram ler minha dissertação e se fazerem presentes na minha banca de defesa.

Agradeço ao meu pai Cícero Modesto de Almeida que se encontra na glória eterna intercedendo por mim e a minha mãe Maria Tereza Rodrigues de Almeida que continuamente me motiva a permanecer firme nos meus estudos. Minha mãe embora não sabendo ler e escrever, sempre se preocupou com a educação dos filhos e filhas. Gratidão a todos(as) da minha família, que desde o início estiveram ao meu lado, me motivando e encorajando para que o meu sonho em cursar o mestrado em Ciências da Religião fosse concretizado.

Gratidão aos Frades Franciscanos Capuchinhos e às pastorais de rua por me ajudarem a reconhecer o CRISTO no pobre e excluído. Foi por meio da ótica franciscana que pude compreender que os evangelhos de Jesus Cristo continuam vivos e atuantes na defesa e promoção da vida dos pobres e excluídos.

RESUMO

ALMEIDA, Cirone Rodrigues de. *Reino de Deus em Lucas 6,20-26, na Teologia da Libertação e nas Comunidades Eclesiais de Base*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2023.

Esta pesquisa analisa o conceito de Reino de Deus em Lucas (6,20-26), na Teologia da Libertação e nas Comunidades Eclesiais de Base. O interesse incide na compreensão do conceito de Reino de Deus nessas vertentes teológicas como construto de uma sociedade alicerçada nos ensinamentos bíblicos para a superação das desigualdades sociais. O objetivo desta dissertação visa aprofundar no conhecimento por meio dos estudos a partir da perícopes e dos teóricos a possibilidade da concretização deste anúncio de Jesus na atualidade. O cenário em que se encontram os Bem-aventurados da comunidade lucana por si só revela os pobres, famintos, perseguidos e pessoas chorando como fato recorrente. No outro lado desta realidade social encontram-se os ricos com suas mesas fartas de alimentos, sorridentes, rodeados de falsos profetas e bajuladores. Este recorte bíblico serve de lupa para a Teologia da Libertação ler e interpretar a situação dos pobres na América Latina e no Brasil. O método histórico crítico de interpretação da Bíblia possibilita enxergar as injustiças como causas que levaram os Bem-aventurados padecerem nas periferias. É com a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base que os Bem-aventurados latino-americanos têm a oportunidade de vivenciarem os valores do Reino de Deus em comunidade. De solidariedade as CEBs compreendem bem, pois faz parte de sua essência. Por meio dos movimentos sociais e ação comunitária são respostas assertivas para uma sociedade mais justa e fraterna. Os círculos bíblicos e os mutirões solidários expressam claramente as palavras de Jesus que permanecem vivas e atuantes. Finalmente, o conceito de Reino de Deus, nas três vertentes teológicas, simboliza a justiça de Deus que promove os injustiçados dando-lhes condições e dignidades de filhos e filhas de Deus.

Palavras-chave: Bem-aventuranças, Reino de Deus, Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base, justiça.

ABSTRACT

ALMEIDA, Cirone Rodrigues de. Kingdom of God in Luke 6,20-26, in Liberation Theology and in the Base Ecclesial Communities. Dissertation (Master in Religious Sciences). Goiânia: Pontifical Catholic University of Goiás, 2023.

This research analyzes the concept of the Kingdom of God in Luke (6,20-26), in Liberation Theology and in the Basic Ecclesial Communities. The interest is to focus on understanding the concept of the Kingdom of God in these theological aspects as a construct of a society based on biblical teachings to overcome social inequalities. The aim of this dissertation is to deepen knowledge through studies based on the pericope and theorists on the existence of the possibility of realizing this proclamation of Jesus today. The scenario in which the blessed are found in the Lukan community reveals the poor, hungry, persecuted and people crying as a recurring fact. On the other side of this social reality are the rich with their tables full of food, smiling, surrounded by false prophets and flatterers. This biblical cutout serves as a magnifying glass for Liberation Theology to read and interpret the situation of the poor in Latin America and Brazil. The critical historical method of interpreting the Bible makes it possible to see injustices as causes that led the Blessed to suffer in the slums. It is with Liberation Theology and Base Ecclesial Communities (BECs) that the Blessed Latin Americans have the opportunity to experience the values of the Kingdom of God in unity. The BECs understand solidarity well, as it is part of their essence. Through social movements and community action, they are assertive responses to a more just and fraternal society. Biblical circles and solidarity efforts clearly express the words of Jesus that remain alive and active. Finally, the concept of the Kingdom of God, in the three theological aspects, symbolizes the justice of God that promotes the wronged, giving them conditions and dignities of children of God.

Keywords: Beatitudes, Kingdom of God, Liberation Theology, Base Ecclesial Communities, justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I. PERÍCOPE DAS BEM – AVENTURANÇAS EM LUCAS 6,20-26	
1.1 O EVANGELHO DE LUCAS	12
1.1.1 As Bem-aventuranças em Lucas 6,20-26	15
1.1.2 Texto das bem-aventuranças	15
1.1.3 Comparação sinótica	16
1.1.4 Análise textual	19
1.1.5 Análise da redação	19
1.1.6 Análise histórica	22
1.1.7 Império Romano	22
1.1.8 Situação dos pobres	25
1.2 ANÁLISE EXEGÉTICA DA PERÍCOPE VERSÍCULO POR VERSÍCULO	27
1.2.1 Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus (Lc 6,20)	29
1.2.2 Felizes vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados (Lc 6,20-21)	30
1.2.3 Felizes vós, que agora chorais, porque haveis de rir (Lc 6,21b)	32
1.2.4 Felizes sereis por serdes rejeitados, insultados por causa do Filho do Homem (Lc 6,22,22)	34
1.2.5 Mas, ai de vós, ricos, porque já tendes a vossa consolação! (Lc 6,24)	35
1.2.6 Ai de vós, que agora estais saciados, porque tereis fome! (Lc 6,25)	37
1.2.7 Ai de vós, que agora rides, porque conhecereis o luto e as lágrimas! (6,25b).37	
1.2.8 Os vossos pais tratavam bem os falsos profetas (Lc 6,26)	38
1.3 CONCEITO DE REINO DE DEUS EM LUCAS.....	39
1.3.1 O Reino de Deus como realidade presente	40
1.3.2 Os destinatários do Reino de Deus	41
CAPÍTULO 2. TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO INTERPRETA O CONCEITO DE REINO DE DEUS	
2.1.0 O REINO DE DEUS E OS POBRES DA AMÉRICA LATINA	46
2.1.1 Os pobres como lugar teológico	47
2.1.2 Opção profética e solidária	48

2.1.3 O Reino de Deus como razão da fé cristã	50
2.1.4 Dignidade humana e o Reino de Deus	52
2.1.5 O Reino de Deus é atualizado na prática da justiça	54
2.1.6 Os cooperadores do Reino de Deus na América Latina	56
2.1.7 O Reino de Deus como uma realidade existente entre nós	58
2.1.8 O Reino de Deus como serviço	59
2.1.9 O Reino de Deus e a superação da fome na América Latina	63
2.1.10 O Reino de Deus acolhe os odiados, insultados e perseguidos	66
2.1.11 O Reino de Deus como símbolo de resistência	69

CAPÍTULO 3. AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE ATUALIZAM O CONCEITO DE REINO DE DEUS

3.1.0 QUEM SÃO AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE.....	73
3.1.1 As CEBs atuam na promoção da vida	76
3.1.2 Os círculos bíblicos no jeito de ser Igreja	78
3.1.3 A espiritualidade do cuidado com o pobre	79
3.1.4 A música como expressão da alegria	81
3.1.5 CEBs partilha e comunhão	84
3.1.6 As CEBs trabalham para a superação da fome	86
3.1.7 Os excluídos (as) são acolhidos no Reino de Deus	90
3.1.8 O Reino de Deus entre os pobres	91
3.1.8.1 CEBs e o movimento negro	94
3.1.8.2 Os povos indígenas e as CEBs	95
3.1.8.3 As CEBs continuam vivas	96
Conclusão	98
Referências	101

INTRODUÇÃO

Tendo o panorama da América Latina e as situações em que se encontram os pobres, nasceu o interesse em desenvolver uma pesquisa com respostas convencíveis acerca das causas responsáveis pelo aumento da situação dos pobres, no curso de mestrado em Ciências da Religião na PUC Goiás. Com o tema o Reino de Deus em Lucas 6,20-26, na Teologia da Libertação e nas Comunidades Eclesiais de Base essa dissertação adentra no contexto histórico social de Jesus e da comunidade de Lucas analisando principalmente a situação dos Bem-aventurados (as) da época e da atualidade. O objeto de análise é o sermão da planície (Lc 6,20-26), Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base. O contexto de Jesus, região da Galileia e o Império Romano vigente na época ajudam compreender quem eram os Bem-aventurados (as) e como se encontravam. Na América Latina os Bem-aventurados para os teólogos da libertação podem ser identificados com os da perícopes lucana, são milhões de pessoas vivendo em condições como as da época de Jesus.

O objetivo geral incide na procura por entender a partir da perícopes e dos teóricos a possibilidade de concretização desse propósito apresentado por Jesus aos Bem-aventurados (as) que residem no contexto atual. São três os objetivos específicos, cada um corresponde um capítulo desta dissertação. O primeiro capítulo analisa exegeticamente o conceito de Reino de Deus na perícopes e no contexto em que se encontrava a comunidade lucana (6,20-26). Na época situação de extrema pobreza, realidade visível a todos (as) da época, essa disparidade social era resultado das desigualdades sociais.

O segundo capítulo estuda a Teologia da Libertação que interpreta o mesmo conceito afirmando que os oprimidos de hoje são fruto da má distribuição dos bens do país e das altas cobranças de impostos. Mostra ainda que o discurso de Jesus proferido na planície continua ecoando na comunidade dos seguidores de Jesus, encorajando-os em comunidade superarem as causas responsáveis pelo sofrimento dos mais pobres. É uma teologia puramente bíblica, que a partir do evangelho e com o evangelho procura ajudar a camada social mais baixa romperem as correntes que os prendiam e construir uma nova sociedade livre.

O terceiro e último capítulo faz análise do conceito de Reino de Deus atualizado pelas Comunidades Eclesiais de Base no cuidado com os pobres, sofredores e

famintos. Entre cada capítulo há um vínculo que liga as três vertentes teológicas, o Reino de Deus. Para as CEBs o evangelho é vida e o Reino de Deus não deve ser compreendido somente como uma realidade escatológica, mas que já se faz presente na pessoa Jesus, continuado com os discípulos que são homens e mulheres dispostos a dar continuidade ao anúncio de Jesus.

A hipótese busca entender se o conceito de Reino de Deus contido nas bem-aventuranças de Lc 6,20-26 tenha contribuído tanto para a Teologia da Libertação como para as Comunidades Eclesiais de Base atualizarem o mesmo conceito no cuidado com os pobres dando-lhes a dignidade de filhos (as) de Deus. Sendo que durante o percurso desta pesquisa a hipótese conseguiu ser respondida. Os teólogos da libertação entendem que essas vertentes teológicas possibilitaram atualizar o conceito de Reino de Deus.

O povo de Israel teve experiências desagradáveis com reinados humanos ao longo da história, no entanto, a comunidade de Lucas (6,20-26) teve nova experiência do Reinado de Deus com Jesus. As situações apresentadas pela perícopes eram experienciadas pela comunidade como a pobreza, a fome, exclusão, perseguição e martírio (At 7,1ss). Nos anos 80 d.C. os seguidores de Jesus foram perseguidos e expulsos das sinagogas por serem considerados incrédulos para os judeus e desobedientes ao Império Romano. Herodes afinado com o império exerceu duro domínio de submissão ao povo de Israel instaurando a violência como forma de dominação e controle da população. Porém, as altas cobranças de impostos eram a violência mais brutal da época, pois, geravam alto índice de pobreza e miséria no território de Israel. A desigualdade era resultado das injustiças sociais, somente na Galileia os pobres eram semanticamente pobres, sem nenhuma condição digna de ser humano. Movidos pela alegria do Reino os discípulos de Jesus acolhiam a pobreza como condição de si mesmos, pois, eram um pequeno rebanho expostos às contradições de seu tempo, estavam abertos para enfrentar os mesmos sofrimentos vivenciados por Jesus.

Na América Latina a Teologia da Libertação reconhece que a mesma situação em que se encontrava a comunidade lucana continua se repetindo. As altas cobranças de impostos e as explorações dos povos mais fracos são as causas de desigualdades, sofrimentos, exclusões e miséria. Tendo a palavra de Deus em sua centralidade, a Teologia da Libertação ilumina as mentes das autoridades religiosas e políticas para que tomem atitudes de superação desta realidade. Os teólogos afirmam que na

história da salvação, a obra divina é uma ação de libertação integral e promoção do homem em toda sua dimensão, que tem como único móvel o amor.

Objetivo das CEBs é acolher e valorizar os pobres, oprimidos e humilhados dando-lhes a dignidade de filhas e filhos de Deus; precisam de reconhecimentos que não são inferiores a ninguém. Como fermento rigorosamente eclesial as comunidades se organizam a partir das bases para combater as questões que afligem os subempregados, aposentados, os jovens nas periferias, lavradores, operários, donas de casa. Na tentativa de superação dos sofrimentos humanos os movimentos sociais com auxílio da Teologia da Libertação das Comunidades Eclesiais de Base surgiram com o objetivo em ajudar os excluídos, como: Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Justiça e Paz, União e Consciência Negra, Pastoral Operária e Pastoral da Juventude. Nesses grupos aparece com frequência o interesse em atualizar o evangelho do Reino de Deus. É um esforço coletivo, fraterno e solidário. Tanto para a Teologia da Libertação, como para as Comunidades Eclesiais de Base o Reino de Deus é uma realidade a ser construída juntamente com povo que reside nas periferias da sociedade. A Bíblia é lida a partir da realidade do povo e sua interpretação e recepção está a serviço dos leitores como fonte de inspiração.

No entanto, esses movimentos silenciosos e ativos na promoção da vida e dignidade de todos os seres humanos, a Teologia da Libertação e as CEBs estão vivas e atuantes na Igreja e na sociedade latino-americana. Com o evangelho do Reino de Deus essas vertentes teológicas são a inspiração dos pobres que superam o rolo compressor das injustiças sociais.

CAPÍTULO I. PERÍCOPE DAS BEM – AVENTURANÇAS EM LUCAS 6,20-26

Este primeiro capítulo analisa a perícope das Bem-Aventuranças lucanas (Lc 6,20-26) visando compreender o conceito de Reino de Deus, por meio do método histórico crítico: crítica textual, crítica da redação e crítica histórica. Inicialmente encontra-se a perícope (Lc 6,20-26) com explicações de acordo com a tradução da Bíblia de Jerusalém, a comparação sinótica, depois crítica textual destacando o significado das palavras, os verbos e repetições. Segue com a crítica da redação onde os autores apresentam algumas variantes contidas no texto, faz-se uma breve comparação entre o Sermão da Planície (Lc 6,20-26) e o Sermão da Montanha (Mt 5,1-12). Continua a análise da estrutura do discurso, tendo a categoria pobres por um lado e ricos por outro; o contexto do Império Romano entra na crítica histórica. Depois entra propriamente na análise da perícope (Lc 6,20-26) onde será estudado versículo por versículo para compreender a estrutura do discurso de Jesus, o significado de cada uma das Bem-aventuranças em sua análise semântica.

Finalmente este capítulo adentra no conceito de Reino de Deus explicado por Lucas (6,20-26) entendendo que o Reino de Deus é uma realidade presente entre todos (as), “contudo, se é pelo dedo de Deus que eu expulso os demônios, então o Reino de Deus já chegou a vós” (11,20). Anunciar o Reino de Deus representava para a comunidade de Lucas (6,20-26) a segurança e a certeza de que não estavam sozinhos, pois Jesus se fazia presente no meio deles sentindo-se libertados do jugo imposto pelas autoridades políticas e religiosas. No entanto, fica esclarecido que o Reino de Deus foi anunciado a todos (as), mas os pobres, famintos, que estão chorando e perseguidos possuíam preferências, assim como as crianças.

1.1 O EVANGELHO DE LUCAS

O Evangelho de Lucas possui 24 (vinte e quatro) capítulos e 500 versículos de sua própria autoria. No entanto, a obra lucana é composta de dois volumes como o Evangelho de Lucas e o Atos dos Apóstolos dedicados a certo Teófilo. Teóricos explicam que esse Evangelho é o mais teológico e a preocupação de autor evangelista é o anúncio do Reino de Deus. No Evangelho lucano Jesus aparece inteiramente inserido na realidade em que vivem os pobres, os doentes e excluídos. Mazzarolo

(2023, p. 61) esclarece que “o de Lucas é conhecido como o Evangelho dos pobres, da graça e da misericórdia. A obra de Lucas nos coloca em contato com um ambiente mais próximo do povo, da mulher, do doente do estrangeiro”.

Quanto ao local e a data da composição da obra lucana ainda continuam incertas para os exegetas, provavelmente tenha sido escrito entre os anos 80 e 90 d.C. numa cidade de cultura helenista vinculada ao Império Romano (MOREIRA, 2012, p. 15). A redação final talvez tenha acontecido em Antioquia da Síria; Éfeso, na Ásia Menor ou em Corinto, na Grécia (FERREIRA, 2012, p. 110). Na mesma página o autor explica que Lucas concluiu a parte final de sua obra no final do ano 85 d.C. e que:

Ele constatou a marginalidade do Império e conviveu com comunidades excluídas. Diante das situações totalmente injustas da época, e, tendo tido a experiência missionária com Paulo, havendo pesquisado muito sobre Jesus, Lucas redigiu o seu texto olhando para cinquenta anos atrás, exatamente para o Jesus da Galileia (FERREIRA, 2010, p. 110).

Lucas era um judeu da diáspora e após sua conversão, passou ser membro do grupo dos tementes a Deus (At 10,2-22; 13,16,26) ou adoradores de Deus (At 16,14; 17,4-17). Era residente da cidade de Antioquia localizada no litoral do mar Mediterrâneo, mais ou menos uns 500 km ao norte de Jerusalém. Não tinha esposa e nem filhos, morreu com 84 (oitenta e quatro) anos em Bitínia (MESTERS; OROFINO, 2019, p. 10). Mesters e Orofino (2019, p. 9) contam que os dois volumes escritos que formam o Evangelho de Lucas e o Atos dos Apóstolos, formam uma única obra endereçada a certo Teófilo que a tradição reconheceu como sendo de sua autoria. A obra lucana é considerada para os estudiosos a mais teológica dos Evangelhos sinóticos, a que mais ensina os discípulos a viverem de acordo com os ensinamentos de Jesus:

[...] refere-se ao evangelho como “candidamente teológico”. E Dante Alighieri define Lucas como “*scriba mansuetudinis Christi*” (escriva da docilidade de Cristo), pois na obra lucana aparece marcadamente o sentimento de compaixão misericórdia de Jesus, como também dá destaque à misericórdia de Jesus para com os pecadores e renegados, aos quais estende sua misericórdia (SIMÕES, 2016, p. 23).

[...] Lucas descreve Jesus iluminado pelo profeta Isaías, logo no início de seu ministério (no programa revelado na sinagoga de Nazaré: Lc 4,16-22c), o que expõe sua estreita relação com os grandes profetas.

Ao aproximar-se dos enviados de Deus do Antigo Testamento (tempo da antiga aliança), Jesus, em sua práxis misericordiosa, alcança a todos aqueles que estão fora da justiça de Israel, já que a aliança foi quebrada, algo denunciado por João Batista. Ele é o grande Profeta que denuncia a injustiça contra o excluído, o marginalizado, mas ele mesmo realiza toda justiça, repleto de compaixão por todos aqueles que são sujeitos das bem-aventuranças: os pobres, os que choram, os que sofrem (Lc 6,20-23) (SIMÕES, 2016, p. 24).

Para a hipótese de Benoit/ Boismard a composição do evangelho de Lucas aconteceu porque o autor possuía em mãos acervo de documentos que deram condições para escrever sua obra, o provável é que: “Ao menos os documentos “A” (de origem palestinese); “C” (uma tradição cristã independente) e a fonte “Q” estavam ao seu alcance. Os evangelhos de Marcos e Mateus, na sua redação primitiva, também deviam estar prontos, mas o seu uso é relativo” (MAZZAROLO, 2004, p. 24). Conforme o mesmo autor (2004, p. 24):

Uma corrente bastante expressiva de estudiosos acredita que Marcos tenha sido importante na composição do terceiro evangelho, mesmo modificando ou alterando muitos textos. No entanto, outro grupo, particularmente de exegetas alemães, sustentam a independência e a tese de que Lucas não utilizou Marcos na sua obra.

Possivelmente Lucas tenha utilizado outra fonte na redação de sua obra e que os “estudiosos bíblicos a descobriram, graças à pesquisa dos últimos quarenta anos. É uma coleção de ditos e palavras de Jesus que foram juntados e escritos anos 50 (cerca de 20 anos depois da ressurreição de Jesus), na Palestina, por catequistas-missionários” (MOSCONI, 1998, p. 29). Essa outra fonte possivelmente se encontrava entre os camponeses pobres que mantiveram a fidelidade radical ao Evangelho de Jesus (MOSCONI, 1998, p. 30). Nas palavras de Fabris e Maggioni (1992, p. 20) o evangelista Lucas é um “personagem conhecido; um cristão de segunda geração, um escritor empenhado que sabe escrever em grego com dignidade e nitidez, atento e sensível à tradição”. Mas que somente Lucas pode ter composto aquelas seções na primeira pessoa, aparentadas por vocabulário e estilo com o restante do Atos dos Apóstolos, esse seria um dos acordos em que autores modernos se baseiam para afirmar que Lucas seria o autor do Evangelho. Seguindo, se apresenta a crítica textual onde se explica a originalidade do texto comparado nas Bíblias Jerusalém, TEB, e Bíblia do Peregrino, que analisa o texto original.

Na obra lucana foram omitidas as partes referentes às leis e práticas judaicas

(Mt 5,17-6.18), talvez pelo fato de não fazer parte do interesse dos seus leitores (WITT, 2001, p. 02). A perícope inicia com uma introdução geral, tendo os discípulos como os primeiros a serem mencionados. O próprio texto de “Q” incluía em sua introdução a menção aos discípulos (Mt 5,1); no entanto, a intervenção de Lucas tenha se limitado a restringir-se precisamente a esse grupo, desde o início, usando as palavras de Jesus. No entanto, o texto grego original expressa *hymeis* (vós). As três primeiras palavras do versículo 20b *makariori hoi ptochoi* são iguais nas redações evangélicas. Porém, Mateus adiciona em espírito porque deles é o Reino dos céus. (FITZMYER, 1987, p. 600).

A partir dos aspectos observados no Evangelho de Lucas, em seu contexto histórico e nas fontes que foram utilizadas, segue a comparação entre o sermão da Planície (Lc 6,20-26) e o Sermão da Montanha (Mt 5,1-12) e a comparação sinótica acerca das fontes que foram utilizadas por Mateus e Lucas, verificando os acréscimos entre as passagens.

1.1.1 As Bem - aventuranças em Lucas 6,20-26

Este texto de Lucas (6,20-26) foi extraído da *Bíblia de Jerusalém* (2002), ela será o referencial da pesquisa. Em seguida encontra-se a perícope lucana assim, como se encontra na *Bíblia de Jerusalém*.

1.1.2 O texto das bem-aventuranças em Lc 6,20-26

²⁰ Erguendo então os olhos para os seus discípulos, dizia:
felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus.

²¹ Felizes vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados.
Felizes vós, que agora chorais, porque haveis de rir.

²² Felizes sereis quando os homens vos odiarem, quando vos rejeitarem, insultarem e proscieverem vosso nome como infame por causa do Filho do Homem.

²³ Alegrai-vos naquele dia e exultai, porque no céu será grande a vossa recompensa; pois do mesmo modo seus pais tratavam os profetas.

²⁴ Mas, ai de vós, ricos, porque já tendes a vossa consolação!

²⁵ Ai de vós, que agora estais saciados, porque tereis fome!

Ai de vós, que agora rides, porque conhecereis o luto e as lágrimas!

²⁶ Ai de vós, quando todos vos bendisserem, pois do mesmo modo seus pais tratavam os falsos profetas.

1.1.3 Comparação sinótica

Essa sinopse apresenta a estrutura e as diferenciações existentes entre os dois discursos de Jesus, o Sermão da Montanha (Mt 5,1-12) e o Sermão da Planície (Lc 6,20-26). Embora o teor da pesquisa seja a perícopes de Lucas 6,20-26, essa comparação ajuda na compreensão da unidade e as diferenciações que existem entre ambas e a fonte que os dois autores usaram para compor o discurso.

O Sermão da Planície é um conjunto de ensinamentos de Jesus destinado aos seus seguidores (TEB, 1994, p. 1983-1984). Esses seguidores de Jesus estão presentes em meio às pessoas empobrecidas, como o próprio Jesus o fez, em sua encarnação (MARQUES; NAKANOSE, 2013, p. 10). Na comparação entre os discursos, Mateus (5,1-12) e Lucas (6,20-26), existe uma unidade nas escritas formando a centralidade do anúncio de Jesus: “os dois sermões trazem como destaque a proclamação de Jesus aos seus discípulos. Cada autor tem sua peculiaridade” (GUERRA; SILVA, 2020, p. 489). Para o Evangelista Lucas Jesus e os discípulos estão numa planície (6,17), em Mateus Jesus está numa montanha com os discípulos, no entanto, os dois discursos estão direcionados especificamente a um público, a comunidade dos discípulos (VAZ, 2005, p. 109). Os discursos apresentam outra oposição em sua estrutura, Mateus utiliza a fórmula sapiencial e Lucas o estilo profético, de anúncio do Reino de Deus (VAZ, 2005, p. 112). Silva (2021, p. 104) propõe um modelo de tabela que mostra a diferença existente entre os dois sermões.

Lucas 6,20-26 (Sermão da Planície)	Mateus 5,1-12 (Sermão da Montanha)
v. 17 Desceu com eles e parou num lugar plano, onde havia numeroso grupo de discípulos e imensa multidão de pessoas de toda a Judeia, de Jerusalém e do litoral de Tiro e Sidônia.	
(20) Erguendo então os olhos para os seus discípulos, dizia:	(1) Vendo ele as multidões, subiu à montanha. Ao sentar-se, aproximaram-se dele os seus discípulos.
Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus.	(2) E pôs-se a falar e os ensinava, dizendo: (3) Felizes os pobres no espírito, porque deles é o Reino dos Céus. (4) Felizes os mansos porque herdarão a terra.

	(5) Felizes os aflitos, porque serão consolados.
(21) Felizes vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados.	(6) Felizes os que têm fome e sede da justiça, porque serão saciados.
(21) Felizes vós, que agora chorais, porque haveis de rir	(7) Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. (8) Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. (9) Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados de filhos de Deus. (10) Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus
(22) Felizes sereis quando os homens vos odiarem, quando vos rejeitarem, insultarem e proscreverem vosso nome como infame, por causa do Filho do Homem.	(11) Felizes sois, quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim.
(23) Alegrai-vos naquele dia e exultai, porque no céu será grande a vossa recompensa; pois do mesmo modo seus pais tratavam os profetas.	(12) Alegrai-vos e regozijai-vos, porque grande será a vossa recompensa nos céus, pois foi assim que perseguiram os profetas, que vieram, antes de vós.

Este quadro mostra a estrutura em que se encontram os dois sermões, a primeira parte do discurso de Jesus em Lucas (6,20-23) e os versículos de Mateus (5,1-12), embora o discurso de Jesus em Mateus parece ser maior, doze versículos, no entanto, cabem nos três primeiros versículos do discurso lucano. O propósito teológico da obra de Lucas consiste em apresentar o tempo da promessa de Deus em Jesus presente na história (MOREIRA, 2012, p. 38). O mesmo autor compreende que no centro da perícopé encontra-se o conceito de Reino de Deus anunciado primeiramente aos discípulos, os felizes para os que interessam participar do Reino de Deus e os “ais”, para os que não possuem interesse em participar, porque já estão satisfeitos.

No sermão da montanha Jesus usa expressões direcionadas aos seus seguidores(as), “acompanhadas de um caráter mais ético e espiritual, a partir do qual

seus seguidores deverão ser mansos, misericordiosos, puros, perseguidos e promover a paz, porque serão chamados de filhos de Deus” (Mt 5,9) (GUERRA; SILVA, 2020, p. 489). Para Richter Reimer (1992, p. 139) as duas bem-aventuranças, Mateus e Lucas tratam das pessoas pobres, que choram e estão famintas (Mt 5,3.4.6 e Lc 6,20b.21a.21b), os perseguidos (as), odiados(as), injuriados (as) por causa de Jesus/Filho do Homem (Mt 5,11; Lc 6,22); outra unidade entre as Bem-aventuranças encontra-se na promessa do Reino dos Céus e a alegria da pertença em semelhança aos profetas (Mt 5,12; Lc 6,23).

Os números de versículos mostram as diferenciações entre os dois evangelistas, são 235 versículos que narram os ditos e os discursos de Jesus (Lc 4,2-13 e Mt 4,2-11; Lc 6,20-49 e Mt 5,1-7, 27; Lc 11,37-52 e Mt 23, 2-36) (MOSCONI, 1998, p. 29). Para Dattler (1981, p. 13), a precedência do Evangelho de Lucas ao de Mateus acontece pelas seguintes razões:

1. Mt é mais breve; aos 48 versículos de Mt respondem 132 de Lc.
2. Falta em Mt a estrutura homogênea de Lc. Fragmentário, destaca ele apenas alguns aspectos, sem revelar evolução lógica entre as várias perícopes.
3. Temos a impressão de que Mt depende de Lc do qual tirou as informações básicas sobre os dias de Herodes, a concepção virginal, Nazaré e Belém.
4. Mt completa a narração de Lc com material próprio encontrado na tradição oral, adaptando-se, conforme veremos, ao cunho específico das camadas literárias de Lc.

O Evangelho de Marcos serviu de base para Mateus e Lucas, sendo que Lucas e Mateus utilizaram também a fonte dos ditos (50 d.C.) (MOSCONI, 1998, p. 29). Conforme Ferreira (2012, p. 109) o Evangelho de Lucas possui 1.149 versículos, sendo que 424 foram extraídos de Marcos. Os outros versículos, talvez tenham sido tirados de *Quelle* ou de outros lugares. O mesmo autor entende que como Mateus, Lucas foi à fonte *Quelle* também, porque algumas partes são idênticas. Os capítulos 3,1 a 9,50 mostram que Lucas usou duas fontes (Marcos e *Quelle*). No entanto, Mateus e Lucas, no interesse de responder às situações pastorais ou teológicas fizeram modificações em seus textos. Explica Ferreira (2012, p. 109) que Lucas teve uma grande parte que só é dele, são 548 versículos, 50% em todo o seu Evangelho, que o Evangelho da infância (Lc 1-2), o filho da viúva de Naim (Lc 7,11-17), a pecadora que unge Jesus (Lc 7,36-50) e os discípulos de Emaús (Lc 24,13-35). Tanto o sermão da Montanha e como da Planície ao ser extraídos da mesma fonte apresentam uma comunhão entre ambos, uma unidade, são a fonte Q e o Evangelho de Marcos (STOGER, 1973, p. 182). Essa relação entre os sinóticos pode ser compreendida da

seguinte maneira: Entre Mateus e Marcos são 178 versículos comuns. Entre Marcos e Lucas são 100 versículos em comum; entre Mateus e Lucas são 230; próprios de Mateus 300 versículos, Marcos 53 e Lucas 500 (FERREIRA, 2012, p. 67). Confirmando assim, a autenticidade da fonte usada por Mateus e Lucas que é Marcos e *Quelle* as duas maiores fontes.

1.1.4 Análise Textual

O texto grego é bem transmitido, de modo que não apresenta variantes textuais significativas, que alterem o sentido original. Pode-se registrar apenas uma variante, no v. 26, que não toca o significado da perícopie em si.

“Todos” (v. 26), A *Bíblia de Jerusalém* (2002) e a *Bíblia do Peregrino* (2002) traduzem “todos”, enquanto a TEB (1994) traduz “todos os homens”, com a observação, em nota, que “essa palavra falta em vários mss. e também no paralelo do v. 22”. Essa variante textual, de fato, está assinalada no Aland; Black (1994), que opta por “todos os homens” (*pántes oi ánthropoi*), sustentada pelo papiro⁷⁵, e pelos manuscritos unciais A B K P X Θ Ξ Π Ψ e outros manuscritos menores. O mesmo Aland; Black (1994) registra as variantes “os homens todos” (*oi ánthropoi pántes*) e “os homens” (*oi ánthropoi*). No significado da perícopie e da afirmação, em particular, a variante textual não altera o sentido básico do texto.

1.1.5 Análise da Redação (Lc 6,20-26)

A redação do discurso de Jesus apresentado por Lucas compreende um terço da redação de Mateus (STORGER, 1973, p. 181). Segundo Mazzarolo (2004, p. 23) o autor usa o estilo das obras helênicas, entende-se que ele era um exímio pesquisador que tinha em mãos fontes adquiridas dos primeiros cristãos, que imprimiu sua maneira de dar beleza, estilo e personalidade própria (MAZZAROLO, 2004, p. 23). Corrobora Maggioni e Fabris (1992, p. 11) que a redação lucana consegue transmitir a mensagem contida no discurso de maneira clara e coerente. A redação da perícopie (Lc 6,20-26) expressa o sentido teológico parecido com as profecias veterotestamentárias agora presente no ministério de Jesus. As vozes dos profetas

conduzem a narrativa lucana na construção de uma teologia conectada com os ensinamentos dos profetas (SIMÕES, 2016, p. 24). Lucas parece ter descartado da sua fonte os elementos propriamente judaicos que não concernem aos seus leitores. “Ele apresenta esses versículos como um discurso que se dirige principalmente aos discípulos, para definir a conduta do discípulo perfeito. Daí pode distinguir, após as bem-aventuranças e ameaças (20-26)” (TEB, 1994, p. 1983). As formas têm como objetivo gerar nexos pela congruência de declinações, números e gênero; o tempo verbal não apenas sinaliza etapas cronológicas, mas também perspectivas e narrativas (GUERRA; SILVA, 2020, p. 488).

Lucas possui um método teológico preciso com autonomia e liberdade na elaboração do material e sensibilidade artística, evita as repetições e frases duras e popularescas como Marcos (FABRIS; MAGGIONI, 1992, p. 21). Stoger (1973, p. 182) compreende que Lucas preservou a pureza da pregação profética de Jesus, organiza o texto de maneira homogênea como fazia a antiga tradição. Para Witt (2021, p. 1) a crítica literária sustenta uma ênfase teológica e um público-alvo, o Sermão Planície faz parte de um conjunto de palavras de Jesus:

reunidas com uma finalidade parenética (visando à formação cristã), o que nos permite concluir que este Sermão era utilizado na instrução dos catecúmenos ou na doutrinação dos recém-batizados. Em Lucas (6.20-49), este catecismo se destina a cristãos oriundos do paganismo; em Mateus (cc. 5-7), a judeu-cristãos (WITT, 2001, p. 2).

As figuras de linguagem organizam a análise estilística proporcionando uma clara expressividade, vivacidade e colorido para o próprio texto. Outro elemento notado é que “na linguagem literária, podemos encontrar três tipos de gramáticas: figuras de pensamento ou de retórica, figuras de construção ou de sintaxe e figuras de palavras ou de estilo” (SILVA, 2021, p. 107).

A tabela ilustrativa da perícopes (Lc 6,20-26) mostra a estrutura redigida do sermão da planície em duas partes.

LUCAS 6,20-23	LUCAS 6,24-26
Erguendo então os olhos para os seus discípulos, dizia:	
Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus.	Mas, ai de vós, ricos, porque já tendes a vossa consolação.
Felizes vós, que agora tendes fome,	Ai de vós, que agora estais saciados,

porque sereis saciados.	porque tereis fome!
Felizes vós, que agora chorais, porque haveis de rir.	Ai de vós, que agora rides, porque conhecereis o luto e as lágrimas!
Felizes vós, sereis quando os homens vos odiarem, quando vos rejeitarem, insultarem e proscreeverem vosso nome como infame, por causa do Filho do Homem.	Ai de vós, quando todos vos bendisserem, pois do mesmo modo seus pais tratavam os falsos profetas.

Este quadro pode ser compreendido em sua estrutura de discurso corroborada Silva (2021, p. 99) da seguinte maneira:

1. Introdução: “Erguendo então os olhos para seus discípulos, dizia:” (6,20a);
2. Corpo: “Felizes vós, os pobres” (6,20b) e “Ai de vós, os ricos” (6,24);
3. Conteúdo: “Felizes vós, que agora tendes fome, chorais [...] Felizes sereis quando vos odiarem, rejeitarem, insultarem e proscreeverem o seu nome com infame” (6,21-22); “Mas, ai de vós, ricos, porque já tendes a vossa consolação, agora estais saciados, agora rides” (6,24-25);
4. Conclusão: “Alegrei-vos naquele dia e exultai, porque no céu será grande a vossa recompensa” (6,23).

Por meio das considerações concedidas pelo autor da perícopa (Lc 6,20-26), chegamos à estrutura que mostra os contrastes entre os versículos. Os pobres e os ricos estão entre os que representam os principais personagens. O quadro visualiza as quatro categorias separadamente.

FELIZES – Dentro do Reino de Deus	TRISTES- fora do Reino de Deus
Pobres	Ricos
Famintos	Saciados
Choro	Risos
Odiados – rejeitados – insultados - perseguidos - excluídos.	Benditos

Os elementos que constituem o texto de Lc 6,20-26, as quatro características e expressões específicas em sua semântica fazem parte da estrutura do discurso. A linguagem indica o complexo dos objetos e as suas subdivisões em grupos indicam a situação social e a desigualdade em que estavam inseridos os bem-aventurados e não-aventurados (WITT, 2001, p. 3). Ainda no mesmo quadro pode se entender que os bem-aventurados são pessoas abertas à lógica do Reino de Deus e por outro lado, os não-aventurados como pessoas fechadas em si mesmas, que não possuem

interesse em abrir-se para acolher a proposta de Jesus.

Guerra e Silva (2020, p. 488) entende que o gênero literário revela que são sermões ou discursos, o Sermão da montanha (Mt 5) e o Sermão da planície (Lc 6). A estrutura pedagógica é a mesma, o enfoque é para as mesmas pessoas, tidas como bem-aventuradas. Pagola (2012, p. 13) explica que o substantivo abstrato alegria mostra que Jesus é a alegria para todos os povos, em especial os pobres e pecadores. Entende Silva (2021, p.107) que o mesmo gênero contém uma natureza *protréptica*, isto é, o discurso instiga os discípulos a fazer uma escolha.

Na sequência do estudo da perícopes (Lc 6,20-26), adentramos na parte da crítica histórica, aqui será apresentado o Império Romano, a situação em que se encontram as pessoas às quais são destinados as bem-aventuranças e os infortúnios, infelizes.

1.1.6 Análise histórica

O sistema político imperial da época de Jesus reinava de acordo com os interesses de uma classe dominante, a ideologia política não dava margem para manifestações opostas. “O contexto palestino no período de Jesus era altamente politizado, entremeado periodicamente de tumultos e protestos, movimentos e revoltas abertas contra o sistema imperial impostas pelos romanos” (HORSLEY, 2004, p. 19). Roma reprimia com força bruta qualquer tipo de revolta, não havia espaço para troca de ideias democráticas (GODOY, 2004, p. 45). O próximo item situa de maneira breve ideologia do sistema político do Império Romano, a geografia da Palestina e a diferença existente em nível de desigualdade entre os pobres e os ricos.

1.1.7 Império Romano

A Galileia geograficamente se encontrava dentro do território de domínio do Império Romano que controlava toda a região com sua política imperialista sob dominação. Para Pagola (2014, p. 53) “geograficamente a Galileia era uma espécie de ilha rodeada por importantes cidades helenísticas”. Nas palavras do mesmo autor:

Ao sul, na região hostil da Samaria, erguia-se Sebaste, a nova capital, de acentuada influência helenística; a oeste, na costa mediterrânea, destacavam-se três importantes centros urbanos: Ptolemaida, que influía fortemente na planície de Jezrael, e Tiro e Sidônia, que faziam sentir sua presença nas regiões fronteiriças do Norte; a leste encontrava-se a Decápole, importante confederação de cidades que constituíam o foco mais forte do desenvolvimento helenístico na região.

Ao norte da Galileia a terra era fértil, encontravam-se os agricultores, famílias praticamente escravas que beneficiavam a terra para os grandes proprietários, às margens de Tiberíades estão os pescadores, ao sul as terras são menos férteis, nessa região se concentrava a criação de gado, cabrito e pouca lavoura (VASCONCELLOS; SILVA, 2003, p. 232). Para os mesmos autores

São vários territórios, todos pequenos, mas suficiente para satisfazer a ganância dos novos reis que substituíram Herodes. Imagine que toda terra, mais tarde chamada Palestina, não passa dos 25 mil quilômetros quadrados, o que corresponde ao nosso atual estado de Sergipe. A distância de norte a sul é de cerca de 200 quilômetros e, de leste a oeste, cerca de metade dessa quilometragem (VASCONCELLOS; SILVA, 2003, p. 233).

A região da Palestina possui forma de trapézio, suas bases medem 50 e 100 quilômetros e altura de 220 quilômetros,

entre o Mediterrâneo e o Jordão, uma cadeia de montanhas forma a espinha dorsal do país: com 600m de altitude em média, ela tem seus pontos mais altos na Alta Galiléia e em Hebron (1000m) e apresenta uma depressão na fértil planície de Jezrael, a Meguido do AT (50 m) (SAULNIER; ROLLAND, 1983, p. 28).

Como Lucas não teve contato físico com a geografia da Palestina, em sua escrita sobre os fatos ocorridos acerca de Jesus, cita que é na Judeia (4,44) e acrescenta que sua fama se espalhava pela Judeia inteira (7,17) quando o ocorrido se deu na Galileia (MOSCONI, 1998, p. 31). Do capítulo 9,51 em diante aparece Jesus fazendo uma longa viagem a Jerusalém, mas existem algumas dificuldades em sua obra, exemplo, a topografia que possui dados imprecisos como: “Jesus está a caminho (9,57; 10,38), move-se junto com muita gente (14,25), atravessa Jericó (18,37; 19,1). Também os dados geográficos são muito imprecisos, quando não constantes: está perto de uma aldeia na Samaria (9,52), passa através dos confins da Samaria e da Galileia” (17,11) (FABRIS; MAGGIONI, 1992, p. 13).

Nas palavras de Saulnier e Rolland (1983, p. 7) o Império Romano era organizado em forma de províncias com governadores e militares. A política e a economia estavam estruturadas na concentração de riquezas para o império. Esses

dois sistemas, político e econômico, encontravam-se bem estruturados e organizados. Ferreira (2012, p. 121) explica que “a base da economia do Império era a escravidão, bem como os pesados e grandiosos números de impostos que eram cobrados dos povos vencidos. Era um sistema imperialista, escravagista e explorador”.

A força do império era incontestável, os que mais sofriam as duras exigências eram os pobres e escravos (GODOY, 2004, p. 44). Como forma de expressar o controle imperial foi criada a *pax romana* que tinha por interesse estabelecer a paz no Império, para isto, foi imposta pelos exércitos de maneira brutal sua dominação. Os povos dominados tinham que custear os infindáveis gastos do Império, se não reagissem viviam a paz romana (FERREIRA, 2012, p. 139). A vida dos seguidores de Jesus nem sempre foi fácil, narra Godoy (2004, p. 49), que, após o incêndio de Roma em 64 d.C, o Imperador Nero decretou violenta perseguição contra os cristãos. Roma reprimia todos estes movimentos com brutalidade. No tempo de Domiciano, tempo que Lucas talvez já estivesse escrevendo o evangelho, existia uma ideologia de endeusamento do imperador criando uma imagem de uma pessoa simpática diante da qual os súditos deveriam prostrar-se, era uma psicose do medo, violência sem prescrição (FERREIRA, 2012, p. 139).

Outro aspecto vivido pela comunidade dos seguidores de Jesus era a elevação dos impostos, a alta dos impostos fez com que os pequenos proprietários perdessem suas propriedades para os ricos ocasionando uma massa de pessoas em uma situação de pobreza e miséria. Era próprio da época que os donos de terras possuírem massas de pessoas trabalhando com a finalidade de ganhar somente o alimento diário para garantir sua sobrevivência (GODOY, 2004, p. 55). Com a perda de suas terras, poucos conseguiam migrar para as cidades próximas, outros ficavam nas praças a procura de trabalho e outros dedicavam-se à prática da mendicância (VASCONCELLOS; SILVA, 2003, p. 259). Herodes forte aliado do Império Romano instaurou a lei da submissão a qualquer custo, a violência era explícita, na época multidões de pessoas foram assassinadas e outras escravizadas, uma verdadeira situação de terror. Outra maneira de violência explícita exercida pelo Império era a cobrança de impostos que elevava o índice da pobreza e miséria na região (VASCONCELLOS; SILVA, 2003, p. 223).

Eram os romanos que determinavam as condições de vida na Galileia, onde Jesus vivia e cumpria sua missão (HORSLEY, 2004, p. 21). “Não satisfeitos com a dominação política, os círculos dirigentes romanos envolviam-se agora

deliberadamente com a exploração econômica dos frutos da conquista para proporcionar paz e prosperidade à população da metrópole imperial” (HORSLEY, 2004, p. 25). É nesse contexto que acontece o aumento no número dos pobres e famintos principalmente na região Palestina. Para Ferreira (2012, p. 138) “Domiciano foi terrível. Durante a expansão do Império Romano, nos níveis econômico, militar e geográfico, houve perseguições duríssimas contra os cristãos. Muita tortura, muita morte”. Compreende Stegemann e Stegemann (2004, p. 269) que no Evangelho de Marcos (13,9) encontram-se evidências sobre delações e mortes de judeus crentes em Cristo, no período da guerra judaica-romana. Os cristãos eram os mais atingidos pela atmosfera do ódio, frente aos múltiplos conflitos, não existia instituição ou pessoas por quem eles pudessem ser socorridos:

Marcos menciona que quem confessava a fé em Jesus era entregue aos sinédrios (tribunais judaicos locais), açoitado nas sinagogas e levado à presença de procuradores e reis. Temos aqui um sumário em que são reunidas diversas experiências: entrega a tribunais judaicos locais, castigo físico nas sinagogas, experiências forenses diante de reis e funcionários superiores (romanos) (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 269).

Essa realidade apresentada por Marcos, provavelmente resume a situação que podia ocorrer com outros judeus cristãos na sua pátria e nas cidades helênicas ou na região da fronteira síria (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 269). O Império Romano proporcionou uma larga extensão de pobreza, exploração, mortes, na comunidade de Israel. Era o que eles conseguiam fazer, sob liderança local, governavam com força e dominação. Adentramos na situação em que se encontravam os pobres e excluídos.

1.1.8 Situação dos pobres

Toda guerra gera diversos tipos de sofrimentos, mortes, riquezas saqueadas, isso não era diferente na época do Império Romano. A guerra entre Israel e o Império Romano foi a explosão de situações que já vinham se agravando desde a época de Herodes resultado de uma intensa repressão e de uma grave situação de miséria. Ela acabou reunindo vários grupos da população, e praticamente todos foram massacrados (66-74 d.C.) (VASCONCELLOS; SILVA, 2003, p. 228-229).

No primeiro século a Palestina possuía uma política e economia fraca, as

peças mais humildes viviam em situação praticamente de miséria, como “pode se observar o desenraizamento social em múltiplas formas: emigração, neocolonizações, banditismo, revoltas e também radicalismo itinerante”. Os impostos altos geraram uma situação de empobrecimento, Jerusalém se tornou centro da mendicância (GODOY, 2004, p. 49). Após o período de 70 d.C. quando ocorreu a destruição da cidade de Jerusalém e do templo a situação agravou-se para as famílias camponesas, porque perderam suas terras confiscadas, a posse das terras ficou sob o domínio de pessoas estrangeiras e ricas que habitavam na capital (VASCONCELLOS; SILVA 2003, p. 225). Diante desse contexto, o Evangelista Lucas destina o conteúdo de sua obra aos que creem em Jesus e que vivem em extrema necessidade, principalmente, aos pobres, às mulheres, aos pecadores e pagãos (GEORGE, 1973, p. 07).

Na época os ricos representavam de 1 a 5% entre os membros da população, estes viviam em abundância sem necessidade de trabalhar para sobreviver e os 95% eram pobres. “Os pobres, pelo contrário, eram todos os que não podiam manter-se sem trabalhar fisicamente”. Faziam parte desse grupo os agricultores, os comerciantes, os artesãos etc. Havia também os pobres – indigentes que precisavam mendigar para se manterem na sobrevivência. Apareciam “no último patamar da categoria dos pobres [...] os escravos e as escravas, pessoas sem liberdade, sem direitos e sem dignidade humana e, em certos casos, sujeitos a abusos e espancamentos” (MARQUES; NAKANOSE 2013, p. 11-12). Neste contexto que o Evangelho de Lucas se encontra num ambiente de grande opressão do Império Romano e do poder religioso contra os pobres, os humildes, principalmente os marginalizados, os pecadores públicos, as mulheres ausentes da vida social (GUERRA; SILVA, 2020, p. 490). Ainda na mesma página autores comentam que:

Neste período, havia a predominância da dominação romana, onde o seu registro possa ter surgido, provavelmente, após os anos 70 d.C., com intento de proteger os escritos das perseguições imperiais. Os indícios com os quais o autor do Evangelho enfatiza o anúncio aos pobres, as críticas aos ricos, repartição de bens, são sinais claros de que a comunidade lucana passava por grandes dificuldades sociais e econômicas.

A Boa Notícia de Jesus apresentada por Lucas possui uma acolhida especial pelos “pobres, isto é, para os cegos, surdos, mudos, presos, alienados, doentes e pecadores; enfim, para os marginalizados e excluídos” (MOREIRA, 2012, p. 55).

Dentro de um campo social conflituoso “os indícios com os quais o autor do Evangelho enfatiza o anúncio aos pobres, as críticas aos ricos, repartição de bens,

são sinais claros de que a comunidade lucana passava por grandes dificuldades sociais e econômicas” (GUERRA; SILVA, 2020, p. 490). No entanto, “a proposta do Evangelho lucano objetivava propagar [...] no sermão da planície que é o anúncio aos empobrecidos a participarem do momento da alegria porque vosso é o Reino de Deus” (Lucas 6,20c) (GUERRA; SILVA, 2020, p. 491).

A palavra pobreza pode ser compreendida como “enfermidade, a perversidade moral, a corrupção política e a pessoa pobre luta contra as adversidades e as estruturas impostas” (MAZZAROLO, 2004, p. 19). Compreende Godoy (2004, p. 54) que as pessoas que se encontram em situação de pobreza, não buscaram nem elegeram ser pobres, senão que são vítimas de uma situação de pecado que chamamos de injustiça social. Para Lucas os discípulos de Jesus são pessoas livres, fiéis e generosos nos serviços à comunidade, aos mais necessitados, aos mais pobres (Lc 12,12-14. 15-24). A pobreza possibilita aos discípulos a condição de liberdade (Lc 17,7-10), são isentos de exercer autoridade sobre os outros, ou de pretender ser o dono dos outros (Lc 12,35-48) (FABRIS; MAGGIONI,1992, p. 19). No grego o *ptochós* não pode ser confundido como miséria, indignância ou aniquilação e a comunidade lucana entendia que “pobreza é uma virtude de quem tem bens e faz deles um caminho para a justiça; a solidariedade é a partilha com quem está numa situação pior ou em necessidade” (MAZZAROLO, 2004, p. 103).

Deus dos anos 70 d.C. no final da guerra judaica contra o Império Romano, Israel passou por forte alteração política, social e econômica, como a perda de suas terras muitas pessoas entraram no índice da pobreza, houve um aumento no número de pobres, marginalizados e excluídos (PAULA, 2020, p. 29-30). Frente a esse contexto na Galileia Jesus mostra (Lc 4, 31-41; 5, 12-26; 6, 6-11) que ação misericordiosa e salvadora de Deus já se faz presente, Deus não abandonou o seu povo, Deus na pessoa de Jesus, caminha lado a lado com o povo sofredor (SIMÕES, 2016, p. 43).

1.2 ANÁLISE EXEGÉTICA DA PERÍCOPE VERSÍCULO POR VERSÍCULO

Esse item analisa a perícopa (Lc 6,20-26) versículo por versículo destacando no discurso de Jesus o fundamento de cada exortação para quem são direcionadas as bem-aventuranças e os “ai de vós” ou infelizes. Para Silva (2021, p. 108) “no Antigo

Testamento, as bem-aventuranças foram usadas pelos profetas como boas novas de alegria, no Novo Testamento, temos as mesmas estruturas que agora são transmitidas por Jesus que age com poder e justiça na história”. Conforme Stoger (1973, p. 182) a perícopes contém duas estrofes, ambas com três enunciados, proferindo a salvação e maldição. A salvação destina-se aos pobres e as maldições aos ricos, que estão fartos e sorrindo. “Cada uma dessas duas estrofes termina com louvor, ou, conforme o caso, com uma ameaça endereçada aos discípulos” (STOGER, 1973, p. 183). Na primeira bem-aventurança, Jesus recorda aos discípulos que no Antigo Testamento os pobres tinham como defensor somente Deus, agora estão no centro de sua missão (4,18; Is 61,1-2). Jesus direciona as bem-aventuranças aos pobres, famintos, que choram, que vivem nas periferias, os explorados, desarmados e sem proteção, os que estão em condição social insuportável (STOGER, 1973, p. 183). Para Moreira (2012, p. 40) as bem-aventuranças mostram a concretização do tempo da realização da promessa de Deus, aqui e agora, Felizes vós, que agora tendes fome e chorais, porque sereis saciados e haveis de rir, o tempo de Deus é o hoje e agora (Lc 4,21). O Sermão da Planície de Lucas, para os apóstolos seria espécie de promessas interrogadas a partir do imperativo, no seu contexto e no ambiente de sua própria situação (BOVON, 2005, p. 342). Bovon (2005, p. 347) entende que das três primeiras bem-aventuranças lucanas sobre os pobres, os famintos e os que choram, possui um estilo diferente do da quarta que é sobre a perseguição.

Na perícopes posterior encontram-se os temas sobre “o amor aos inimigos (6,27-35), a misericórdia e gratuidade para com outros (6,36-38), a condição do zelo para com aquele que é seu mestre (6,39-45), e a necessidade de colocar em prática tudo que foi falado por Jesus (6,46-49)” (SILVA, 2021, p. 97). Esses temas são complementos de Lucas 6,20-26, embora, não apareçam as pessoas que Jesus está ensinando, nem o local dos ensinamentos. Na perícopes anterior, aparece o local, a escolha dos doze discípulos (6,12-15), o local em que se encontrava Jesus em companhia dos doze, uma grande quantidade de discípulos e multidão de pessoas de toda Judéia, de Jerusalém e do litoral de Tiro e Sidônia (6,17-18). Depois, “temos, portanto, a escolha do recorte da perícopes em Lucas 6,20-26, que trabalha na íntegra quem são os pobres que autor lucano demonstra nas palavras de Jesus: Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus (6,20)” (SILVA, 2021, p. 98). Na próxima página seguem as explicações acerca do termo pobre e porque eles estão no início

da lista dos Bem-aventurados.

1.2.1 Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus (Lc 6,20)

Lucas é um historiador que traça o quadro da sociedade do tempo de Jesus com abundância de particularidades permitindo ampla compreensão de tais situações.

Na interpretação de Casalegno (1988, p. 9):

Lucas é particularmente sensível a esta realidade. Trata-se dos efetivamente necessitados, no sentido concreto da palavra: de fato, ele não conhece o termo abstrato "pobreza" e nas bem-aventuranças especifica que o auditório de Jesus são mesmo os pobres, os miseráveis, não os pobres de espírito, idealizando, assim, o desapego dos bens e fazendo dele uma virtude do cristão.

Essa formulação está na terceira pessoa do plural, apontando para um Reino, que em Mateus é o Reino dos céus, porém, em Lucas, é o Reino de Deus. Mateus adiciona em espírito, que supõe uma adaptação da bem-aventurança original ao círculo judaico-cristão dos *anawim*. As beatitudes como as desventuras (desgraças), pertencem a um subgênero literário por nome de atribuição (FITZMYER, 1987, p. 601).

Na literatura grega o adjetivo *makarios* significa felicidade interna de uma determinada pessoa. A fórmula de felicidade, o adjetivo exalta a felicidade parabenizando pelo prêmio conquistado.

Quanto à sua construção gramatical, o adjetivo *makarios* era geralmente seguido pelo pronome relativo *hos(tis)*: «bem-aventurado aquele que...», «Feliz (a pessoa) que...». Existem também outras variantes paradigmáticas de *makarios*, com a mesma construção; por exemplo, *olbios hos(tis)* («feliz aquele que...»), ou *eutyebés* (= «sorte...»), ou *eudaimon* (= «abençoado», «feliz...»). Na versão grega de na LXX, às vezes aparece a mesma fórmula: *makarios hos* (cf. sal 137,8); mas o adjetivo *makarios* também é encontrado seguido por um pronome pessoal (por exemplo, *sy* = "você": Dt 33,29; Ecl 10,17) (FITZMYER, 1987, p. 601-602).

O gesto de Jesus pairar seu olhar sobre os discípulos, recorda-lhes que no Antigo Testamento os pobres tinham como defensor somente Deus, agora estão no centro de sua missão, encontram-se em condição de liberdade para acolher os seus ensinamentos (4,18; Is 61,1-2) (STOGER, 1973, p. 182-183). Fitzmyer (1987, p. 602)

explica que essa fórmula da bem-aventurança aparece com frequência na literatura sapiencial do Antigo Testamento como expressão da amabilidade de Deus, as bênçãos de uma vida longa e próspera (Eclo 26,1), filhos como herança (Sl 127,3-5), prosperidade e renome (Jó 29,10-11) e sucessivamente.

A primeira bem-aventurança permite que os discípulos compreendam que estão no centro da missão de Jesus por serem livres para acolher sua mensagem (4,18; Is 61,1-2) (VAZ, 2005, p. 109). Essas bem-aventuranças ficaram gravadas para sempre na vida dos seguidores de Jesus (PAGOLA, 2012, p. 101). Jesus olha não somente para os discípulos, mas para a Galileia que tinha sua população mergulhada na pobreza, essa situação de sofrimentos era o resultado da desigualdade social, eram pobres no sentido mais pleno da palavra, que não fizeram opção, mas uma imposição achada sobre eles (GODOY, 2004, p. 54). Pobre é condição que os discípulos escolheram por serem seguidores de Jesus (STOGER, 1973, p. 185). Compreende Fitzmyer (1987, p. 599) que “em Lucas, pobreza, fome, aflição, ódio, ostracismo caracterizam a situação concreta e existência do discípulo de Cristo, que é quem Jesus declara bem-aventurado”. Este versículo mostra que em Jesus a pessoa pode ser pobre e feliz, porque “o pobre é o que pede, o que se abre para Deus e o chama, aceitar a lei do Reino, trabalhar pelos outros, entregar a vida e a riqueza pelos pobres” (PIKAZA, 1978, p. 57). Os pobres são vítimas sem vozes dos exploradores e dos inescrupulosos, o oprimido à mercê de seu opressor, o que tem que se curvar diante de quem tem autoridade. No entanto, “Lucas, sensível aos matizes de significado, distingue esta categoria dos paupérrimos daqueles a quem, se não têm o supérfluo, não lhes falta o necessário para levar em frente uma vida de limitações e penúria” (CASALEGNO, 1988, p. 10). O discurso sobre o Reino de Deus renova a esperança de todos que se encontram mergulhados no cipoal da exclusão social, assim, como os famintos que encontraram a possibilidade de saciarem a fome.

1.2.2 Felizes vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados (6,21a)

Neste versículo Lucas utiliza o substantivo fome para explicar a necessidade urgente do Reino de Deus, “é difícil dizer amanhã tenho fome, mas o agora todos o conhecem. A fome é uma necessidade cuja solução não pode ser transferida para amanhã; por isso, todo faminto precisa de saciedade hoje. O faminto não precisa de

alimento como defunto”. Assim, pode-se compreender a sensibilidade de Lucas na configuração dos pobres e famintos (MAZZAROLO, 2004, p. 104).

Jesus se faz presente no meio das pessoas empobrecidas que não possuem nenhuma condição de defender suas terras dos poderosos proprietários e anuncia para eles dizendo: “Felizes os que não têm nada, porque vosso reino é Deus. Observa a fome das mulheres e das crianças desnutridas, e não pode reprimir-se: Felizes os que agora tendes fome, porque sereis saciados” (PAGOLA, 2012, p. 102). A fome pode ser compreendida com a esperança em Deus diante das desesperanças humanas e históricas. Mesmo que “o Reino de Deus continua uma utopia, mas estimula a lutar. Os que querem o Reino não alcançarão no futuro sem tê-lo buscado no presente. É preciso ter fome, agora, para ser saciado amanhã” (MAZZAROLO, 2004, p. 104).

Em Mateus aparece a formulação fome e sede de justiça, Lucas, porém muda para a segunda pessoa do plural, acrescentando o advérbio ‘agora’ e elimina a referência ‘sede’. Mateus talvez tenha partido da fonte ‘Q’: Bem-aventurados os que têm fome e sede. A redação lucana sublinha a realidade “peremptória da situação de pobreza em que se encontram os discípulos; é a eles que Jesus promete consolação. Um consolo que vem de Deus e somente dele sendo projetado para o futuro (FITZMYER, 1987, p. 603). Os evangelhos apresentam a realidade da fome como um fator existente entre os seguidores de Jesus, um conflito social, tendo como exemplo os cinco pães de cevada apresentados por um menino e partilhados com a multidão faminta (Jo 6) (BAGNO, 1998, p. 190). O Salmo 146 reforça a realidade permanente da fome, o poder dos nobres gera pobreza e fome, pois eles prometem, mas não são dignos de confiança. No entanto, o Senhor sim, conserva sua fidelidade dando alimento para quem tem fome (SILVEIRA, 2018, p. 53).

No tempo do Imperador Cláudio (41-54 d.C.), houve uma grande fome em toda terra, neste período, as comunidades cristãs tiveram iniciativas de fazer coletas para ajudar os cristãos que se encontravam em necessidade de alimento, essa atitude tornou-se comum entre os discípulos, inclusive Paulo era um dos que ajudavam na organização da coleta (STADELMANN, 2003, p. 78). Este versículo mostrou que os pobres são alimentados por Deus, esse deve ser o motivo da felicidade dos seguidores de Jesus, serão plenamente saciados. No próximo versículo Jesus direciona seu discurso aos que estão em situação de choro e promete que esse choro não é eterno, ele possui um fim, quando chegar o momento do sorriso.

1.2.3 Felizes vós, que agora chorais, porque haveis de rir (Lc 6,21b)

Esta terceira bem-aventurança de Lucas corresponde à segunda bem-aventurança de Mateus (5,4) e sendo que as duas se encontram em uma fonte original. A formulação de Mateus se aproxima do Dêutero-Isaías no consolo dos que sofrem e choram (Is 61,2) indica maior aproximação da fonte original. No entanto, o verbo rir, não aparece em toda tradição, que poderia indicar que possivelmente Lucas tenha modificado o texto original (FITZMYER, 1987, p. 604).

As lágrimas expressavam as contradições existentes entre realidade e esperança, sinal de desespero, decepção e não derrota, uma comunidade cansada, porém, não vencida. “As lágrimas são sinais de protesto, de não aceitação ou conformação com o *status quo* promotor de mentira e da perversidade” (MAZZAROLO, 2004, p. 104). Fitzmyer (1987, p. 604) explica que as expressões de Lucas são universalmente humanas. No contexto lucano o choro pode ser compreendido pelos que sofrem opressão, pelos perseguidos, que passam fome. Mas esse choro se transformará em alegria, compreende a comunidade lucana quando chegar o Reino de Deus. Para Mazzarolo (2004, p. 104) “aqueles que choram são os que entendem profeticamente o seu tempo e dizem não às provocações do anti-reino. Os que choram são os que não dobram sua cerviz às maquinações do poder” (Lc 22,24-27).

Jesus apresenta alguns momentos em que choro foi transformado em alegria, como “por ocasião da morte como no caso da viúva de Naim (7,13); dos que choram na casa de Jairo pela morte de sua filha (8,52), [...] das mulheres de Jerusalém que choram por causa dos sofrimentos de Jesus durante sua subida ao Calvário (23,28)”. O exemplo da “pecadora convertida também chora aos pés de Jesus e como consolo é perdoada de seus pecados (7,36-50). Sinal de que o consolo não precisa mais esperar a vida eterna para ser experimentado” (VAZ, 2005, p. 111). Jesus vê os camponeses chorarem de raiva e impotência quando veem os cobradores de impostos carregarem o melhor de suas colheitas e os anima: “felizes os que agora chorais, porque rireis” (PAGOLA, 2012, 102). Em Jesus as dificuldades do tempo presente não são eternas e o discurso deixa claro para os membros da comunidade discípulos que até mesmo o choro tem o final repleto de sorriso. No próximo versículo

o discurso foca em direção aos que estão passando por momentos de não aceitação por serem discípulos de Jesus.

1.2.4 Felizes sereis por serem rejeitados, insultados por causa do Filho do Homem (Lc 6,22,23)

Os primeiros discípulos eram um pequeno rebanho expostos às contradições da época, como “ódio, perseguição, expulsão, morte de criminoso, tudo isso Jesus experimentou” (STOGER, 1973, p. 185). Na formulação da quarta bem-aventurança aparece uma mudança *makarioi*, o mesmo acontece no nono versículo de Mateus, em Lucas são apresentados quatro verbos: ódio, rejeição, odiar e amaldiçoar, somente o verbo insultar, é o elemento comum entre os dois evangelistas. No Evangelho segundo Tomé a mesma formulação assim aparece: “bem-aventurados sois vós quando forem odiados e perseguidos, pois não existe lugar em que não vos perseguem e bem-aventurados os que forem perseguidos em seus corações, esses são os que realmente conhecem o pai” (Ev. Tome, 68-29a) (FITZMYER, 1987, p. 604).

O verbo expulsar, possivelmente se refere à exclusão dos discípulos da sinagoga, a experiência vivenciada pela comunidade do autor do terceiro Evangelho e que o uso do substantivo proscreever, se refere não somente a uma pessoa, é uma expressão genérica significando cristãos (At 11,26; 26-28). Lucas acrescenta por sua própria conta o Filho do Homem, ou que tenha herdado da fonte “Q” (FITZMYER, 1987, p. 605).

O exemplo dos profetas, seus testemunhos, funcionaria como um modelo para os discípulos no seguimento de Jesus, que poderiam enfrentar as perseguições, os sofrimentos, acomodar-se à cruz, por fim, o martírio, como condição final de seguidores (STOGER, 1973, p. 185). Compreende Mazzarolo (2004, p. 105) que os cristãos eram considerados como hereges, malfeitores e desobedientes à Lei e que nas sinagogas, o nome dos cristãos deveria ser banido do livro da vida, foi assim que a “perseguição se intensifica na Palestina e logo depois em todo o Império Romano, principalmente a partir de Domiciano (81-96 d.C.)”. A realidade de exclusão e martírio por causa do Filho do Homem (At 7,1ss), o exemplo de Estêvão e outros, reforçava a ideia que comunidade estava no caminho Jesus. No lugar do advérbio agora, Lucas troca por dia, significando que já chegou o dia da alegria, de saltar de gozo, esse é o

consolo que Jesus oferece aos seus discípulos pela fidelidade em seguir seus ensinamentos (Jo 15,20). Na redação de Mateus e em “Q” aparece essa bem-aventurança, significando que Lucas tenha extraído de uma das duas fontes. O termo grego *misthos* pode ser traduzido por salário pago como recompensa, na leitura da versão dos LXX, o significado é religioso, como recompensa pela conduta moral e ética, por sofrer por causa de Jesus (FITZMYER, 1987, p. 606).

A expressão no céu equivale os olhos de Deus, ter o nome escrito no livro dos livros, o valor da salvação, por ter atravessado os sofrimentos e perseguição por causa do Filho do Homem. As formulações de Lucas e Mateus se referem a perseguição aos profetas do Antigo Testamento (1Rs 19,10; Jr 26,20-24; 38,6-13), o assassinato de Zacarias (Lc 11, 51), essa passagem se encontra em “Q”, a rejeição dos cristãos por aqueles que assassinaram os profetas, também simboliza uma nova forma de expressar a continuidade entre cristãos e judaísmo (FITZMYER, 1987, p. 606-607).

É próprio da missão dos servidores de Jesus que antes da alegria vem a perseguição, assim, como a ressurreição necessita passar primeiro pela morte (VAZ, 2005, p. 112). Os profetas são lembrados como pessoas humanas, não são mitos ou lendas e nem caíram do céu, mas “viveram em uma determinada época e lugar. Brotaram do chão, do chão sofrido e machucado dos pobres da terra. Falaram e agiram em nome de Deus, a partir das realidades vividas” (MOSCONI, 1998, p. 10).

Os profetas foram pessoas que trabalharam como anunciadores da esperança encarnada no lamaçal da história (MOSCONI, 1998, p. 11). No período da monarquia os profetas não tinham medo de denunciar os erros do rei, só que as consequências para os profetas eram duras, pois, o rei e seus funcionários não tinham medo de matar os profetas (1Rs 18,13; 19,10). Mesmo “apesar de toda a violência e esforço para marginalizar os profetas como heréticos e inimigos de Deus e do povo, eles nunca conseguiram calar a voz dos profetas” (ZANINI; DELEGANTE, 2020, p. 530). Os profetas são as vozes dos sofredores e silenciados “quando impera a ignorância, o roubo, a exploração, o privilégio de minorias, a manipulação política, enfim, o interminável rosário de dificuldades e amarguras” (VASCONCELLOS; SILVA, 2003, p. 119).

As comunidades messiânicas depois de 70 d.C., na terra de Israel tiveram diversas tensões com o judaísmo em reconstrução política, religiosa e social, não havia o templo, foi nesse período que os seguidores de Jesus desenvolveram a própria identidade. Também neste tempo passaram a ser considerados hereges (em

hebraico: *shmone esre/amida*) (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 255-256). Mediante “as relações tensas da população majoritária judaica na terra de Israel com as comunidades messiânicas de Jesus têm justamente neste ponto o seu *Sitz im Leben*” (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 256). Outra questão que contribuiu para as comunidades messiânicas foi a fórmula de bênção desenvolvida por Gamaliel II nos anos 90 d.C. em Jamne, essa bênção era endereçada principalmente aos judeus seguidores de Cristo, conhecidos como hereges (Lc 6,22), (Jo 9, 22; 12,42 e 16, 2) (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 268). Esta bênção contra os *minim* tinha como objetivo excluir os judeus crentes em Jesus não somente da participação na sinagoga, expulsá-los do judaísmo:

Para os caluniadores, porém, não haja esperança, e o governo perverso seja logo eliminado em nossos dias, e [os *nozrim* (nazaremos) e] os *minim* (hereges) sejam destruídos num piscar de olhos, apagados do livro da vida e não sejam relacionados juntamente com os justos. (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 268).

Esse primeiro bloco onde se encontram as quatro categorias dos bem-aventurados, no entanto, adentramos no segundo bloco com os quatro infortúnios. Neste segundo bloco aparece o discurso de Jesus literalmente direcionado aos que não aderiram à proposta do Reino de Deus.

1.2.5 Mas, ai de vós, ricos, porque já tendes a vossa consolação! (Lc 6,24)

Como as bem-aventuranças, os ais, encontram-se direcionados a um público específico, uma classe social ou grupo de pessoas que, por sua vez, não querem participar das boas novas anunciadas por Jesus. Para Vaz (2005, p. 112) os “ais” estão direcionados aos que vivem de aparência, que exaltam o próprio nome, negligenciam o nome de Deus para ganhar fama e glória, os ricos, falsos profetas, os que estão saciados e estão sorrindo. Os ricos não necessitam do reflexo do Reino para compreender a situação em que seu status social ou econômico os colocou. “As palavras de Jesus parecem dar a entender que o estado desfrutado por essas pessoas produz uma certa cegueira, que as leva a pensar que todos os seus desejos já foram satisfeitos e que não têm mais nada a esperar” (FITZMYER, 1987, p. 607). A Boa Notícia direcionada aos pobres é realista e clara, e, normalmente, péssima notícia para os opressores (MOREIRA, 2012, p. 55). Muitas vezes a riqueza se encontra

associada ao mérito do esforço da inteligência e do tempo de trabalho, mas ela raramente está isenta da corrupção e da exploração de pessoas mais ingênuas, menos sagazes e mais necessitadas (MAZZAROLO, 2004, p. 106). Continua Mazzarolo (2004, p. 107) dizendo que “os ricos são aqueles que acumulam bens de forma injusta. O profeta Isaías afirma que os ricos manipulam as leis para inverter os critérios sociais e com essa manipulação angariar lucros desonestos” (Is 10,1-2).

O “ai” direcionado aos ricos mostra que a riqueza também faz parte da pregação apostólica da comunidade Lucana, os discípulos precisam ter a consciência da verdadeira riqueza “vós, ricos, chorai e gemei por causa das desgraças que sobre vós virão... engordastes o coração para o dia da matança” (Tg 5,1-5) (LANCELLOTTI; BOCCALLI, 1979, p. 86). “[...] é rico o fariseu que se apoia em suas ações ou em suas leis. Como é rico aquele que coloca como base e garantia da sua vida a abundância dos bens materiais”. Existe um paralelismo entre a primeira (Lc 6,20b) e segunda bem-aventuranças (Lc 6,24), mas esse paralelismo não se faz presente na literatura grega clássica como interjeição, mas nos escritos do período romano, e na versão da LXX (PIKAZA, 1978, p. 57). Possivelmente seja uma transposição da forma hebraica *hóy/’óy*, ou interjeição da forma latina *vae*.

Em sua construção gramatical, *ouai* é seguido pelo pronome pessoal no dativo, com um substantivo em oposição; entre em alguns casos, a interjeição é imediatamente seguida por um substantivo ou um adjetivo substantivo ou mesmo um particípio em nominativo (Lc 6,25b) (FITZMYER, 1987, p. 607).

Essa fórmula é mais antiga que Lucas, inclusive aparece em “Q” e na tradição dos sinóticos, Lucas é o que mais usa esses infortúnios. Porém, esses infortúnios não possuem ligação com as bem-aventuranças, porque são construídos com *makarios* seguido de adjetivo ou particípio, de um lado os felizes e do outros os infelizes, ou infortunados. Em sua pesquisa Fitzmyer (1987, p. 607) explica que:

Os infortúnios — ou “pesos” — são, por sua própria natureza, de caráter ameaçador; e seu significado é diametralmente oposto ao das boas fortunas, ou seja, ameaçam com angústia, sofrimento, aflição etc. Como destinatários desses infortúnios podemos supor os representantes das classes privilegiadas, que estão entre os que “escutam” a palavra de Jesus (ver, a esse respeito, o que já observamos no “comentário” geral); são os ricos, os contentes, os despreocupados, os de boa reputação. A ênfase da invectiva de Jesus recai sobre a natureza efêmera desses privilégios.

Conforme Fitzmyer (1987, p. 608) “o termo *paraklésis* (“consolação”, “encorajamento”) é exclusivo de Lucas na tradição evangélica (cf. Lc 2,25; At 4,36;

9,31; 13,15; 15,31). Esta é uma indicação de que as desventuras não faziam parte da fonte Q". Os ricos já estão consolados e não necessitam de outras formas de consolos. O segundo "ai", é para os que estão saciados, não estão em situação geradora de fome.

1.2.6 Ai de vós, que agora estais saciados, porque tereis fome! (Lc 6,25)

Os que estão com fome e os que se encontram saciados, são dois lados, opostos da mesma realidade social. Para Fitzmyer (1987, p. 108) "o uso do participio de *empeplésmeno*i expressa a condição de plena saciedade. O Códice D e a tradição textual 'koine' omitem o advérbio *nyn* (= 'agora'). Este segundo infortúnio corresponde exatamente à segunda bem-aventurança". Quando Jesus fala de passar fome, está fazendo uma referência ao Magnificat (Lc 1,53), que é uma inversão do estado social que essa desventura apresenta. Para os que estão saciados o futuro é um amanhã muito distante, mas para os que estão com fome o amanhã é uma realidade certa. Mazzarolo (2004, p. 108) conta que para os leitores de Lucas o Reino de Deus é um bem único que merece todo esforço na luta para conservá-lo. Jesus insiste no abandono ou na relativização dos bens materiais e que considerem o Reino como uma realidade absoluta.

1.2.7 Ai de vós, que agora rídes, porque conhecereis o luto e as lágrimas! (6,25b)

Na sequência da afirmação anterior, essa terceira desventura, se encontra numa correspondência com a terceira boa fortuna, felicidade. "O verbo 'rir' deve ser entendido aqui como uma expressão do gozo calmo e imperturbável da situação presente preenchido de acertos" (FITZMYER, 1987, p. 108). No Antigo Testamento, na literatura sapiencial este comportamento, é por vezes, sinal de insensatez (Eclo 21,20; 27,13; Eclo 7,6). Possivelmente Jesus tenha usado essas palavras aludindo essa situação (FITZMYER, 1987, p. 108). Nas palavras do mesmo autor (1987, p. 109), hoje estão alegres, porém, chegará o dia em que irão chorar, porque a situação mudou, os valores se invertem, as riquezas acabaram, os sucessos tornaram-se fracassos, a tristeza toma o lugar do riso, e acrescenta:

O futuro utilizado nestes dois últimos infortúnios os constitui numa espécie de unidade, de marcado carácter escatológico; embora seja difícil especificar exatamente em que consiste essa dimensão. A bina “lamento e clamor” (*penthein e klaiein*) aparece nos papiros gregos (cf. MM, 502-503) e na versão LXX (2 Sam 19,2; 2 Esd 18,9). Cf., também, Mt 16,10; Tiago 4,9; Ap 18,11.

Segundo Mazzarolo (2004, p. 108) “os que riem podem ser colocados ao lado dos que estão fartos de bens. Esse “ai” situa-se no horizonte dos bens econômicos, e os seus detentores perdem a razão de ser”. Os sorridentes são como aves de rapina com suas garras devoram suas presas como alimento, nessa voracidade tornam-se ricos, gordos e reluzentes. “Ultrapassaram até mesmo os limites do mal, eles não respeitam o direito dos órfãos, e, no entanto, eles prosperam! Mas não julgam a causa dos indigentes (Jr 5,27-28)”.

1.2.8 Os vossos pais tratavam bem os falsos profetas (Lc 6,26)

Em oposição à quarta Bem-aventurança (6,22) essa maldição apresenta situações de pessoas que se encontram nos seus confortos cercados de bajuladores. “Os elogios que os poderosos fazem a si mesmos não passam de mentiras e bajulações ou troca de gentilezas” (MAZZAROLO, 2004, p. 108).

A construção dessa última desventura se diferencia das três anteriores. Aqui aparece a conjunção *hotan* (quando). Jesus faz uma advertência aos discípulos explicando que uma boa reputação, reconhecimentos, elogios, pode ser alvo enganoso e prejudicial. Para Fitzmyer (1987, p. 109) “como nessa desventura não há perspectiva de retribuição, o futuro não é usado; o que aparece é um paralelismo com o fim da última bem-aventurança” e acrescenta:

Através desta qualificação dos profetas, Lucas adaptou o contexto atual a máxima do v. 23c. A frase *hoi pater auton* (“seus pais”) aqui também ocupa enfaticamente a posição final do versículo. Esta última desventura inclui um indício da companhia em que se encontram os ricos, os contentes e os respeitáveis. Os antigos profetas que gozavam da estima dos seus contemporâneos revelaram-se trapaceiros que levaram Israel à ruína (cf. Is 30,10-11; Jr 5,31; 6,14; 23,16-17; Miq2, II). Cf. 2Tim3,1-9.

Os falsos profetas foram pessoas que fizeram a escolha de permanecer ao lado do rei, eram profetas da corte ou profeta do rei. No movimento profético existia dois tipos de profetas que eram opositores, de um lado, havia profetas ligados ao poder

opressor da corte real, que usavam a sua autoridade para apoiar o rei: os falsos profetas e por outro, os que estavam seguindo a fidelidade da lei (ZANINI; DELEGANTE, 2020, p. 530). Para Schökel e Diaz (1988, p. 15):

[...] os falsos profetas, os quais, com os seus ardis enganadores, confundem o público, desacreditam o profeta verdadeiro, neutralizam, a palavra de Deus; “os falsos visionários, adivinhos de mentiras, que diziam ‘oráculos do Senhor’ quando Deus não os enviava”, “profetas mentecaptos, que invertem profecias, coisas que jamais viram, seguindo a sua inspiração” (Ez 13,6-3).

Para a Bíblia é nos momentos de conflitos que aparecem profetas com opiniões e interesses opostos, Elias vinculado a Javé defendendo a Aliança e teve que lutar contra os 450 profetas de Baal (1Rs 18,22) (ZANINI; DELEGANTE, 2020, p. 530). Assim sendo, “Amós não queria ser chamado de profeta, nem discípulo de profeta (Am 7,14), pois suas ações e profecias eram claramente contrárias a política do rei” (ZANINI; DELEGANTE, 2020, p. 530-531). Mazzarolo (2004, p. 108) escreve que “Lucas previne aos seus leitores desses possíveis perigos e da ilusão dos elogios das bocas mentirosas”.

Após o estudo dos versículos do Sermão da Planície (Lc 6,20-26) foram percebidos alguns aspectos que fazem parte da mesma estrutura. Os personagens que aparecem são divididos em dois grupos opostos, de um lado os pobres, os que choram, estão com fome e são perseguidos; do outro lado, estão os ricos, os que estão sorrindo, os saciados, os elogiados, exaltados e os falsos profetas. Porém, na centralidade de toda a perícopie está o anúncio do Reino de Deus, este é oferecido a todos, no entanto, somente os que estão dispostos a assumir essa proposta de Jesus, os bem-aventurados devem fazer parte. Segue a explicação sobre o conceito de Reino de Deus, que mostra o perfil dos que estão dispostos a participar dessa proposta de felicidade.

1.3 CONCEITO DE REINO DE DEUS EM LUCAS

Compreender o conceito de Reino a partir da perícopie Lucana (6,20-26) é o interesse desse primeiro capítulo. Para a Bíblia de Tradução Ecumênica (1994, p. 2015) a vinda do Reino de Deus é uma grande questão para o judaísmo (Dn 9,2), os mestres da lei procuravam sinais que permitissem sua fixação. Porém, em Jesus os sinais da vinda do Reino de Deus não dependem da observação sensível, mas da fé,

basta que acolham Jesus para encontrar este Reino (Lc 12,54-56). Juntamente com o Reino de Deus que se realiza na história aparece o julgamento proferido pelo Jesus Cristo, agora, ressuscitado. Esse julgamento apresenta momento decisivo, primeiro a salvação dos que aderiram os ensinamentos de Jesus ou a destruição dos que não aderiram a lógica do Reino (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, p. 1820). A perícopes (Lc 6,20-26) apresenta no discurso de Jesus as pessoas escolhidas para participarem do Reino de Deus e a situação histórica em que elas se encontram. Segue a explicação do conceito de Reino de Deus e os destinatários tendo as crianças e os pobres como sendo os primeiros.

1.3.1 O Reino de Deus como realidade concreta

Jesus “erguendo então os olhos para os seus discípulos, dizia: Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus” (Lc 6,20).

O vocábulo Reino na tradição judaica possui três distinções, que são: realeza, reinado e reino, que representa a dignidade ou poder do rei (MAREDSOUS, 2013, p. 1142). A literatura hebraica expressa o conceito Reino de Deus oposto da literatura grega que consegue reunir os três termos em um só vocábulo *basileia*. A noção de Reino de Deus, que conhecemos deriva propriamente do Novo Testamento. Todos os evangelistas sinóticos mostram a expressão Reino de Deus nos feitos e discursos de Jesus, “Marcos emprega 14 vezes e Lucas 39 vezes a expressão *basileia tou theou* (Reino de Deus) e Mateus expressa 32 vezes a expressão *basileia ton ouranon* (Reino dos céus)” (MAREDSOUS, 2013, p. 1143). Na fonte Q o vocábulo Reino de Deus aparece 10 vezes; em Marcos a categoria Reino de Deus surge 10 vezes como palavras proferidas diretamente da boca de Jesus. Em Mateus existe uma diferenciação nos termos como Reino de Deus que aparece quatro vezes, Reino dos Céus 32 vezes, Reino do Pai cinco vezes e Reino do Filho do Homem duas vezes (NEUTZLING, 1986, p. 29). No entanto:

Em Lucas encontramos o termo Reino de Deus 32 vezes, Reino do Pai duas vezes, Reino Filho 4 vezes e uma vez ele usa de modo absoluto o Reino (Lc 12,32). O fato de que Lucas não somente assume a tradição de Marcos e da fonte Q mas também outras tradições em um sinal marcante que testemunha o anúncio do Reino de Deus como centra na proclamação de Jesus. Outro índice da importância que a pregação da βασιλίσσα assume para Lucas é fato de que ele, não por acaso, usa exatamente o termo Reino de Deus para

acentuar a continuidade do anúncio pós-pascal com o anúncio do Jesus terrestre (veja: At 8,12; 19,8; 20,25; 28,23. 31) (NEUTZLING, 1986, p. 29).

No primeiro sermão narrado por Lucas Jesus anuncia aos ouvintes que o Reino de Deus já estava presente em sua própria pessoa. A concepção de Reino de Deus era uma realidade presente na missão de Jesus: “contudo, se é pelo dedo de Deus que eu expulso os demônios, então o Reino de Deus já chegou a vós” (11,20) (CAMARENA, 1998, p. 48). Segundo Schmidt (1975, p. 20) Lucas fala exclusivamente de uma única preocupação, do Reino de Deus. Para a comunidade lucana esse conceito representa a segurança e a certeza de que não estão sozinhos, estão libertados do medo do poder das autoridades políticas e religiosas, recordam que têm Deus por Pai a quem aprouve dar-lhes o seu Reino. “A expressão Reino de Deus (*Malkuta Jahweh, Basileia tou Theou*) é uma formulação apocalíptica tardia, mas a relação de Javé com a realeza aparece várias vezes no Antigo Testamento, principalmente nos Salmos e na liturgia” (MIGUEL, 2015, p. 62). Para o mesmo autor, essa terminologia não é original de Israel, mas do Oriente Antigo, Israel fez simplesmente historizar a noção de Deus-Rei conforme sua fé que ele intervém na história.

Em Jesus, o Reino de Deus é uma dádiva divina oferecida a todos e a escolha fica a critério de cada indivíduo. Os evangelhos sinóticos mencionam sobre o mistério do Reino de Deus (Mc 4,11; Mt 13,11; Lc 8,10) que é posto a todos para conhecer (STRINGHINI, 1998, p. 27). Enquanto os fariseus acreditavam numa dimensão escatológica, a comunidade lucana entendia que o Reino de Deus já era uma realidade presente na própria pessoa de Jesus (MAREDSOUS, 2013, p.1144). Em Lucas 4,43 aparece a primeira menção do Reino de Deus e a cidade de Nazaré foi o local em que iniciou a pregação de Jesus acerca do mesmo (Lc 4,16-17) (PAROSCHI, 1998, p. 47).

Os evangelhos explicam que nem todos deverão participar do Reino de Deus, os que são escolhidos, que possuem perfil próprio, como os excluídos, pobres e famintos e as crianças.

1.3.2 Os destinatários do Reino de Deus

Para os sinóticos, assim, como pobres, as crianças também fazem parte do grupo dos destinatários do Reino de Deus (Mc 10,14; Mt 19,14 e Lc 18,16). Conta Stringhini (1998, 27) que “atentar para os destinatários significa apontar condições de pertença ao Reino: tornar-se criança e solidarizar-se com os pobres”. O Evangelho reflete as grandes assimetrias sociais existentes na época do Sermão da Planície (Lc 6,20-26) mostrando de um lado os pobres, os famintos, os aflitos e perseguidos e no outro lado, os ricos que esnobavam banquetes como resultado de uma sociedade injusta (Lc 16,19-21) (FERREIRA, 2012, p. 111).

Na dinâmica sapiencial e profética esse termo tornou-se o centro da atividade de Jesus, levando a comunidade entender que Jesus anunciava o Reino de Deus próximo do ser humano (SOUSA, 2012, p. 43) como os destinatários que são todos os que conseguirão aceitar como uma realidade concreta (MIGUEL, 2015, p. 64). O Reino de Deus precisa aparecer como algo positivo, atrativo, que leva a pessoa se interessar, desejar e procurar como valor, a salvação e justiça. Jesus não excluía ninguém da probabilidade de entrar no Reino de Deus, porém, não excluir não quer dizer que, todos podem entrar sem haver a mudança de vida, por isso, que escolheu o grupo dos mais fragilizados (MIGUEL, 2015, p. 64). O discurso das Bem-aventuranças (6,20-26) lucanas conservou a mais pura proclamação profética do Reino de Deus (SIMÕES, 2016, p. 81). Os pobres são os primeiros personagens citados na lista da sinagoga e os primeiros a serem citados nas Bem-aventuranças lucanas. A situação deles deve ser interpretada e compreendida à luz de seu contexto (SIMÕES, 2016, p. 82).

O evangelista “não faz a distinção entre pobres materiais ou espirituais, justamente, porque Jesus veio para todos, sem distinção de classe social, nacionalidade, sexo ou cor”, e que o Reino de Deus é anunciado a todos (VAZ, 2005, p. 109). Os aleijados, cegos e coxos (14,13) eram as pessoas que se encontravam abertos para acolher a mensagem de Jesus, e que:

A recompensa dos pobres é o reino de Deus. Recompensa digna porque não tiveram nada em vida e estavam livres para acolher sua palavra e colocá-la em prática. E os ricos, indispostos à conversão e por isso fechados à mensagem salvífica de Jesus, já tiveram em vida sua recompensa (VAZ, 2005, p.110).

Jesus anuncia a boa nova de Deus a todos, embora esta boa notícia, não é aceita da mesma maneira por todos, principalmente, pelos que vivem em abundância

dos prazeres, na alegria e no conforto. Para Pagola (2014, p. 130):

Jesus declara de maneira categórica que o reino de Deus é para os pobres. Ele tem diante dos olhos aquelas pessoas que vivem humilhadas em aldeias, sem defender-se dos poderosos latifundiários; conhece bem a fome daquelas crianças desnutridas; viu chorar de raiva e impotência aqueles camponeses quando os arrecadadores de impostos levavam para Séfores ou Tiberíades o melhor de suas colheitas. São eles os que precisam ouvir, antes de mais ninguém, a notícia do reino: “Felizes vós que não tendes nada, porque vosso é o reino de Deus; felizes vós que agora tendes fome, porque sereis saciados; felizes vós que agora chorais, porque rireis” (PAGOLA, 2014, p. 130).

O evangelista Lucas por meio do discurso de Jesus apresenta um conjunto de consolo para fortalecer a esperança da comunidade ao dizer que o Reino de Deus é prometido aos pobres. A mensagem reforça o sentido da perseverança no semear os ensinamentos de Deus diante das dificuldades (STOGER, 1973, p. 184). Conforme Stoger (1973, p. 184) a comunidade Lucana possuía a mesma fé e esperança do autor que compôs este saltério:

Quando o Senhor reconduzia os cativos de Sião, estávamos como sonhando. Em nossa boca só havia expressões de alegria, e em nossos lábios canto de triunfo. Entre os pagãos se dizia: O Senhor fez por eles grandes coisas... Na ida caminham chorando, os que levam a semente a esparzir. Na volta, virão com alegria, quando trouxerem os seus feixes (SI 125, 1-6).

As outras bem-aventuranças possuem um modo próprio, uma característica única, por se tratar do exercício do amor (VAZ, 2005, p. 111). O amor e a alegria era a vingança que discípulos utilizavam para anunciar a mensagem de Jesus vencendo os que odeiam. “A difamação por causa do Filho do Homem também deve ser aceita pelo discípulo como um motivo de alegria. O convite de Jesus é à alegria e ao júbilo nesse dia de perseguição. [...] o motivo da alegria é um só: grande será a recompensa no céu” (VAZ, 2005, p. 111-112). Na interpretação de Richter Reimer (1992, p. 140) a diferença fundamental das bem-aventuranças consiste exclusivamente em contemplar as pessoas e as situações das pessoas desprovidas de felicidades:

Pessoas sofridas e que se opõem às práticas de injustiça e violência. Há, portanto, uma inversão de perspectiva! Também neste sentido, as Bem-Aventuranças podem servir de ‘antídoto’ ideológico na luta não violenta contra as violências do Reino do Mundo (RICHTER REIMER, 1992, p. 140).

Assim, “as Bem-Aventuranças refletem, portanto, bem mais do que conflitos sociais e econômicos como causa da existência de pessoas empobrecidas, que estão enlutadas, que têm falta de água e de terra, e sofrem toda forma de doenças e

violências” (RICHTER REIMER, 1992, p. 143). O anúncio do Reino de Deus, faz parte da centralidade da perícopes, Bem-aventurados vocês, os pobres, pois a vocês pertence o Reino de Deus (Lc 6,20), são promessas de consolo e descanso direcionadas ao tempo da graça que chegará. O autor da perícopes mostra que “o papel do Reino de Deus frente às necessidades dos pobres é trazer consolo, retirar a dor da opressão e exploração e acabar com a fome com alimento, com pão” (GUERRA; SILVA, 2020, p. 492). Para Mazzarolo (2004, p. 104) “Lucas é o evangelista mais sensível ao tempo do Reinado de Deus aqui e agora”. Conforme Lancellotti e Bocali (1979, p. 85) as Bem-aventuranças e as ameaças formam o mesmo quadro que contrapõe os lados em que se encontram os personagens dentro do campo de uma mesma realidade social. Para Pikaza (1978, p. 57) Jesus proclama o mistério da graça que supera a exclusão religiosa colocando os famintos, os pobres, os que choram e os perseguidos como preferidos do anúncio. São felizes porque Deus se aproxima, veio até eles na pessoa de Jesus Cristo. Compreende Koester (2016, p. 92) que “esse governo de Deus, porém, não é visto como um evento do futuro distante, mas como um processo que começa com as palavras de Jesus, como aqueles que são capazes de ouvir são atraídos para esse reino aqui e agora”. O anúncio do Reino de Deus (Lc 6,20-26) encontra nos discípulos solo fértil de aceitação, por isso eles são Bem-aventurados. Do outro lado, os ais, são para os que se fecharam ao anúncio do Reino. Isso mostra a dimensão do estrato social da época.

No segundo capítulo a Teologia da Libertação interpreta o conceito de Reino de Deus vivenciado pela comunidade lucana (6,20-26) em solo latino-americano. Em suas explicações, no atual contexto, a situação dos Bem-aventurados é a mesma, pois, são milhões de pessoas na extrema pobreza, anualmente milhares de pessoas morrem de fome; o desespero e choro dos pais ao verem seus filhinhos com fome ou tendo vidas ceifadas; os profetas da atualidade que enfrentam esse sistema opressor com duras críticas são perseguidos e alguns são mortos pelo fato de defenderem os mais fracos, os indefesos.

CAPÍTULO 2. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO INTERPRETA O CONCEITO DE REINO DE DEUS

No interesse em conscientizar a população latino-americana sobre as causas responsáveis pelos inúmeros sofrimentos os teólogos da libertação souberam interpretar o agir de Jesus Cristo nos clamores dos que padecem nas periferias. Na interpretação dos mesmos teólogos os evangelhos são respostas aos necessitados e necessitadas da atualidade para superarem as atrocidades e calamidades sociais. Todos os teólogos são unânimes ao afirmar que a pobreza deixa consequências profundas, consome os valores humanos, deixa as pessoas em desumanas situações, como: a fome, violência, roubo e alta taxa de mortalidade das crianças, mulheres, idosos, desemprego, doenças e falta de saneamento básico.

Inserida na realidade em que se encontram os pobres a Teologia da Libertação aparece como uma nova forma de evangelização na América Latina no intuito de construir uma consciência coletiva para superar tais desafios existentes que afligem a dignidade humana (OLIVEROS, 1990, p. 17). O reconhecimento da dignidade humana dos pobres e a missão histórica e religiosa especial que lhes foram atribuídos pelo cristianismo da libertação é uma das razões para o seu relativo sucesso, isto é, a libertação histórica como a antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus (LOWY, 2000, p. 60-61). Os discursos dos teólogos da libertação em solo latino-americano encontram-se direcionados a um público de pessoas que vivem às margens (TAMAYO, 1990, p. 51). Boff (1998, p. 197) compreende que "... mais adequadamente para nós hoje, é articular, na inteligência da fé, o significado da libertação de Jesus Cristo". A Teologia da Libertação se apresenta como uma reflexão própria e encarnada na situação das pessoas e povos da América Latina (OLIVEROS, 1990, p. 17).

As bem-aventuranças são a base documental bíblica de fundação de uma Igreja pobre, como carta fundacional da Igreja dos pobres (ALBUQUERQUE, 2020, p. 606). O pobre possui algumas características que são essenciais para sua libertação e a realização do Reino de Deus (faminto, chorando, perseguido, insultado). O conceito de pobre vai muito além daquele meramente sociopolítico, como se poderia pensar no contexto desta teologia (ALBUQUERQUE, 2020, p. 609). Com a Teologia da Libertação os pobres sentem que não estão sós, encontraram aliados que assumem sua causa e suas lutas (BOFF, 2011, p. 2).

Quando a Teologia da Libertação interpreta o conceito de Reino de Deus na realidade dos pobres, ela está reforçando aos fiéis que professam Jesus como o seu Deus se organizarem como irmãos (as) para exigirem os recursos que são seus por seus direitos. Os teólogos da Libertação resgatam valores a partir literatura bíblica que reforçam a importância em superar juntos como comunidade os preconceitos, o regime escravagista, tornando uma nova sociedade livre da opressão e sem domínio capitalista.

Os próximos itens apresentam como a Teologia da Libertação interpreta o conceito de Reino de Deus em pleno exercício no cuidado e na conscientização dos valores evangélicos ensinados por Jesus.

2.1 O REINO DE DEUS E OS POBRES DA AMÉRICA LATINA

Os pobres fazem parte da maioria da população da América Latina, vivem das migalhas que caem das mesas dos ricos e dos governantes, são homens, mulheres, jovens e crianças que caminham guiados sob a luz da fé em Jesus que acolhe como irmãos (as) dando-lhes a dignidade de filhos (as) de Deus. No auge da Teologia da Libertação o número de pessoas vivendo em situação de pobreza chegou no ponto mais elevado. Numa pesquisa sobre os impactos das reformas econômicas neoliberais na América Latina, Campos (2016, p. 39) explica que “segundo os dados da CEPAL, em 1980 havia 135 milhões de pobres, em 1990 chegou-se ao patamar dos 200 milhões e em 1999 foram registradas 211 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza”. Quando se trata de pessoas vivendo em situação de indigência, os números absolutos cresceram na mesma proporção, em 1980, os 18,6% que equivale a soma de 62,4 milhões de pessoas. Em 1990 eram 22,5% que representavam 93,4 milhões e no final de 1999 era 18,5% que significavam 89,4 milhões de latino-americanos vivendo em situação de indigência (CAMPOS, 2016, p. 39).

O pobre da atualidade pode ser comparado ao *ani*, o curvado, o que está sob um peso, o que não está em toda a capacidade de vigor, o humilhado. “O *anaw*, numa concepção religiosa, significa: o humilde perante a Deus. Na literatura grega, *ptóchós*, significa o que não tem o necessário para subsistir, o miserável obrigado subsistir” (GUTIÉRREZ, 1986, p. 238). Interpretando a pobreza como situação escandalosa, Siepiński (1988, p. 221) usa o termo *ebion* que “frequentemente se refere aos que

são bastante pobres e estão numa situação de miséria. Originalmente significava alguém que pede esmolas, um pedinte, mendigo”. Os teólogos da libertação nos ensinam que os pobres de certa forma que Deus continua se revelando no meio dos humilhados socialmente. O local preferencialmente para fazer Teologia comprometida com o evangelho é nas realidades em que encontram os desvalidos socialmente, nas favelas e porões de esconderijo dos esquecidos (as).

2.1.1 Os pobres como lugar teológico

O número de pessoas em situação de pobreza na realidade continental latino-americana é assustador. Por ser um continente onde predomina a religião cristã, fica entendido que alguma coisa ofuscou o verdadeiro sentido da palavra de Deus vivida e ensinada por Jesus em sua missão.

A consideração da transparência da experiência cristã à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres significa um passo na realização do Reino de Deus (ALBUQUERQUE, 2020, p. 616). Nas palavras de Boff (2011, p. 6) “a marca registrada da Teologia da Libertação é agora e será até o juízo final: a opção pelos pobres contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade”. Comblin (1973, p. 71) explica que:

Os Sinóticos mostram-no vivendo no meio do povo pobre de Galiléia, em disputa permanente com as autoridades. O evangelho de Lucas está centrado na oposição ricos-pobres e o Magnificat representa de certo modo a sua síntese. Também as bem-aventuranças são muito claras. S. Paulo é claríssimo na sua opção. Para ele, a missão dirige-se aos pobres a tal ponto que quis viver do seu trabalho manual como um pobre. Em João, a vida de Jesus foi um imenso debate entre Jesus e as autoridades. Os discípulos são os pequenos e Jesus defende os pequenos contra a dominação dos grandes.

A Teologia da Libertação propiciou a reapropriação da Palavra de Deus pelos pobres, nas comunidades e círculos bíblicos aprenderam comparar página da Bíblia com a página da vida e daí tirar consequências para sua prática cotidiana (BOFF, 2011, p. 7). Por isso, ficou entendido que para a Teologia da Libertação os pobres representam um lugar teológico, por se tratar de questões que dizem respeito à orientação e ao sentido mais profundo e definitivo da vida humana (AQUINO JUNIOR, 2013, p. 136). Vale a pena compreender que Deus deixa sua transcendência e se curva para falar: ouvi a opressão de meu povo... desci para libertá-lo (Ex 3,7), por

isso, “a Teologia da Libertação nos fez descobrir Deus como o Deus da vida, o Pai e Padrinho dos pobres e humildes. A partir de sua essência, como vida, se sente atraído pelos que menos vida têm” (BOFF, 2011, p. 6). Como lugar social, a teologia cristã, é feita a partir à práxis de Jesus de Cristo, importante explicitar, que as razões teológicas que têm levado os/as teólogos/as da libertação a afirmar que o lugar social da teologia é o mundo dos pobres e oprimidos [...] que o mundo dos pobres e oprimidos é o lugar teológico fundamental (AQUINO JUNIOR, 2013, p. 139-140). O rosto de Deus de Jesus apresentado por Jesus encontra sua preferência com os que se encontram em situação de pobreza e na extrema pobreza. Os que estão desprotegidos socialmente, excluídos e padecendo nas indigências das controvérsias do sistema dominante.

2.1.2 Opção profética e solidária

A opção profética e solidária da Teologia da Libertação consiste por meio da análise crítica da realidade social, oferecer auxílio à população pobre e oprimida a lutarem por seus direitos e deveres de cidadãos.

O caminho eclesial condizente com o evangelho implica necessariamente uma vivência evangélica prática e profética. A prática do evangelho é imprescindível para que se chegue a uma experiência de salvação que signifique também libertação (ALBUQUERQUE, 2020, p. 616). O interesse solidário consiste em “[...] mostrar o Reino como uma grandeza teológica assumida por Jesus. Desta forma, deve sobressair quem é o Deus do Reino, quem é o Deus de Jesus e quais são as propostas para o diálogo inter-religioso” (SOBRINO, 1992, p. 145). O Reino anunciado pela Teologia da Libertação foi anunciado primeiramente aos pobres da época de Jesus e aos pobres de hoje. A opção dos membros da Teologia da Libertação pelos pobres reforça o sentido subjetivo de que eles não são posse do sistema dominante e que não devem ser dominados pela influência da categoria povo (DUSSEL, 1984, p. 282). Sua práxis eclesial basicamente nasce com um novo discurso eclesiológico com categorias apropriadas à própria novidade de uma igreja popular que foi consagrada em Puebla:

Uma igreja que nasce do povo, dos pobres e oprimidos que o Espírito faz nascer comunidades cristãs, pastores, missionários, agentes generosos que

renovam toda a igreja desde a base, desde baixo. Evidentemente isso assusta a muitos, mas é uma realidade histórica (DUSSEL, 1984, p. 282).

O Concílio Vaticano II contribuiu para a renovação da Igreja resgatando a compreensão e aceitação que somos uma Igreja pobre para os pobres (BOFF, 1997, p. 13). Nesse período a Igreja passou a ouvir o clamor dos que viviam em situação de pobreza, como afirma Gutiérrez (1986, p. 153) que a situação de miséria e espoliação do fruto do trabalho próprio, provenientes da exploração do trabalho do homem pelo homem, luta por libertar-se de estruturas opressoras que impediam o favorecimento da dignidade humana. Nesse contexto, os teólogos da libertação assumiram a missão denunciar as interpretações tradicionais como sendo uma cortina de fumaça para defender os interesses da classe média masculina, branca, saxônica e americana (LOPES, 1998, p. 1). Todo esse esforço teológico visa construir uma humanidade consciente de seus valores e dignidade, tendo uma fé esclarecida para compreender e aceitar as dimensões do Reino de Deus (LOPES, 1998, p. 5).

Segundo o entendimento de Manzatto (2012, p. 82) “já é sabido e exaustivamente afirmado que a opção pelos pobres não é exclusiva nem excludente, mas, ao contrário, é condição para contemplar todas as pessoas, todos os povos e todas as classes sociais”. Entende Dussel (1984, p. 287) que a Teologia da Libertação aborda o problema segundo o seu método. Método este, de interpretar a palavra de Deus frente à realidade onde se encontram as pessoas desprovidas de direitos e dignidades. É uma opção profética e solidária com a vida, a causa e as lutas destes milhões de humilhados e ofendidos em vista da superação desta iniquidade histórico-social (BOFF; BOFF, 2001, p. 14). Esta Teologia vê no pobre o Cristo pobre, critério absoluto do julgamento e da história: “porque tive fome e deste-me de comer (Mt 25,31-46)” (DUSSEL, 1984, p. 281). Na dimensão política a libertação deve ser libertação de fato com estruturas humanizantes, acolhedoras, integradoras e conscientizadoras (BOFF; BOFF, 1980, p. 87). A década de setenta foi cenário de contínuo debate sobre quem é o pobre e o que se entende pobreza evangélica. Porém, Medellín já havia profeticamente destacado as causas responsáveis pelas injustiças sociais tendo como consequências o aumento de pessoas em situação de pobreza (OLIVEROS, 1990, p. 19). Nesta constatação aparece nitidamente a experiência de dor dos camponeses, dos indígenas e dos negros latino-americanos, cujo clamor, em certos momentos parecia surdo, se foi fazendo claro e visível (OLIVEROS, 1990, p. 19).

Inserida em meio à classe social que reside nas periferias a Teologia da Libertação conseguiu restaurar o rosto de Deus, um Deus escondido, crucificado e ressuscitado que transforma a utopia em esperança (TAMAYO, 1990, p. 68). Falar dos pobres é falar de Cristo, o pobre de Javé, os homens e mulheres, a maioria dos latino-americanos vivendo em condição análoga à escravidão, os pequenos e esquecidos aos olhos do mundo (OLIVEROS, 1990, p. 20). Dussel (1984, p. 6) explica que Gauthier escreveu um opúsculo cujo título é “os pobres, Jesus e a Igreja”, onde fala da identificação de Jesus com sua Igreja. Essa identificação de Jesus com os pobres mostra que no início a Igreja era formada por um grupo de pessoas socialmente pobres.

A Teologia da Libertação ensina que os pequenos e indefesos necessitam de conhecimentos para superarem juntos as ideologias promovidas pelo rolo compressor de um sistema que exclui, explora e marginaliza. Neste contexto, o conceito de Reino de Deus interpretado pelos teólogos da libertação foi resgatado, voltando a sua originalidade.

2.1.3 O Reino de Deus como razão principal da fé cristã

A fé no Cristo é um dos objetos de trabalho da Teologia da Libertação. Quando essa fé é acessada ao conhecimento da palavra de Deus, da realidade histórica e social a qualidade da vida é garantida como dom de Deus. A maneira de olhar revela a necessidade de obter o conhecimento, este por si mesmo, leva a uma ação de transformação (BOFF, 1999, p. 27). A fé é definida pelo Vaticano II como *ratio fide illustrate* (a razão esclarecida pela fé), assim, a teologia define como a fé de olhos abertos. A fé lúcida, inteligente, crítica (BOFF, 1999, p. 27). A intrínseca relação entre a fé no Deus vivo, a salvação como realidade histórica e transcendente e o compromisso com os que padecem nos sofrimentos reforça a luta contra as causas responsáveis pela geração da pobreza (ALBUQUERQUE, 2016, p. 294). Bombonato (2007, p. 42) comenta que os terríveis massacres contra os povos latino-americanos despertaram toda a comunidade para a busca de um mundo novo com possibilidade concreta e generosa. A simplicidade e a convicção de todos os envolvidos passaram a ser compreendidas nas palavras do profeta Miquéias (6,8) que diz: praticar a justiça, amar com ternura, caminhar humildemente com Deus na história. Nesta perspectiva

aparece a compreensão do Reino de Deus como fundamentação da fé na Teologia da Libertação (NORONHA, 2012, p. 185). Ela rompe com os conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo as ideias de igualdade social e direitos humanos, resgatando uma herança histórica os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade, advindos da Revolução Francesa (SUNG, 2016, p. 793). Os movimentos sociais que nasceram no período da Teologia da Libertação fizeram presentes os:

Povos dominados, classes sociais exploradas, raças desprezadas e culturas marginalizadas [...] a pobreza significa morte. Carência de teto e de alimentos, impossibilidade de atender devidamente as necessidades de saúde e educação, exploração do trabalho, desemprego permanente, desrespeito à dignidade humana e injustas limitações à liberdade nos campos da expressão, do político e do religioso, sofrimento diário (GUTIÉRREZ, 1986, p. 16-17).

As lideranças políticas e religiosas precisam conhecer a realidade em que se encontram para trabalharem conscientes na superação das causas oriundas das desigualdades sociais (SANTOS, 2006, p. 16). Pois “não existe libertação individual que não seja parte de uma libertação social; não existe libertação da alma independente de libertação socioeconômica e sociopolítica” (LEPARGNEUR, 1979, p. 11). A libertação tem sua fundamentação primeira na razão que encontra em Deus, “então se envia Deus ao auxílio da razão. Aparece o limite da razão, quando, na verdade, ele é o ilimitado da razão” (BOFF, 2002, p. 24).

Para a Sagrada Escritura Jesus é o cumprimento da libertação dos pobres (Is 61,1) e a Teologia da Libertação objetiva clarear esse ensinamento na Igreja (Lc 5,5) (DUSSEL, 1984, p. 6). Mas ainda há dificuldade em instalar uma consciência libertadora porque o dinheiro (idolatria) se tornou o deus opressor, escravagista, exclusivista (NORONHA, 2012, p. 186). Mas “a esperança humana-cristã é solicitada não apenas no combate em prol dos direitos fundamentais do homem, aspecto [...] positivo do fenômeno, mas também em favor de um socialismo, cujo modelo ainda é ideal e cuja realização duvidosa” (LEPARGNEUR, 1979, p. 11). Isso torna claro que “os teólogos da libertação não rejeitam o progresso econômico, o que eles fazem é analisar os resultados gerados pelo desenvolvimento levando em consideração a vida dos pobres” (NORONHA, 2012, p. 186). A preocupação com o pobre esteve presente em toda a tradição da Igreja por quase dois milênios que volta às origens evangélicas do cristianismo. “Os teólogos latino-americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração” (LÖWY, 2000, p. 123).

A Teologia da Libertação ao longo de sua atuação passou a ser conhecida como teologia da esperança pela razão de traduzir a esperança escatológica num princípio de transformação histórica; utopias, em projetos de evoluções dos aspectos humanos no nível sócio-histórico (BOFF, 1997, p. 18). Mesmo comungando da tradição hebraica (Gn 27,40), Jesus permanece no centro de sua proposta de libertação (Jo 8,36) e que não existe libertação fora Dele (Gl 5,1) (LEPARGNEUR 1979, p. 90). “Os esforços que os teólogos estão fazendo na América Latina, redefinindo a espiritualidade do ponto de vista do pobre de alguma maneira relembram os esforços feitos em Cesaréia da Capadócia por São Basílio Magno, dezesseis séculos atrás” (SIEPIERSKI, 1988, p. 219).

A razão da vocação dos homens e mulheres do Reino de Deus encontra-se descrita nas Bem-aventuranças (Lc 6,20-26 e Mt 5,1-12) sendo que esse Reino para os pobres exige e possibilita uma vocação específica que pode ser promovida em outras realidades da fé, mas que com frequência tem sido ocultada (SOBRINO, 1992, p. 153). Questão de princípios, se o Reino de Deus passa na e pela realização de uma nova sociedade, isso não depende da consciência de Deus, ou seja, de sua vontade, mas depende da retidão ética dos seus agentes (BOFF; BOFF, 1980, p. 106). Tendo o Reino de Deus como razão principal da fé cristã, a escolha pelos pobres é uma opção evangélica e não uma opção humana. Jesus foi o primeiro a fazer sua preferência pelos pobres. Quando Jesus afirma em seu discurso que os pobres são felizes porque deles é o Reino de Deus (Lc 6,20-23) está sinalizando aos latino-americanos que Deus não os abandonou, mas oferece seu Reino como opção definitiva de gozo.

2.1.4 Dignidade humana e o Reino de Deus

Na busca pela felicidade existem pessoas que percorrem longo caminho com a finalidade de alcançá-la, outras fazem sacrifícios árduos para suprir a carência contida em seu ego, no entanto, homens e mulheres de hoje continuarão se afastando da fé enquanto não descobriram que Deus só quer nossa felicidade e a quer desde já (PAGOLA, 2012, p. 18). O princípio da felicidade encontra-se na garantia da dignidade, como as necessidades vitais, essas necessidades vitais estão intimamente ligadas ao conceito de dignidade humana, isto é, aos valores fundamentais de

garantia da vida e sua sã qualidade (PEREIRA, 2020, p. 3). A Igreja Católica Apostólica Romana usa a palavra dignidade para dizer que “a pessoa humana ultrapassa as dimensões da biofísica, da psicologia, da política, do social e da filosofia racionalista. A sua reflexão supera os limites da razão humana, aventura-se no âmbito do espírito, do transcendente e chega a Deus” (MEZZOMO, 2011, p. 195). Löwy (2000, p. 60) entende que “o reconhecimento da dignidade humana dos pobres e a missão histórica e religiosa especial que lhes foi atribuída pelo cristianismo da libertação é certamente uma das razões para o seu relativo sucesso”. A dignidade humana deve ser valorizada como um bem cultural, pois “a cultura permite traduzir melhor a diferença entre nós e os outros e, assim fazendo, resgatar a nossa humanidade no outro e a do outro em nós mesmos” (DA MATTA, 1986, p. 4). A cultura está nos atos e nos fatos através dos quais nos apropriamos do mundo natural e o transformamos em um mundo humano, quando conseguimos transformar a natureza em benefício comunitário em nós e para nós (MELLO, 1987, p. 85).

Quando a Igreja fala da dignidade da pessoa como ser humano, em primeiro lugar “Ela se refere a algo interno que diz respeito à própria natureza humana, acima de qualquer outra circunstância social, cultural, econômica ou mesmo religiosa” (MEZZOMO, 2011, p. 195). Mezzomo (2011, p. 195) compreende que numa dimensão mais ampla, o sentido cristão, o tema dignidade parte da natureza, da origem e destino do homem. Ainda na mesma página Mezzomo (2011, p. 195) afirma que:

Cada ser humano, mesmo dentro dos limites tempo matéria e espaço, que o tornam precário, finito e mortal, possui uma dignidade absoluta e irrenunciável, é sempre um fim e não um meio para ser desfrutado e comercializado como foi no passado e infelizmente ainda é no presente.

Esse conceito de dignidade humana relacionada ao conceito de Reino de Deus fica claro nas palavras de Boff (2011, p. 3) ao afirmar que a Teologia da Libertação procura ajudar as pessoas a recuperarem os valores referentes à sua dignidade que foi perdida com a ideologia do sistema dominante, como no caso, os pobres, indígenas, negros e mulheres submetidas ao machismo, das religiões difamadas e outros portadores de estigmas sociais.

Quando a comunidade toma consciência de que seus membros são dignos de desfrutar dos mesmos bens que os ricos, que são seres humanos e o que nos separa é somente acúmulo de bens materiais, pois Deus não faz distinção de pessoas, há mais razões para entender e celebrar a presença do Reino de Deus atuante na história

(BOFF, 1997, p. 92). Nas palavras de Sobrino (1992, p. 197) “os pobres captam o essencial da mensagem neotestamentária: que Jesus se encarnou não em qualquer mundo, mas no mundo dos pobres; que não assumiu qualquer causa, mas a causa dos pobres; que não teve qualquer destino, mas o destino dos pobres”. Essa explicação vai de encontro com o pensamento de Boff e Boff (1980, p. 104) ao explicar que “quando há grupos religiosos que se mostram reacionários, então há um enrijecimento ainda maior das [...] forças. Quando o capitalismo se mostra com os chifres do diabo, a guerra contra ele representa a chegada do Reino”. O centro da dignidade humana se encontra no querer divino que o homem e a mulher sejam sua imagem e semelhança e que “os homens e mulheres, filhos e filhas de Deus, conseguem compreender Sua humanidade a partir destas verdades de fé, pessoas criadas por Deus, com livre arbítrio, dotadas de dignidade e razão” (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 115).

Esse conceito de Reino de Deus e dignidade humana se complementam, porque o Reino de Deus é a plena realização humana, o que a Teologia da Libertação chama de salvação iniciada ainda neste mundo. Na lógica do Reino a dignidade humana é pleno reconhecimento de que os seres humanos são a imagem e semelhança de Deus.

2.1.5 O Reino de Deus é atualizado com a prática da justiça

O conceito de Reino de Deus anunciado por Jesus ultrapassa os limites da justiça que favorece alguns e desprivilegia a maioria, gerando o sistema desigual, exclusivista, opressor e ditador. Os pobres são os que mais sofrem as consequências das injustiças sociais. A Teologia da Libertação concorda com a afirmação de Vigil (2004, p. 22) que “se a pobreza de uma pessoa ou grupo se deve ao fato de que tenha sido vítima da injustiça, Deus está do lado desse pobre, contra sua pobreza, e contra as causas dessa pobreza-injustiça”. Para Vigil (2004, p. 22) “Deus não faz discriminações a respeito disso, nem prefere, nesse campo, a ninguém. Deus não prefere nem despreza a nenhuma raça ou gênero ou cultura por si mesmos”.

Dois conceitos que se complementam, o Reino de Deus e justiça de Deus, pois a finalidade desses dois conceitos consiste em promover a vida dos injustiçados, excluídos e explorados. O Reino de Deus chega para os homens e mulheres como

agentes da história, não como beneficiados ou atuados pelas transformações históricas (BOFF; BOFF, 1980, p. 90). Nas palavras de Silva e Euclides (2018, p. 110) o Reino de Deus é a oferta de Jesus para os homens e mulheres que assumem com a consciência e a responsabilidade de dar continuidade no projeto de Deus. O Reino de Deus está associado à prática da justiça de Deus e à prática da justiça humana associada à justiça de Deus (SOBRINO, 1992, p. 144). O Reino de Deus está associado ao conceito de justiça pensada particularmente a partir dos pobres e para os pobres, embora a plenitude realizada do Reino de Deus possa alcançar a todos (as). “Desde as primeiras origens dessa utopia, o rei justo, que se espera, é justo porque será parcial para os pobres e os desvalidos” (SOBRINO, 1992, p. 144). A prática da justiça revela a missão de anunciar o Reino, é missão de todos aqueles que assumem o compromisso da fé em Jesus por meio do batismo (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 111). Na América Latina a teologia política seria a expressão mais compreensível e visível da Teologia da Libertação, pois esta tem todas as condições necessárias para libertar o sujeito político da situação de cativo (BOFF; BOFF, 1980, p. 92).

Por meio do testemunho dos homens e mulheres leigos que se encontram à frente de pastorais em suas comunidades, chefes de família, que vivem nos mais variados setores da sociedade são a chave para entender como ainda é possível viver, atualizando assim, a compreensão do Reino de Deus (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 111). A história dos povos da América latina é marcada por diversos processos de êxodos e fé (GALLARDO, 1993, p. 80). Nesses processos estão relacionadas fé e história de resistência e unidade. Essas caminhadas servem para pedir forças para lutar pela libertação, é como o êxodo pascal: “a passagem da morte à vida, da alienação à identidade, da clandestinidade à unidade: a entrada nessa utopia ancestral da terra sem males. E acaba relacionando todo esse processo ao sangue dos antepassados” (GALLARDO, 1993, p. 80). Para a Teologia da Libertação somente o Deus da vida possui força para reinar acima dos deuses ídolos responsáveis por mortes, pobreza e degradação do homem (ALBUQUERQUE, 2016, p. 294). As marchas ocorridas na América Latina explicam que após quinhentos anos de exploração desses povos a sua fé foi atualizada resultando no resgate da identidade, resistência e luta (GALLARDO, 1993, p. 80). Trein (2012, p. 1085) fala de uma carência civilizatória, que é ausência de formação humana e teológica promovida pelo

Estado voltada para a conscientização dos verdadeiros valores humanos e sociais para toda a população.

O antropólogo Pierre Clastres, no entanto, afirma que a ausência de Estado não era uma carência, mas uma opção política explícita por uma formação social, comunitária excludente do poder coercitivo. As aldeias com um número limitado de habitantes favoreciam a formação social comunitária, sem a necessidade de um Estado. Excedentes de produção eram consumidos (“queimados”) fartamente nas festas e rituais, de modo que não ficavam disponíveis para alguma apropriação indevida. Depois de séculos de conquista e colonização não apenas física, mas também mental e espiritual, os povos indígenas demonstraram uma impressionante resistência e resiliência cultural. Mesmo assim, elementos da formação social de Estado e também do monoteísmo podem ser encontrados entre povos indígenas brasileiros (TREIN, 2012, p. 1085).

O problema dos povos indígenas é o mesmo de todos os pobres, explicam Boff e Boff (2001, p. 16) “tal estratégia ajuda os indivíduos, mas faz do pobre objeto de caridade, nunca sujeito de sua própria libertação”. Conforme a compreensão desses mesmos autores, “não se percebe que o pobre é um oprimido e feito pobre por outros; não se valoriza aquilo que ele tem como força de resistência, capacidade de consciência de seus direitos, de organização e de transformação de sua situação”. No entendimento de Albuquerque (2016, p. 294) “a Teologia da Libertação não morrerá enquanto houver homens que se deixem contagiar pelo agir libertador de Deus e que façam da solidariedade com os sofredores [...], a medida de sua fé e a mola do seu agir na sociedade”. Para atualizar o Reino de Deus se faz necessário acolher a salvação como redenção do pecador e [...] essencialmente como redenção da história por parte de Deus, isto é, como Reino de Deus (SOBRINO, 1992, p. 357).

Na sequência os autores da Teologia da Libertação apresentam homens e mulheres que foram cooperadores e cooperadoras do Reino de Deus no exercício da acolhida, transmitiram os ensinamentos de Jesus com atitudes concretas.

2.1.6 Os cooperadores do Reino de Deus na América Latina

São reconhecidas pela Igreja Católica as pessoas que receberam em seu batismo o múnus de anunciar o evangelho não somente com palavras e gestos concretos o que representa sinal do Reino de Deus. A autenticidade do anúncio deve ser verificada pelo crivo do testemunho de promoção humana (SILVA; EUCLIDES,

2018, p. 112). Nas palavras de Grün (2009, p. 91) “se Deus habita em nós, se Deus reina em nós, o conceito de Reino de Deus quer dizer isto, então nós estamos livres dos parâmetros do mundo, então, mesmo quando para fora não realizamos mais nada, nós temos tudo de que precisamos”. O Jesus histórico não pregou a si mesmo, mas o cumprimento do reinocentrismo, não foi o absoluto para si mesmo e “hoje isto é claro no nível da exegese e da cristologia. O próprio Jesus é relacional: Jesus só pode ser compreendido a partir de algo distinto e maior do que ele mesmo, e não diretamente em si mesmo” (CASALDÁLIGA; VIGIL, 1996, p. 108). Nas explicações de Soares (2004, p. 139) o evangelista Lucas é o que mais mostra Jesus acolhendo os pobres e excluídos, sua relação para com os que estão na periferia da sociedade é próxima. O centro da missão de Jesus evidentemente foi o anúncio do Reino de Deus e do Deus do Reino e “o último para Jesus não é simplesmente Deus, mas Deus em sua relação concreta com a história e com a plenitude mesma no próprio Deus” (CASALDÁLIGA; VIGIL, 1996, p. 109). Na atualidade os cooperadores do Reino de Deus não pregam a si mesmos, mas fazem como Jesus lhes ensinou cumprindo as responsabilidades do testemunho fiel (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 112). As pessoas que trabalham no campo dos direitos humanos são hoje os principais cooperadores do anúncio do Reino de Deus, como o Bartolomé de Las Casas que soube defender os índios da América Latina ao afirmar que eles possuíam direitos iguais aos espanhóis e portugueses (BOFF, 1997, p. 66). Tanto Bartolomé de Las Casas, bem como Vieira e outros defensores dos direitos humanos, respondiam que “eles têm direitos e direitos iguais porque são seres humanos. Logo, são nossos próximos. São por isso, chamados a participar da comunidade do povo de Deus e pertencem à mesma família de Deus” (BOFF, 1997, p. 66).

Em solo brasileiro pessoas (não leigas, mas religiosas) compreenderam o sentido do Reino de Deus se colocando à disposição como cooperadoras no exercício da caridade como prática da justiça social marcaram a história com testemunho evangélico. O “Anjo bom da Bahia” como era conhecida a Irmã Dulce representa a importância de sua contribuição religiosa especialmente em favor dos mais necessitados de nossa sociedade no acolhimento aos mendigos e doentes transformando a própria casa da família na Portaria de São Francisco como era chamada pela população local (RIBEIRO, 2016, p. 112). Dom Pedro Casaldáliga foi outro exemplo de servo do Evangelho frente às desigualdades sociais. Trabalhou arduamente na construção do Reino de Deus com seu jeito profético de ser tornou-se

o ícone da Igreja no Brasil e na Europa, uma igreja que tem coragem e sabe acolher os perseguidos, marginalizados, os índios, escravos e sem-terra, sem pão, sem dignidade (MALTA, 2022, p. 51). A Irmã Dorothy representa um sinal do Reino de Deus em solo amazônico visível no amor doado em forma de serviço (BOING, 2015, p. 30). Movido pela espiritualidade da libertação Padre Júlio Lancellotti da Pastoral do Povo de Rua em São Paulo, defende frente aos órgãos públicos que os pobres como as pessoas em situação de rua são nossos irmãos. Segundo Padre Júlio a ocupação da rua é a única alternativa dessas pessoas, que incomodam os mais ricos, que dizem: “Não quero essas pessoas na porta da minha casa ou diante do meu negócio. E essas intervenções são as estratégias que eles usam para que aquele lugar não se torne um abrigo” (SOUZA, 2022, p. 5). Despertar a consciência das pessoas do tamanho da espessura do fenômeno histórico responsável pela exclusão dos mais pobres é o papel da Teologia da Libertação (BOFF; BOFF, 1980, p. 93).

No contexto latino-americano onde as missões dos novos profetas tiveram seu sangue derramado tornou-se solo fértil para novas vocações missionárias. Foram inúmeras pessoas que souberam interpretar a palavra de Deus, sob a direção da Teologia da Libertação defendendo os mais fracos, os pobres.

2.1.7 O Reino de Deus como uma realidade existente entre nós

O modelo de reinado existente na terra de forma geral não se assemelha ao que Jesus anunciou, porque “o Reino de Deus não é simplesmente uma utopia situada no horizonte da história. É uma realidade que já está presente no coração da história” (BOFF; BOFF, 1980, p. 79). O Reino de Deus anunciado por Jesus diz, no fundo, que o cristão é, antes de tudo, um homem (ou mulher) mergulhado na história real da humanidade, com o perene e escandaloso problema da injustiça, com o qual não se pode chegar a ser homem nem cristão (SOBRINO, 1992, p. 146). Para Boff e Boff (1980, p. 83) o Reino de Deus se materializa nas relações interpessoais: quando as pessoas se amam, se perdoam, se acolhem, se ajudam, todos possuem os mesmos valores e benefícios sociais. Explica Sobrino (1992, 141) Jesus nunca disse o que é o Reino de Deus, pois é uma expressão utópica, nessa utopia se espera a renovação do homem e das relações entre os homens e destes com Deus, essa utopia é anunciada unicamente aos pobres. Na mesma página o autor afirma que “Jesus não

falou somente sobre o Reino, mas desenvolveu uma atividade e uma prática a serviço desse reino, e proclamou exigências também a seus ouvintes” (SOBRINO, 1992, p. 141). Nas palavras de Boff e Boff (1988, p. 90) “o Reino de Deus chega para os homens enquanto agentes da história, não enquanto beneficiados ou atuados pelas transformações históricas”. O Reino de Deus não é somente um símbolo utópico ao qual só na esperança se responde adequadamente, é também um símbolo ético que exige mudança de atitudes e de conduta, como a prática da caridade, da transformação da injustiça histórica em relações justas entre os homens (SOBRINO, 1992, p. 149).

O sentido do Reino de Deus interpretado pelos teólogos da Libertação noticia uma preciosa esperança de que a humanidade poderá presenciar sua concretude quando todos abraçarem como ideal utópico. Quando todos os que são batizados (as) tenham a coragem de sair de si mesmos para se colocarem a serviço de uns pelos outros, a exemplo de Jesus quando estava ensinando os seus discípulos.

2.1.8 O Reino de Deus como serviço

Todo ser humano anseia por receber notícias agradáveis, satisfatórias, pois as notícias ruins trazem desconforto e às vezes alto grau de preocupação e sofrimentos. Quando os teólogos resgatam o conceito de Reino de Deus até então desconfigurado fomentam esperança no seio da sociedade desiludida, desanimada. O propósito do Reino de Deus anunciado por Jesus deve ser construído em cada ser humano aqui e agora (BACH, 1999, p. 78). Este propósito de amor:

Está escrito nos planos de Deus, mas seu advento não será o resultado de um determinismo histórico: tornar-se-á realidade só quando os homens assim o quiserem. Começa a se concretizar primeiramente no plano individual. Só depois passará a se estender ao campo social, como um incêndio que se origina da junção de muitas labaredas pequenas (BACH, 1999, p. 78).

Na interpretação dos teólogos da América Latina o Reino de Deus anunciado por Jesus tem o início com sua própria pessoa manifestado no acolhimento todos (as) mas sendo enfatizado nos excluídos e doentes (MIGUEL, 2015, p. 32). Para o mesmo autor (2015, p. 32):

O Reino é uma proximidade enquanto boa notícia anunciada, de modo especial aos pobres, fazendo com que possamos compreender que o Reino de Deus para Jesus representaria impreterivelmente, um Reino que se aproxime em primeiro lugar, da figura do pobre, um Reino para os pobres. Entendemos o motivo da vida de Jesus, isto é, está a serviço aos pobres, como os primeiros destinatários do Reino.

Uma crítica nascida antes do Concílio Vaticano II que ganhou notoriedade com o Concílio sobre o Reino reforça a importância da Igreja julgar-se a si mesma frente à realidade em que se encontra (LIBÂNIO, 2007, p. 189). No entendimento de Santos (2022, p. 158) o sistema estrutural vigente da civilização latino-americana, marcada pelo poder – dominação, conforto e riqueza, à custa da exploração dos pobres, em diferentes facetas, é oposto aos valores do Reino de Deus. Porque a proposta do Reino de Deus é liberdade não somente aos pobres e oprimidos, mas como a inclusão dos escravos, dos índios, dos negros. Na interpretação de Libânio (2007, p. 189) o conceito de Reino de Deus pode ser compreendido em quatro teses:

1. Jesus não se pregou a si mesmo, mas o Reino de Deus. Só depois da ressurreição a comunidade identifica-o com o Reino, a ponto de séculos depois Orígenes chamá-lo de autobasileia — o próprio Reino. 2. Jesus se entende numa dupla relação com o Reino. 3. No Reino pregado por Jesus, os pobres ocupam lugar de preferência de tal maneira que eles o qualificam. 4. A Igreja é chamada à dupla tarefa de anunciar e significar em palavras e gestos o Reino, especialmente pela predileção pelos pobres, e de reconhecer a presença do Reino em todos os lugares em que os pobres são evangelizados, libertados (LIBÂNIO, 2007, 190).

A força dos povos latino-americanos continua no legado deixado por Jesus como protagonismo da missão de construir juntos o Reino de Deus (Mc 1,15) (LIBÂNIO, 2007, p. 190). Conforme o entendimento de Gutiérrez (1986, p. 20) comenta que é nesta perspectiva que procura situar a nova teologia, este é o caráter frontal da vida da Igreja, a vivência da palavra de Deus encarnada nos membros da comunidade de fé, apresentando um Jesus que serve, revelando assim, a maneira de todos os homens se posicionar como discípulos de Jesus. Para Dussel (1984, p. 11) a proposta da Teologia Libertação já era existente no período em que foi instituído o código de Hamurabi¹ em que dizia claramente: “Defendi-os com sabedoria, de

¹ O Código de Hamurabi foi criado por volta dos anos 1792 a 1750 a.C. na Mesopotâmia, quando Hamurabi governou o primeiro império babilônico. É o primeiro código da história. A comparação entre Teologia da Libertação e o código, é apenas uma analogia que o autor usa ao referir o cuidado com as viúvas, os órfãos e os oprimidos. Esta pesquisa encontra-se disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/codigo-hamurabi.htm#:~:text=O%20C%C3%B3digo%20de%20Hamurabi%20foi,olho%2C%20dente%20por%20dente%20%9D>.
<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/codigo-hamurabi.htm#:~:text=O%20C%C3%B3digo%20de%20Hamurabi%20foi,olho%2C%20dente%20por%20dente%20%9D>.

modo que o forte não oprimisse o fraco, e se fizesse justiça ao órfão e à viúva”. A lógica desta teologia contém sua fundamentação em Moisés (Ex 3) e na parábola do samaritano (Lc 10,25-37), um claro Sim ao Outro; “a luz profética da fé permite descobrir por trás da aparência da máscara do oprimido ou alienado o rosto do outro, no escravo do Egito o homem livre, no ferido ou assaltado junto ao caminho a exterioridade da pessoa humana” (DUSSEL, 1984, p. 19). Para Dussel (1984, 19) o Sim ao outro é necessário para destotalizar o sistema, dar a César o que é César, e a Deus aquilo que é de Deus (Mt 22,21), por isso, Feuerbach e Marx declararam-se ateus ao deus de Hegel e do mundo burguês europeu. Libânio (2007, p. 190) compreende que os fariseus acolheram para si a proposta do Reino, na expressão bíblica que diz “Bem-aventurados os que seguem caminho perfeito, aqueles que na Lei de Javé andam e vivem” (Sl 119,1). Isto representa que para a comunidade dos fariseus o Reino de Deus resumia-se no cumprimento rigoroso da Lei, apoio dos piedosos, os cumpridores e amantes da Lei de Javé. No entanto, para Jesus o Reino de Deus acontece na acolhida dos pobres, dos que sofrem, os doentes, os perseguidos, dos que estão jogados à beira da estrada cheios de feridas.

Para Marx e Engels (1974, p. 173) as religiões permitem aos seres humanos os excessos de suas imaginações, no entanto, esses excessos podem levar as pessoas de pouca informação intelectual a sujeitar-se a certas condições desumanas. Os mesmos autores insistem na ideia de que os pobres podem ser comparados à figura mitológica de Prometeu, da filosofia grega; também como os judeus errantes da tradição bíblica judaica e Jesus na tradição cristã, o cordeiro de Deus, isto é, são dilacerados vivos e seus corpos expostos sobre a terra. São eternamente condenados a sofrer. Gutiérrez (1986, p. 23) destaca a importância da teologia como reflexão epistemológica ou reflexão crítica, essas críticas estão relacionadas aos condicionamentos econômicos e sócio-culturais da vida, que precisa de uma reflexão crítica que seja capaz de proporcionar libertação da consciência do homem e de sua comunidade evitando todas as espécies de fetichismo, idolatria e o narcisismo empobrecedor.

Na ótica da Teologia da Libertação o sermão da Planície (Lc 6,20-26) nas três primeiras bem-aventuranças aparece o núcleo primário do Novo Testamento, a

intervenção de Deus dando um ponto final aos dramas das pessoas mais necessitadas (LEPARGNEUR, 1979, p. 91). Nas palavras do autor:

As bem-aventuranças não constituem um programa de reformas sociais, e menos ainda um incentivo de revolução histórica: significam, misteriosamente, que certas situações desvantajosas aos olhos do mundo ora têm, desde já, alto preço aos olhos de Deus (quando o verbo indica uma situação presente: “porque vosso é o Reino de Deus...”) [...] O Evangelho não disse: “Vamos suprimir a pobreza”, ou “a miséria”, mas “eminentemente é a dignidade do pobre, na situação vigente”. Não disse “vamos organizar a consolação daqueles que choram”, mas “felizes os que choram porque serão consolados” (LEPARGNEUR, 1979, p. 91).

A concretização do Reino de Deus depende do esforço coletivo da comunidade dos crentes em Jesus, pois este não se pode realizar individualmente entendem os teólogos da libertação (CAMURÇA, 2013, p. 2). Quando o amor a Deus é demonstrado através do serviço aos pobres, do serviço solidário ao oprimido significa então um ato de amor ao Cristo sofredor, uma liturgia que agrada a Deus (NORONHA, 2012, p. 189). Esta é:

A forma mais adequada encontrada pela Teologia da Libertação de ajudar os oprimidos é entendê-los como sujeitos ou agentes de sua própria libertação. Aqui o assistencialismo é substituído pelo entendimento que o pobre tem força, consciência capacidade de transformar as relações sociais, descobrindo as causas que geraram a situação opressora em que se encontram. A articulação de movimentos que reivindicam melhores condições salariais ou de moradia, são exemplos de como os pobres atuam promovendo sua própria libertação, utilizando-se de instrumentos, como por exemplo os sindicatos (NORONHA, 2012, p. 190).

Um dos primeiros passos para iniciar a construção do Reino de Deus, segundo a Teologia da Libertação é a superação das desigualdades sociais, resgate da dignidade de cada pessoa como filhos (as) de Deus e não aceitação de política exclusivista que atenda somente a classe dominante (MANZATTO, 2012, p.75). A Teologia da Libertação atua em defesa dos oprimidos, dos fracos, indefesos libertando-os da ideologia do sistema capitalista (CAMURÇA, 2013, p. 2). Conforme Miguel (2015, p. 91)

O Reino de Deus é o centro da Teologia da América Latina e nos ajuda a compreender a importância que Jesus deu aos necessitados da sua época, e refletir a situação dos fragilizados do nosso continente, com um olhar de cristãos, semelhante a que Jesus teve naquele período. O Reino de Deus mostra claramente que a prática de Jesus, e a sua pregação se compreendem a partir da ideia de Reino. O Reino é o símbolo pelo qual Jesus exprimiu seu projeto, pois, sua vida toda se entende, a partir dessa noção, sua prática só tem sentido, a partir dessa realidade, e compreensão. Ele

ocupa o lugar central na vida de Jesus, e por conseguinte, na nossa teologia que quer mostrar o significado do Reino para o nosso continente.

Uma das preocupações da Teologia da Libertação consiste em resgatar a centralidade do Reino de Deus na pessoa de Jesus histórico e não somente pensar como certas cristologias que procuram pensar Jesus a partir da sua divindade (LIBÂNIO, 2007, p. 194). Resgatar a centralidade do Reino de Deus em Jesus, libertar os oprimidos, superar as ideologias dominantes são os meios que a Teologia da Libertação procura superar como esforço coletivo. Pensar a lógica do Reino de Deus a partir dos pobres residentes na América Latina também faz parte do interesse da Teologia da Libertação.

2.1.9 O Reino de Deus e a superação da fome na América Latina

Entender a fome em um continente com a população em sua maioria cristã de certa forma causa estranheza porque pode-se entender que foram invertidos os valores contidos no evangelho. Possivelmente as lideranças políticas cristãs tenham esquecido, talvez tenham compreendido de maneira oposta os ensinamentos de Jesus o Reino de Deus.

No Evangelho “Jesus disse que faríamos coisas maiores do que ele. Frase ousada. Mas sabemos que não o fazemos sem a presença dele” (LIBÂNIO, 2007, p. 198). Nesse caso, a concretização do Reino na América Latina, necessita de pessoas que sejam ousadas em acreditar nos ensinamentos de Jesus exercendo trabalho com pessoas que se encontram às margens da sociedade:

Assim, onde os pobres forem evangelizados e amados, aí acontece o Reino de Deus. O Reino é, primordialmente, dos pobres. Ora, a Igreja, enquanto sacramento do Reino, é, primordialmente, uma Igreja dos pobres. Sua missão principal consiste em anunciar em palavras e gestos a predileção pelos pobres e denunciar tudo o que os fere. Mais: na leitura dos sinais dos tempos, como fez na *Gaudium et Spes*, interpreta as realidades sociais e espirituais a partir da opção pelos pobres. A teologia da libertação significou, nesse sentido, enorme bênção para a Igreja, ao recordar-lhe a primazia dos pobres e, a partir deles, elaborar consistente reflexão e apontar ações pastorais (LIBÂNIO, 2007, p. 198).

A Teologia da Libertação ensina que o conceito de Reino de Deus é o melhor instrumento ideológico para a dimensão política e social socorrer o povo oprimido ensinando-os a sacudir o jugo da dominação autoritária (BOFF; BOFF, 1980, p. 93). A

pessoa em situação de pobreza não conhece a liberdade, pois a liberdade é um dos pré-requisitos para se compreender a importância do Reino de Deus.

O milagre é algo bem maior do que uma simples infração da ordem natural das coisas. No milagre revela a natureza mais profunda da criação, uma outra dimensão em que as leis do mundo físico são superadas e reina a liberdade. Quando uma pessoa encontra esta nova dimensão, chegou o Reino de Deus (MIEN, 1998, p. 136).

É importante tomar a palavra Reino de Deus pelo que é: uma metáfora, metáfora da realidade transcendental, a salvação para todos os homens. No campo da realidade histórica social, simboliza a salvação dos pobres e oprimidos (BOFF; BOFF, 1980, p. 82). Na compreensão de Sobrino (1992, p. 149) o Reino de Deus é um símbolo que exige vida gerada no amor, de forma genérica é a prática da caridade, transformação da injustiça histórica em relações justas entre os homens. Esse símbolo representa a promoção da dignidade dos pobres:

Basílio Magno e João Crisóstomo são exemplos eloquentes de uma fé vivida na solidariedade com os mais frágeis da sociedade e contra os causadores do injusto sofrimento. Usam um discurso direto para expressar sua posição diante do mal perpetrado por aqueles que detêm poder dentro de uma estrutura social que sacramenta a exploração dos trabalhos (os escravos) (ALBUQUERQUE, 2016, p. 295).

O Reino de Deus exige uma correlação com os pobres, a partir deles e para eles, Deus é deles pelo mero fato de serem pobres (SOBRINO, 1992, p. 153). Mas como falar de boa nova do Reino de Deus se ainda a fome persiste para milhões de pessoas em situação de extrema pobreza? A missão de anunciar Boa Nova do Evangelho anunciada por Jesus necessita encontrar prioridades no coração dos agentes da América Latina e Caribe (APARECIDA, 2007, n. 380-381). A fome é um problema social emergente, sua solução não pode ser adiada afirma o médico sanitário e pesquisador da desnutrição Flávio Valente que em 2001 havia 36 milhões de brasileiros que nunca sabiam quando teriam a próxima refeição e que a cada cinco minutos uma criança morria em decorrência de doenças ligadas à fome (BONNER, 2004). Segundo Monteiro (2003, p. 8) a fome é o problema cuja definição se mostra mais controversa:

Com base na média nacional de 4,9% de adultos magros, o Brasil faria par com a Colômbia. Com 6,1% e 7,1% de indivíduos magros, respectivamente, o Nordeste e o Nordeste rural brasileiro estariam em melhor posição do que o México (9% de adultos emagrecidos) e muito distante de países onde a

deficiência energética crônica é reconhecidamente endêmica como Haiti, Etiópia e Índia, onde a proporção de indivíduos emagrecidos na população adulta se aproxima de 20%, 40% e 50%, respectivamente (MONTEIRO, 2003, p. 16).

Urge a necessidade de políticas públicas que ofereçam prioridades no combate a desnutrição e a fome (IRRAZABAL, 2022, p. 4)². Monteiro (2003, p. 16) entende que “a criação de empregos e ao aprofundamento da reforma agrária são vistas como soluções consensuais para o aumento da renda dos mais pobres no Brasil”. A Teologia da Libertação ensina a população dos países pobres que tenham consciência que não são subproduto de países ricos e que a autonomia da população deve ser respeitada (GUTIÉRREZ, 1986, p. 33). Conforme Mattei (2008, p. 87) na América Latina a fome e a pobreza, representam uma das faces mais perversas do modelo de desenvolvimento econômico, porque colocam aos olhos das demais sociedades o conjunto colossal de pessoas desprovidas de bens. Para o Banco Mundial a fome não é somente um problema nacional, mas internacional que está relacionado à pobreza e à desigualdade. Para o Documento de Aparecida (2007, n. 65) na América Latina o problema da fome não se restringe somente a falta de alimentos, metaforicamente representa a fome de direito das mulheres excluídas em razão de seu sexo, raça; fome dos pobres por empregos, dos imigrantes por acolhida e direito garantidos. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) falam da dificuldade de milhões de pessoas ao acesso aos alimentos para a sobrevivência, por isso, a desnutrição infantil é um problema agudo nos países mais pobres. No Brasil ainda é um problema social crônico que

Independentes da escolha de um ou de outro método, [...] os indicadores de fome e pobreza são extremamente elevados. No caso brasileiro, nota-se que há dois dimensionamentos oficiais do problema. Na década de 1990, sobretudo após a estabilização monetária de 1994, utilizou-se o método das necessidades calóricas diárias de uma pessoa que trabalha para dimensionar a quantidade de pessoas famintas e carentes existentes no país. Por este método, chegou-se à conclusão que aproximadamente 21% da população não detinha renda suficiente para atender as suas necessidades calóricas diárias. [...] Já o Programa Fome Zero (PFZ), adotando a metodologia do Banco Mundial, chegou à conclusão que existia no país, em 2002, 44 milhões de pessoas, o que correspondia a 27,8% da população total do país (MATTEI, 2008, p. 88).

² Disponível em: [https://www.politize.com.br/combate-a-fome/#:~:text=A%20partir%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20desses,Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20\(PAA\)](https://www.politize.com.br/combate-a-fome/#:~:text=A%20partir%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20desses,Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20(PAA))

A questão da falta de alimentos para as pessoas em situação de pobreza é um problema antigo como mostra o autor do Sl 146 que as injustiças sociais revelam a ausência dos ensinamentos de Yhwh nos projetos governamentais, por isso, os oprimidos, famintos, prisioneiros, cegos, curvados, estrangeiros, órfãos e viúvas encontram-se desassistidos (SILVA, 2018, p. 250). Naquela época “as causas mais comuns da fome eram a seca, a guerra e a perda da colheita e a alta cobrança dos impostos” e hoje são as desigualdades sociais (Is 58,7-10) (CRISTOFANI, 2014, p. 58). Os evangelistas são unânimes ao mostrar que Jesus tinha um olhar misericordioso para com os mais pobres ensinando os discípulos fazerem o mesmo (Lc 9,10-17) e a partilha dos alimentos é a maneira eficaz para vencer a fome (SILVA 2018, p. 245). Atualmente vemos calçadas das ruas lotadas de menores em situação de pobreza, outros residindo debaixo de pontes e comendo na boca do lixo (SILVA, 1988, p. 22). Maslowski e Diekmann (2017, p. 101) entendem que “a pobreza material é um escândalo, trata-se de algo repudiável. Tal pobreza não pode jamais ser um ideal cristão, pois implica fome, exploração do homem, escravidão, o que culmina na morte”. Esta infame realidade de pobreza ceifa milhares de pessoas, principalmente crianças todos os anos no mundo.

2.1.10 O Reino que acolhe os odiados, insultados e perseguidos

As Bem-aventuranças lucanas (6,20-26) mostram que no Reino de Deus os odiados, perseguidos, insultados por causa de Jesus e do Evangelho serão felizes. A Teologia da Libertação interpreta essa mensagem dizendo que é possível reverter qualquer situação de sofrimentos quando acolhemos a mensagem de Jesus e fazemos dela comunidade de fé, de esperança e solidariedade. Quantos líderes do povo na América Latina foram mortos e a comunidade não deixou de continuar sua missão.

Existe uma ponte que une o martírio dos cristãos, o martírio de Jesus e o martírio de hoje (TAMEZ, 2005, p. 153). Os martirizados de hoje são os novos discípulos de Jesus residentes na América Latina, possuem identidade, individualidade, são seres humanos que lutam na defesa da vida. Desde o período em que nasceu a Teologia da Libertação muitos homens e mulheres foram perseguidos e mortos simplesmente pelo fato de serem defensores da vida e do

direito dos mais fracos (Lc 6,20-26) (TAMEZ, 2005, p. 154). São estes os nomes de algumas pessoas martirizadas na América Latina que compreenderam o valor do Reino sendo corajosos (as) para enfrentar as estruturas mortíferas imprimindo o testemunho de Jesus:

Argentina: Joaquin Carregal, Remigio Morel, Pedro Medina e Daniel de la Sierra, sacerdotes da diocese de Quilmes. Todos mortos em 7 de março dos anos 1992 - 1994. Nelio Rougier, religioso sacerdote de Foucauld, 15 de março de 1975. Bolívia: Luis Espinal, sacerdote, 22 de março de 1980 [...]. Chile: muitos nomes morreram a cada 14 de março, dos anos de 1973 a 1994. Eduardo Rafael e Pablo Vergara Toledo, assassinados em 29 Março dos anos 1985-1988. Colômbia: María Gómez, professora catequista do povo Simití, 26 de março de 1989. Guatemala: Antonio Chaj, pároco, e Manuel de Jesús Recinos, ambos da Igreja Evangélica, não se sabe em que dia de março de 1977. María Mejía, camponesa solidária de Parraxtut, 17 de março de 1990. México: Luz Marina Valencia, freira, lutadora dos camponeses, 21 de março de 1987. Rafael Hernández, lutador dos camponeses, 22 de março de 1988. Nicarágua: María Mejía, camponesa, e Presentation Ponce, delegada da Palavra, 18 de março de 1981. Donato Mendoza, Delegado da Palavra, 25 de março de 1986. El Salvador: Rutilio Grande, sacerdote; Menche Ruiz, catequista, Manuel e Nelson, Camponeses, 12 de março de 1977 (TAMEZ, 2005, p. 154).

Como representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Padre Josimo atuava em defesa dos direitos e da dignidade da pobre classe camponesa (FERREIRA, 2020, p. 2). No ano de 1979 com 26 anos de idade Pe. Josimo assumiu a Paróquia de Wanderlândia TO, onde estava desenvolvendo o trabalho como de pároco e representante CTP na região (SILVA, 2013, p. 11)³. Foi um período difícil explica Ferreira (2020, p. 4) que utilizou na íntegra a fala do padre Josimo mostrando sua consciência acerca do que poderia vir acontecer devido às ameaças recebidas:

“O discípulo não é maior do que o Mestre. Se perseguirem a mim, hão de perseguir vocês também.” Tenho que assumir. Agora estou empenhado na luta pela causa dos pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas garras dos latifúndios. Se eu me calar, quem os defenderá? Quem lutará a seu favor? Eu pelo menos nada tenho a perder. Não tenho mulher, filhos e nem riqueza sequer, ninguém chorará por mim. Só tenho pena de uma pessoa: de minha mãe, que só tem a mim e mais ninguém por ela. Pobre. Viúva. Mas vocês ficam aí e cuidarão dela. Nem o medo me detém. É hora de assumir. Morro por uma justa causa. Agora quero que vocês entendam o seguinte: tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica resultante do meu trabalho na luta e defesa pelos pobres, em prol do Evangelho que me levou a assumir até as últimas consequências.

³ Moisés Pereira da Silva de 2013 em seu artigo cujo título é “O Padre Josimo Moraes Tavares e as lutas de classe nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986)” explica como foi ocorrido com o Padre Josimo em sua missão de defender os pobres em suas lutas pela terra e o direito de plantar para obter alimentos para comerem. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Mois__s_Pereira_da_Silva.pdf.

Essa luta é contra os ídolos, a luta de classes transformou-se em uma luta do Deus de Jesus Cristo contra o Olimpo dos deuses do sistema capitalista (SOFIATI, 2009, p. 219). Os líderes necessitam exercer opções radicais no trabalho em defesa dos empobrecidos, um modelo de Igreja iniciado no Concílio Vaticano II e em Medellín (SOFIATI, 2009, p. 220). Outro exemplo de amor radical a Cristo que defende os pobres é o Cardeal Dom Oscar Romero que assumiu com afinco o compromisso de Jesus rompendo o egoísmo e sua pequenez preferindo ser crucificado ao lado dos pobres e com os pobres (BOMBONATTO, 2007, p. 42). Nas palavras de Bombonato (2007, p. 42) Dom Oscar Romero foi um

Homem marcado pelo sofrimento e pela morte, na luta em favor da vida, Jon Sobrino pode ser chamado de "mártir sobrevivente". Por ter escapado da morte e ter vivido, na fé e na esperança, a dura experiência de ver seus companheiros assassinados, especialmente seu grande amigo Ignacio Ellacuría. Essa tragédia marcou profundamente sua vida e solidificou sua decisão de lutar pela justiça.

Sobrino (2000, p. 282) fala que "o Novo Testamento não fala só de morte, mas de cruz de Jesus, os crucificados da história serão lugar mais apropriado para compreender a ressurreição de Jesus". O horror, o abandono e a solidão da cruz de Jesus levaram seus discípulos a esconder-se no cenáculo, estavam com muito medo. O espírito de Jesus que é mais forte que a morte, abriu as portas e dali eles saíram confortados e decididos a pregar a ressurreição e a vida, anunciar a boa nova do reino aos pobres (SOBRINO, 1992, p. 182). Na América Latina isso é captado vitalmente, no testemunho dos mártires que deram testemunhos do Reino, viveram e morreram por causa dele que é a busca da justiça, da paz, da fraternidade e da vida abundante para os pobres (SILVA, 2007, p. 181).

O que aconteceu com Jesus insiste em continuar com os profetas e missionários da atualidade. Os desafios são praticamente os mesmos, não aceitação da proposta de Jesus. Na atualidade os profetas compreendem que para serem cristãos com autenticidade terão que resistir as forças as ideologias opostas à proposta de Jesus e a instauração do Reino de Deus.

2.1.11 O Reino de Deus como símbolo de resistência

Numa realidade onde residem contradições aos valores inerentes aos direitos fundamentais da vida, o mercado com seus produtos é mais sedutor que os ensinamentos religiosos. Os valores referentes ao Reino de Deus segundo os teólogos da libertação são suscetíveis de vivenciá-los por serem meios de continuação e qualidade da vida. Tudo o que é contrário à vida e sua sua qualidade, também é contrário ao Reino de Deus.

Jesus ensina que os sinais do Reino de Deus não dependem de sinais de observações sensíveis, mas da fé (Lc 17, 20-21). Basta que acolha para que possa encontrar (Lc 12,54-56) esse Reino, é uma realidade íntima, ela concerne a todo povo, é um projeto de salvação (TEB, 1994, p. 2016). Nenhum sistema pode corresponder totalmente ao Reino de Deus, pois:

O Reino de Deus não se identifica adequadamente com sistema nenhum, pois ele é transcendente. Mas ele sempre se encarna de certo modo na história. Ele não está ligado definitivamente ao capitalismo ou ao socialismo. Nenhum sistema corresponde totalmente ao Reino de Deus. Não vamos fechar a história. Mas ele se acha sempre ligado historicamente com os sistemas sociais existentes. O Reino é transcendente e por isso e ao mesmo tempo ele é imanente (BOFF; BOFF, 1980, p. 96).

O Reino de Deus embora sendo um símbolo ético que exige mudança de atitudes e de conduta é traduzido pela igreja nas Virtudes Teologais compreendendo a riqueza desse conceito sem deturpar sua originalidade (SOBRINO, 1992, p. 149). Para Sobrino (1992, p. 149) a tríade teologal resume a expressão da caridade de Deus

O Reino de Deus significa uma forma de concretizar a tríade teologal fé, esperança e caridade; mas de maneira que estas e sua mútua relação se tornem hoje mais evidentes como modo fundamental do ser cristão, mais capazes de unificar o que nelas há de transcendente e histórico, mais relevantes e, por isso, também mais críveis na atual situação da humanidade (SOBRINO, 1992, p. 149).

Essa expressão da vida como dom de Deus responde à realidade dos crucificados com a esperança serão saciados com vida em abundância (Lc 10,33-35); os injustiçados e arruinados têm sua esperança (SILVA, 2007, p. 275). A humanidade se encontra desesperançada da realidade terrestre que procura em Jesus a possibilidade para libertar (BOFF; BOFF, 1980, p. 99).

O conceito Reino de Deus ficou quase esquecido por uns tempos na tradição cristã, esse esquecimento contrasta com sua onipresença nos evangelhos sinóticos (Marcos, Mateus e Lucas) (SILVA, 2007, p. 271). A causa desse esquecimento foi por

colocarem a Igreja no lugar do Reino, “nesse caso a Igreja ocupou o lugar do Reino, descolando-o e relegando-o ao esquecimento. A reflexão teológica e a prática pastoral colocaram a Igreja em seu centro por séculos, não o Reino” (SILVA, 2007, p. 271). Foi com a Teologia da Libertação a proposta do Reino de Deus como finalidade de todo agir cristão reapareceu (AQUINO JÚNIOR, 2022, p. 186). Nas palavras de Aquino Júnior (2022, p. 186) o progresso do Reino de Deus contribui para melhor organização da sociedade humana. A dificuldade da implantação do Reino de Deus proposta por Jesus talvez afaste ainda mais essa realização caso aumente a pobreza e a injustiça no mundo (SOBRINO, 1992, p. 150).

A relação entre progresso e o crescimento do Reino para o documento *Gaudium et Spes*, não pode ser vista como domínio da natureza pela ciência e pela técnica em prol do desenvolvimento da sociedade humana que não questiona o sistema em que se baseia (GUTIÉRREZ, 1986, p. 150). O que está em jogo é a modalidade da redenção, isto é, a assunção do poder econômico (a primeira tentação); assunção do poder político (segunda tentação) e as multiplicações dos prodígios (terceira tentação) (LEPARGNEUR, 1979, p. 93). A humanidade precisa libertar-se dessas tentações, sendo essa a proposta da Teologia da Libertação que propõe uma libertação integral, começando pela dimensão religiosa (BOFF; BOFF, 1980, p. 108). Hoje o perigo, não é tanto de ignorar a fé como parte integrante no processo de construção do Reino de Deus, mas de confundir as obras com a salvação ou instalar prematuramente uma escatologia fictícia ou uma estéril utopia (LAPARGNEUR, 1979, p. 152).

A vida cristã é esperança que inclui uma visão de fé sobre a história, no fundo é a prática da caridade que constitui uma segunda causa importante de que na atualidade se continue anunciando o Reino de Deus (SOBRINO, 1992, p. 150). Nolan (2008, p. 95) comenta que “o Reino de Deus não desceria do alto, mas subiria de baixo, do meio dos pobres, dos pequenos, dos pecadores, dos marginais, dos perdidos, das aldeias da Galileia”. Esses são irmãos e irmãs, que se preocupam uns com os outros, identificando-se e protegendo-se mutuamente, partilhando o que possuem. Para Silva (2007, p. 278) nossa realização pessoal não é assunto individual.

A dimensão comunitária é fundamental. A relação entre o comunitário e o pessoal não é excludente. Antes, é uma relação de mútua inclusão e de crescimento mútuo: a pessoa torna-se tanto mais pessoa quanto mais atua em prol da comunidade, e a comunidade torna-se tanto mais comunidade quanto mais contribui para o desenvolvimento das possibilidades das

peças que a integram. Portanto os seres humanos não se realizam individualmente, mas comunitariamente. E a expressão dessa realização comunitária (em linguagem cristã: santificação e salvação) é o Reino de Deus. Nossa vocação política, coletiva, comunitária é o Reino. Deus convoca todos os seres humanos à plenitude de vida comum que significa o “Reino de Deus” (SILVA, 2007, p. 278).

Nesse espírito comunitário e solidário que acontece o Reino de Deus anunciado por Jesus, onde os homens e as mulheres mergulhados (as) na história captam a verdade de Deus (SOBRINO, 1992, p. 146). Segundo Boff e Boff (1980, p. 113) o conceito de Reino de Deus (libertação e Salvação) pode ser compreendido de quatro modos que se complementam:

1. [...] a libertação é a *emancipação social dos oprimidos*. Trata-se concretamente para nós de superar o sistema capitalista em direção de uma nova sociedade: sociedade de tipo socialista. 2. A libertação social, porém, nunca é meramente social. Ela é vivida como um fenômeno profundamente significativo, aberto à transcendência, implicando, portanto, uma referência trans-histórica que a Revelação chama de Salvação ou Reino de Deus. 3. Mas esta Salvação (ou Reino) se dá *dentro* do processo de libertação, mas quando e somente quando este processo é moralmente bom, ou seja: humanizador. 4. A fé faz perceber esta presença misteriosa da Salvação dentro da libertação, e a Teologia procura exprimi-la de modo crítico e método, rigoroso e sistemático.

O modo como Jesus agia em seu ministério, como acolhia os doentes, pecadores, pobres, famintos e até os considerados mortos ajudar-nos-á a acolher, construtivamente o Reino de Deus na história, evitando a tentação de canonizar como Reino algo que nada mais é que expressão da vontade de poder e domínio do ser humano (SILVA, 2007, p. 279). A causa da vida, da morte e da ressurreição de Jesus é o Reino de Deus (At 3,15) (SILVA, 2007, p. 180). Jesus na sua missão ensinou os discípulos a maneira de proceder como continuadores da boa notícia do Reino de Deus acolhendo os impuros, os pecadores, os excluídos, demonstrou sua predileção pelos pobres questionando o poder religioso tradicional, político e econômico.

Tendo interpretado o conceito de Reino de Deus em Lucas (6,20-26) na América Latina e Brasil, a Teologia da Libertação afirma que os pobres clamam por socorro a Igreja e as instituições que procuram ajudar as pessoas nas realidades carentes. No intuito de encontrar soluções de superação das desigualdades sociais, as Comunidades Eclesiais de Base procuram atualizar o mesmo conceito oferecendo aos necessitados, além de ajuda material, espaços para os pobres se reunirem em torno da Palavra de Deus e para discutirem no interesse por soluções que sejam

eficazes na superação das causas que afligem os que residem nas periferias e que carecem de assistência.

CAPÍTULO 3. AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE ATUALIZAM O CONCEITO DE REINO DE DEUS

Este Terceiro Capítulo estuda a maneira em que as Comunidades Eclesiais de Base atualizam do conceito de Reino de Deus no contexto dos povos latino-americanos e Brasil. Esta atualização proposta pelas CEBs incide no modo vivencial de irmãos e irmãs que se ajudam mutuamente. O primeiro interesse desta célula viva da Igreja, é vivência da palavra de Deus. A exemplo das primeiras comunidades que se reuniam para partilhar a palavra e se ajudarem mutuamente como irmãos e nada de acúmulo de bens materiais. Na verdade, são fortemente sinal do Reino de Deus entre os seres humanos.

Neste capítulo será pesquisado o conceito de Reino de Deus atualizado pelas Comunidades Eclesiais de Base, em solo latino-americano como células vivas na Igreja nutrindo o sentido da vida de milhões de pessoas. A maneira de ler e interpretar a palavra de Deus, reforça o sentido da vivência das primeiras comunidades cristãs. Os círculos bíblicos revelam o retorno da vivência das primeiras comunidades que se reuniam em volta de Jesus para ouvir os ensinamentos, fortalecer suas esperanças de um mundo novo, em que, todos são irmãos e irmãs.

Todos os itens sinalizam a maneira como conseguem atualizar o conceito de Deus nas diversas frentes em que atuam exigindo engajamento e compromisso de todos (as) os membros na qualidade da vida.

3.1 QUEM SÃO AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

As Comunidades Eclesiais de Base são grupos organizados em torno da paróquia tanto na região urbana quanto em região rural. Com apoio e presença da paróquia por iniciativas de leigos, padres e bispos vivem em comum-união partilhando do que possuem, superando os desafios existentes juntos (BETTO, 1983, p. 07). Embora sendo a mesma Igreja Católica Apostólica Romana, elas são modelos de Igreja condizente com o modo Povo de Deus, modelo este, configurado no Cristo humilde e pobre (LACHOWSKI; CARNAHIBA, 2020, p. 146). São grupos de pessoas cristãs leigas na maioria pobres que se reúnem nas casas de amigos, no salão da

igreja e até debaixo de árvores para ouvir e partilhar a Palavra de Deus e reforçar a vivência comunitária; o número de pessoas nas reuniões varia de acordo com a realidade dos presentes, sabem nome e a história de cada membro do grupo (BARBÉ, 1983, p. 132).

A palavra COMUNIDADES, se origina do termo “comum” que é uma forma de associação de valores partilhados entre as pessoas que residem no mesmo bairro localizados nas periferias ou acampamentos (BARBÉ, 1983, p. 132). Para Azevedo (1986, p. 40) esse termo comunidades já era conhecido antes do Concílio do Vaticano II, nos anos 50 tornou-se conhecido, mas foi com o apoio do Concílio que se tornou manifesto e valorizado como Igreja que se transforma a partir das bases. Seu referencial originário são as primeiras comunidades dos discípulos de Jesus reunidas em volta do Mestre, que partilhavam suas necessidades, dores e desesperos, reatavam suas esperanças nos encontros fraternos e nas partilhas (MUNOZ, 1982, p. 149).

O termo BASE faz referência às primeiras comunidades dos seguidores de Jesus (REGAN, 1986, p. 160). Na Base estão as pessoas vítimas de estruturas opressoras, exploradas e descartadas, também na base estão os pobres, os excluídos (BARBÉ, 1983, p. 132). Elas auxiliam as pessoas se organizarem exigindo melhoria na qualidade de vida de todos os membros como a acessibilidade a água potável para todos (as), posto de saúde, lotes para construção de residência, melhoria nos bairros, escolas, cursos profissionalizantes, creches, promovem a regeneração dos viciados em drogas, organizam assembleias anuais, curso bíblicos e numa só mesa são partilhados os alimentos colhidos e preparados por todos (as) (BARBÉ, 1983, p. 132).

E possivelmente as Comunidades Eclesiais de Base chegaram no Brasil com os padres Jesuítas no início da colonização do país. Mas elas ficaram conhecidas a partir de 1759 quando os padres da Companhia de Jesus foram expulsos do solo brasileiro pelo primeiro-ministro português Marquês de Pombal, sendo que alguns foram torturados e queimados vivos em praça pública como o Jesuíta Gabriel Melagrida em Lisboa, por ter levantado a voz contra o terror que subjugava a nação brasileira (BARBÉ, 1983, p. 135). Segundo estimativas não oficiais, existem no Brasil, no período de 1985, cerca de 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas. “Uma diocese brasileira, por exemplo, tem 6.800 comunidades cadastradas. Há um bairro na periferia de São Paulo com 129 CEBs. É claro que esses números são relativos” (BETTO, 1985, p. 17).

Historicamente as primeiras comunidades teriam nascido em Nísia Floresta pequena cidade localizada na microrregião de Macaíba próximo da Capital Natal Rio Grande do Norte. Por volta dos anos de 1960 a 1964 na diocese de Volta Redonda com pequenos grupos de pessoas com poder de liderar a comunidade por meio de uma pedagogia fundamentada nos direitos e deveres comunitários (BARBÉ, 1983, p. 135). Oposto ao regime político da época elas articulavam concepção de integração e construção de uma sociedade com valores igualitários e participativos com todos, utilizando pedagogia de consciência comunitária para resgatar e reforçar a importância de os membros serem unidos (AZEVEDO, 1985, p. 58). Em sua dissertação de mestrado em história, Santos (2006, p. 13) mostra que:

No Brasil, durante o regime militar (1964-1985), os altos índices de inflação chegaram a ultrapassar 100% em 1964; a concentração de renda se acentua, “os 5% mais ricos passaram de uma participação no total da renda nacional, em 1960, de 28,3% para 39,8% em 1972, enquanto os 1% mais ricos passavam de 11,9% para 19,1% em 1972. No outro extremo da pirâmide, os 50% mais pobres, de 17,4% do rendimento total em 1960, baixaram para 11,3% no mesmo período”. 1 O aumento da dívida externa, somada aos juros, acumulados (de 12 para 50 bilhões de dólares entre 1974 e 1977, com juros anuais acima de 500 milhões), armaria segundo Emir Sader, “a cilada ou a bomba de tempo que estouraria no início dos anos 80, comprometendo o desenvolvimento futuro do país e fazendo desses anos uma década perdida”. 2 Essa difícil conjuntura trouxe desafios aos movimentos sociais e populares, que necessitaram reorganizar suas estratégias no momento da transição política no país na década de 1980. Visavam, assim, conseguir atendimento para suas reivindicações.

Nessa época as CEBs e a Teologia da Libertação procuravam os pobres superarem as dificuldades sociais existentes. Na mesma lógica de compreensão e vivência comunitária, um dos elementos essenciais foram os círculos bíblicos, maneira simples e vivencial em que as pessoas podiam acessar ao conhecimento da palavra de Deus por meio da leitura popular da Bíblia em grupos. O método de leitura orante da Bíblia facilitou a compreensão e aplicação do ensino da palavra na vida cotidiana das pessoas.

3.1.1 As CEBs atuam na promoção da vida

A missão de atualizar o conceito do Reino de Deus não foi uma tarefa fácil, pois exigia além das atividades o cuidado no momento de transmissão dos valores referente ao Reino proposto por Jesus. Então, as Comunidades Eclesiais de Base se

esforçaram na proposta do Reino anunciando com zelo, responsabilidade e cuidado com cada pessoa, deixando claro que cada pessoa merece dignidade e respeito, e acima de tudo cuidado, como ensinou Jesus.

No entendimento do Documento 25 (CNBB, 1992, n. 43) as CEBs floresceram entre a população mais simples e pobre. A simplicidade tanto na linguagem como na vivência corresponde à maneira espontânea de ser e viver como lugar de integração das pessoas simples, iletradas como membros ativos da Igreja (CNBB, 1992, n. 46). A opção preferencial da Igreja pelos pobres é um retorno da mesma a originalidade da missão de Jesus, reassumindo seu compromisso com os excluídos e marginalizados da história (CNBB, 1998, n. 15). O termo pobreza tem duas conotações: pobreza material e pobreza espiritual. “A primeira é a carência de bens econômicos necessários a uma vida humana digna deste nome. Este tipo de pobreza é tão desumano que é rejeitado por todos, mesmo por aqueles que conscientemente ou não causam essa pobreza” (SIEPIERSKI, 1988, p. 220). A segunda é um mal-entendido teológico entre cristãos em que consideram a pobreza material como um ideal religioso. No entanto, “essa presunção religiosa é errônea, porque a pobreza material provoca uma situação sub-humana, e, como humanidade representa a imagem de Deus, qualquer tentativa de inferiorizar a vida humana consiste em pecado contra Deus, o Criador” (SIEPIERSKI, 1988, p. 220).

O modelo econômico e social impossibilitou a realização da esperança da maioria da população brasileira, mas favoreceu a minoria rica que ficou ainda mais rica (HAAS, 1994, p. 15). A pobreza está relacionada aos altos níveis de miséria associados à fome, à desnutrição e às péssimas condições de vida e de saúde da população mais pobre (GENTILI, 2009, p. 1064). Até o período de 2009 havia uma quantidade de 180 milhões em situação pobreza na América Latina embora tenha havido uma tendência à diminuição dos índices de pobreza (GENTILI, 2009, p. 1064).

Essas comunidades representam Jesus na acolhida às pessoas impuras, pecadores, dando-lhes cuidado especial para com todos (as), pois gostava de estar juntos, de andar entre as pessoas, de dançar nos casamentos, de conversar com prostitutas e bêbados (VIGIL, 2007, p. 201). A pobreza é uma construção social, os fatores econômicos estabelecem padrões sociais e categorias entre as pessoas, os pobres são os que vivem com o mínimo possível para a sua sobrevivência, não possuem condições de usufruir dos meios proporcionados pela natureza (LAVINAS, 2003, p. 33). As praças públicas estão marcadas com a presença de pessoas que

vivem em situações de extrema pobreza, são diversos os fatores sociais, entre tantos, o primeiro é a exclusão do sistema capitalista.

A Sagrada Escritura é extremamente enfática quanto à necessidade de se fazer justiça aos pobres. O Antigo e o Novo Testamento destacam a pobreza como estando ligada à opressão, um estado escandaloso atentatório da dignidade humana e, por conseguinte, contrário à vontade de Deus (SIEPIERSKI, 1988, p. 221). Juntamente com os pobres Jesus se manifesta por meio de sua Igreja que se fez pobre para os pobres (SASSATELLI, 2015, p. 19). Na Igreja o pobre se faz nosso evangelizador (CASALDÁLIGA; VIGIL, 1996, p. 167). Entendem os mesmos autores que essa categoria pobre, pode ser compreendida como povo, em sua individualidade cada um (a) possuem rostos, são seres humanos, são negros e indígenas e que

Experimentamos estar fazendo a mesma opção de Deus pelos pobres. Imitamos a Deus, Pai-Mãe de misericórdia. Foi ele quem optou por primeiro. Ao longo de toda a História da Salvação se manifestou sempre como o go'els dos pobres, partidário do oprimido, libertador do povo. Nossa opção pelos pobres tem seu fundamento último em Deus mesmo. É de natureza teológica. Experimentamos um encontro com Cristo no pobre. Reconhecemos as "feições sofredoras de Cristo, o Senhor" em "rostos muito concretos" e muito frequentes em nosso continente: rostos de crianças golpeadas pela pobreza, rostos de jovens desorientados e frustrados, de indígenas e afro-americanos em situações subumanas, de operários mal remunerados, de subempregados e desempregados, de marginalizados e amontoados urbanos, de anciãos... (CASADÁLIGA; VIGIL, 1996, p. 167).

Na tentativa de superar o divórcio entre a fé e a vida, assim, como os movimentos populares e os grupos de leitura popular da Bíblia que as comunidades emergiram dando suas contribuições (BARROS, 2019, p. 73). "As CEBs e a leitura popular da Bíblia são outros pontos fortes no documento, frutificaram e ajudaram a Igreja no exercício de sua vocação profética diante de si mesma e da vida política" (BARROS, 2019, p. 73). Elas são uma Igreja em saída, estão nas realidades mais desafiadoras. Para as pessoas das CEBs é uma experiência de Deus e o convívio entre os membros deixa evidente a presença de Jesus no meio da comunidade. Os Círculos Bíblicos, movidos pela espiritualidade das CEBs mostraram a originalidade da mensagem cristã.

3.1.2 Os círculos bíblicos novo jeito de ser Igreja

Utilizando a Bíblia como espelho da vida o grupo se reúne semanalmente para ouvir e partilhar a palavra de Deus para clarear o caminho que leva ao encontro da realização dos membros da comunidade. Essa atitude conserva a originalidade da ação missionária tendo como exemplo a comunidade primitiva que se reunia em torno do mestre para ouvir seus ensinamentos fortalecendo os vínculos comunitários.

Os círculos bíblicos nasceram para atender as necessidades da Igreja que percebeu certo distanciamento dos fiéis em relação ao conhecimento da palavra de Deus e a vida em comunidade. No período da ditadura militar entre as décadas de 60 a 80 a Igreja assumiu uma postura profética na defesa dos mais fracos tendo a Bíblia como instrumento de promoção humana (LIMA, 2009, p. 7). De acordo com Aguiar (1978, p. 37) “um círculo bíblico é um grupo de cristãos do mesmo ambiente, que se reúnem semanalmente para confrontar a própria vida à luz de Cristo e de sua palavra viva no Evangelho”. As reuniões não possuem lugares definidos para serem realizadas, sendo o mais importante o desejo de viver juntos, de ser uma pequena comunidade de fé, de ação, de oração, uma autêntica vida comunitária (AGUIAR, 1978, p. 37). “São espaços de vivência de amor, acolhida, de partilhas da realidade, onde todos são ouvidos, e também espaços para pensar ações em comum que ajudam na comunidade eclesial e na sociedade” (PEREIRA; INÁCIO; OLIVEIRA, 2018, p. 6).

Os Círculos Bíblicos nascem na maioria das vezes com grupo de pessoas vizinhas ao sentirem a necessidade de partilhar a palavra de Deus ou na intenção de se ajudarem mutuamente em suas necessidades mais elementares, (AGUIAR, 1978, p. 39). Em cada realidade as pessoas fazem suas próprias experiências, pois

existem muitas experiências sobre o assunto, mas é bom dizer logo que nenhuma experiência de CEB pode ser reproduzida. Não existe fórmulas mágicas, esquemas pré-fabricados. Há só caminhos, pistas. Portanto o início é ocasional e todas as oportunidades são boas. Contatos, visitas, amizades, desobrigas, mas é necessário conhecer a realidade e as verdadeiras aspirações das pessoas; assim como saber escolher os líderes (AGUIAR, 1978, p. 39).

Essas comunidades são conhecidas como grupo vinculado às questões relacionadas a Fé, como explica Santos (1988, p. 7) que “é a partir da Fé que as CEBs são reconhecidas pela hierarquia católica. Elas são vistas como grupos de pessoas que se reúnem, se encontram por causa da Fé que os une”. Sassatelli (2015, p. 17) entende que “a CEB é uma Comunidade local ou ambiental, que corresponde à

realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permite o trato pessoal fraterno entre seus membros (Medellín, XV, 10)”. O objetivo dos círculos incide em ajudar o povo fazer-se consciente de sua fé e de sua história (VELEZ, 1988, p. 38). O documento *Lumen Gentium* destaca a dimensão da igreja como comunidade fundamentada na igualdade do batismo e não uma sociedade. “A comunidade, igualdade e unidade é o fundamento da Igreja e existe na Igreja anteriormente a sua constituição em estrutura hierárquica” (AGUIAR, 1978, p. 03). Os leigos formam uma comunidade que por sua vez, vai se unindo a outras comunidades formando uma rede de comunidades unidas (VATICANO II, 2000, p. 84).

Como ficou esclarecido os círculos bíblicos representam o empenho da Igreja em saída, uma Igreja libertadora porque retorna a fonte original para colocar em prática seu plano de ação. As periferias são o solo fértil de anúncio da boa nova do Reino de Deus. É nas periferias que existem elevados números de círculos bíblicos. A alegria, partilha e a solidariedade expressam a espiritualidade dos que vivem em comunidades.

3.1.3 A Espiritualidade do cuidado com o pobre

Como é do conhecimento da sociedade acadêmica que o conceito espiritualidade não possui uma definição única podendo ser compreendida e vivida na religião, cultura, movimentos e expressão humana dando significado à vida. A palavra espiritualidade procura atender à necessidade da pessoa ou grupos de pessoas encontrar razão e significado na vida, reforçando a esperança e vontade para viver.

Essas comunidades são o sinal do reino entre nós povo empobrecido da América Latina (SBARDELOTTI, 2017, p. 6). Sua espiritualidade parte do cuidado com irmão (a) necessitado (a) pondo em evidências as fragilidades, carências e necessidades humanas (FERRAZ; RANGEL, 2021, p. 52). É uma potencialidade que supera os limites da existência humana, é uma força interior, um movimento (AQUINO, 2019, p. 269). Pode se afirmar que é uma autêntica espiritualidade cristã que surge a partir de experiência viva e dinâmica de Deus, realizada por pessoas concretas que buscaram e buscam viver a Palavra na história, num tempo e cultura com os pés no chão da realidade (SBARDELOTTI, 2017, p. 7).

As CEBs possuem uma Espiritualidade Humana, acolhedora, fraterna e autêntica (SASSATELLI, 2015, p. 29). O Documento 92 da CNBB (2010, n. 16) explica que essa espiritualidade possibilitou a produção de uma rica manifestação artística em nossas comunidades com músicas, poesias, pinturas, símbolos, típicos da prática religiosa e cultural de nosso povo. Compreende Sassatelli (2015, p. 29) que “nunca o ser humano exagera em ser humano, nunca o ser humano é humano demais. Jesus de Nazaré é o maior exemplo de radicalidade humana e de vivência do humano”. Por isso, seguir a Cristo no mundo de hoje, complexo e fragmentado, comporta superar certo tipo de espiritualidade, marcada pela negação de si, ou pela anulação da própria personalidade do outro (a) (CNBB, 1998, p. 21). Atualmente se fazem necessários estímulos dos dinamismos pessoais e sociais capazes de superar o individualismo e a fragmentação expandido para o encontro e cuidado do outro, o reconhecimento de sua dignidade de filhos (as) de Deus (CNBB, 1998, p. 21). Nas palavras do documento:

A solidariedade com todos os seres humanos é, para os cristãos de hoje, cidadãos de uma sociedade muito mais complexa que a do tempo de Jesus, uma exigência altamente irrenunciável, intrínseca a fé no próprio Deus, Pai de todos. É o que afirma o Concílio do Vaticano II na abertura do *Gaudium et Spes*: as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres, e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo (CNBB, 1998, p. 36).

Nesta mesma perspectiva “as comunidades são, portanto, convocadas a viver a experiência de proximidade com os oprimidos, a participar no seu processo de reflexão crítica e conscientizadora, bem como em suas lutas pela libertação” (TEIXEIRA, 1997, p. 160). Sbardelotti (2017, p. 8) diz que “é nosso desejo motivar a espiritualidade que brota do projeto de vida de Jesus de Nazaré, que acolhe o pobre como lugar da manifestação de Deus”. Como forma de superação dessa realidade social, cresce o número de comunidades e juntamente com sindicatos, associações de bairro, grupos de ação e reflexão (TEIXEIRA, 1997, p. 177). Elas procuram ser integradoras de toda a humanidade, não havendo espaço para a solidão, o abandono e entendendo que tudo está interligado não havendo nada que não seja de nosso interesse no que diz respeito à vida (FERRAZ; RANGEL, 2021, p. 53). Teologicamente demonstra uma experiência eclesial amadurecida, uma ação do Espírito Santo no horizonte das urgências de nosso tempo. “Uma destas urgências é o desafio de viver

a espiritualidade no seguimento de Jesus de Nazaré e de proclamar a fé, sem deixar cair a profecia no mundo urbano” (SBARDELOTTI, 2017, p. 8).

Como espiritualidade libertadora, elas sabem unir povos e línguas, raças e nações, os pobres e oprimidos, excluídos, renovando em todos o empenho em seguir Jesus (SANTOS; MOREIRA, 2005, p. 875). Aquilo sobre o qual refletimos aqui é a espiritualidade pé no chão, que incita as pessoas se doarem mutuamente no cuidado dos que vivem em condição desumana, com a natureza e a vida (SBARDELOTTI, 2017, p. 11). Foi juntamente com o povo simples que Rech (2011, p. 137) compreendeu que a experiência espiritual é vida, é movimento, é processo, compromisso, mergulho, entrega, saída de si, conversão, êxodo.

É preciso amar os pequeninos pois são filhos (as) de Deus, oferecer alimentos para saciar a fome e espaços para abrigar, mesmo com luta, persistência e fé. A espiritualidade destas comunidades permite enxergar nos desvalidos o rosto de Cristo. As músicas são expressão real da alegria, esperança e espírito de liderança nos projetos de transformação dos sofrimentos em espaços de realização pessoal e comunitária.

3.1.4 A música como expressão da alegria e identidade das CEBs

A música sempre encontrou espaço promissor no exercício de anúncio da boa nova do Reino de Deus. Ela possibilita a participação pessoal e comunitária, favorece sintonia e compromisso com a palavra e com o outro. Também são convite para as reuniões, motivação, adesão ao evangelho. As letras das canções das CEBs expressam a simples maneira de atualizar o Reino de Deus, porque cantam o evangelho na vida.

As CEBs foram um modelo eclesial hegemônico na América Latina apresentando o rosto próprio da Igreja neste continente (SBARDELOTTI, 2020, p. 3). A teologia cristã é visível em suas músicas, pois:

sua vivência e sua atuação foram animadas e teologizadas em canções que acompanhavam sua caminhada, canções que reuniam melodias populares e poemas que manifestavam o compromisso social e a consciência de fé que formavam a identidade das CEBs. Sobretudo, em suas letras, elas manifestavam uma mística própria na consciência de uma Igreja se entendia fraterna, comunitária e ao serviço da libertação dos pobres. Esta mística,

vivida e afirmada pelos pobres que se tornaram sujeitos de Igreja, tem características próprias e indica a espiritualidade, identidade e a forma de as CEBS se posicionarem na Igreja e na sociedade (SBARDELOTTI, 2020, p. 3)

As melodias exercem papel educativo e animador, “nas procissões e romarias populares valorizaram-se os Salmos (com sua ampla variante de estilos e riqueza de gêneros literários) como cânticos que nascem da vida concreta do povo peregrino” (ULLOA, 2019, p. 3). Compositores e cantores tiveram a missão de animar a caminhada das comunidades com músicas litúrgicas partindo da realidade concreta, vivencial e fraterna

Em cada canção que Zé Martins irá entoar, tendo como público-alvo as Comunidades Eclesiais de Base, as Pastorais Sociais, os Movimentos Sociais, percebe-se que o autor procura apontar um itinerário místico e espiritual, nos passos já sublinhados pela Teologia da Libertação que aponta um Jesus de Nazaré inculturado, com os rostos de nossa gente latino-americana e caribenha, e com a preocupação com os povos crucificados. As canções de Zé Martins querem ajudar a descer da cruz os povos crucificados (SBARDELOTTI, 2020, p. 3).

As músicas soam como gritos por libertação, por promoção humana e justiça social, como explica Ulloa (2019, p. 2) que

num contexto de violência e de injustiça, de opressão dos pobres e mulheres, dos indígenas e afro-americanos, emerge o grito particular da Igreja latino-americana: uma evangelização autêntica somente é possível se for vivida com consciência social, na promoção da vida plena para todos, sem excluídos e sem oprimidos.

Um dos interesses dessas músicas é reforçar os vínculos comunitários unindo fé e palavra de Deus na promoção de projetos que favoreçam ação solidária (SBARDELOTTI, 2020, p. 2).

A música católica feita nas CEBS pede passagem e quer ser conhecida e reconhecida como um segmento musical, unindo arte e projeto de vida, pois adere à pedagogia e a prática libertadora de Jesus de Nazaré, aos ensinamentos e apontamentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, das Conferências Episcopais Latino-Americana e Caribenha, das orientações da Conferência dos Bispos do Brasil, principalmente, da fé e da vida experimentadas nas CEBS (SBARDELOTTI, 2020, p. 3).

O Ofício das Comunidades (2018, p. 18) expressa a importância de ser e estar a serviço do que se canta, pois se canta para o próprio Jesus de Nazaré que nos reúne em assembleia e “a música é um dos elementos que mais contribuem para que toda a assembleia participe de uma celebração. A música não é um enfeite, mas parte

integrante da ação litúrgica”. Segundo a análise de Murad (1986, p. 387) as palavras-eixo são quase sempre as mesmas: comunidade, união, luta, opressão/libertação, terra.

Neste sentido, os cantos são coerentes com a caminhada. Além disso o simples fato de haver uma produção recente e abundante de cantos é um fator extremamente positivo, como forma singular de reapropriação e distribuição do capital simbólico-religioso das classes populares (1986, p. 388).

Carinhosamente Manzatto (2022, p. 38) fala que função da música nos encontros e celebrações não pode ser compreendida como entretenimento ou relaxamento.

Ela tem uma função catequética e formadora de consciência, além de ser expressão de fé na liturgia e nas devoções, mas não deixa de manifestar a alegria da convivência em fraternidade, que é componente essencial do cristianismo. Expressa, então, o compromisso de transformação da sociedade, que precisa deixar de ser opressora para ser anúncio do Reino definitivo. Por tudo isso, atentar para o que diz a letra das canções que são promovidas nas CEBs pode nos ajudar a perceber como a cultura religiosa popular propõe o Brasil que se quer (MANZATTO, 2022, p. 38). 4

Tanto nos momentos celebrativos, reuniões procissões, romarias os cânticos carregam mensagem de esperança pela transformação social

Os cânticos apresentam uma linguagem predominantemente indicativa: falam da situação de opressão, da luta de conquista da terra, da nova Igreja, da terra que é de todos porque é de Deus, da ação libertadora de Deus, da união do povo, etc. Nestes versos de matiz narrativo mesclam-se as denúncias de injustiças, o anúncio da libertação já presente acontecendo nas vitórias parciais, e a utopia (a esperança). Também se manifesta fortemente a linguagem imperativa. Muitos cânticos conclamam os participantes a entrarem na luta, participarem, manterem-se firmes, entrarem na terra, etc. (MURAD, 1986, p. 388).

As canções cantam a força do povo e afirmam sua grandeza. Seu papel é conscientizador dentro da temática religiosa, teológica ou social e política para que os membros fomentem em todos os espaços da vida. Fiéis à sua matriz, as canções pensam a realidade do país a partir da periferia, do mundo de baixo, aquele oprimido, explorado e descartado (MANZATTO, 2022, p. 39). A celebração é simultaneamente memorial (retomada e atualização do evento bíblico e eclesial) e profecia (denúncia do pecado do mundo e anúncio da nova realidade de partilha e liberdade) (MURAD, 1986, p. 384).

A canção Tempo de Deus de Zé Martins possui a palavra-chave para pensar a luta pela libertação, denunciar a opressão atual, além projetar uma nova realidade de libertação onde o Reino de Deus se faz presente e a fraternidade pode ser sentida (MANZATTO, 2022, p. 41). Ainda na mesma página, o autor apresenta uma música de Zé Martins

Título da música: Tempo de Deus

Olha o Reino de Deus chegando ele já está aqui. É o amor se concretizando fazendo o povo feliz (5x).

1. O reinado de Deus é sonho de fraternidade e amor; É um tempo de luz e magia sem medo, sem luto e sem dor. O reinado de Deus é força de braços que se levantam. Promessa de uma vitória aos que lutam e nunca se cansam. O reinado de Deus é labuta de um povo organizado, Que não foge nunca da luta não se deixa ser explorado.

2. O reinado de Deus é canto alegrando a vida da gente. É como um acalanto, nos faz seguir em frente. Olha o povo sorrindo e cantando: Javé tá presente aqui. É gente com a gente lutando, mostrando o caminho a seguir.

A canção fala da chegada do Reino que já está presente no meio da humanidade significando a felicidade de todo o povo, de toda a humanidade, a começar pelos mais pobres e sofridos (MANZATTO, 2022, p. 41). Manzatto (2022, p. 42) explica que para o autor da canção, “esse Reino não se faz por simples milagre, mas pelo engajamento de todos os que creem na construção do futuro de fraternidade, e nisso contam com a parceria de Deus”. A música de Zé Martins resume a maneira em que o conceito de Reino de Deus é atualizado, no caminho, na luta de todos os engajados na proposta libertadora de Jesus, para superar as injustiças.

3.1.5 CEBs partilha e comunhão

A definição de comunhão varia de acordo com a realidade cultural, situação e credo religioso. Na teologia cristã, a palavra comunhão significa harmonia no modo de pensar, compartilhar o mesmo ideal. É ajudar os que estão sofrendo. Nesse sentido, faz-se necessário pessoas que incentivem a superar todas as dificuldades como comunidade.

A partir de Medellín (1968) as CEBs passaram a ser a voz dos excluídos, a força dos fracos, esperança que se renovava a partir dos ensinamentos de Jesus (BETTO, 1983, p.11). Os membros se organizam na luta pela água potável, por posto de saúde, lotes, melhoria do bairro, escolas, cursos profissionalizantes, creches, promovem a regeneração dos viciados em drogas; programam assembleias anuais, reuniões mensais ou semanais, celebração litúrgica, catequese e cursos bíblicos (BARBÉ, 1983, p. 132). São três as vertentes fundamentais: “a primeira dá ênfase, à luz da fé, à análise da pobreza e sua superação; a segunda, focada na visão bíblica [...] teológica; a terceira importa-se é a religiosidade popular e seus aspectos de resistência e libertação” (GONÇALVES; SANTOS, 2013, p. 59). Além de agregar, valoriza cada cultura e tradições de todos os povos, em especial os nativos (indígenas), resgata e reforça a importância da cultura negra (crioula, sertaneja, caipira, gaúcha, cabocla) (LACHOWSKI; CARNAHIBA, 2020, p. 148). Fazem parte também de suas ações os indígenas, migrantes, pessoas em situação de rua, mulheres marginalizadas, crianças juventudes da periferia e população LGBT (LACHOWSKI; CARNAHIBA, 2020, p. 148). Como agentes de transformação social estão presentes em localidades desafiadoras comenta Souza Junior (2017, p. 153) que uma vez numa comunidade localizada no Estado da Bahia, as pessoas sentiam-se abandonadas e excluídas, mas com seu apoio conseguiram se organizar e criar uma escola que mudou a autoestima da comunidade. São diversas as maneiras de atualizarem a palavra de Deus, como por exemplo as “promoções de churrascos, rifas e similares para auxiliar alguém necessitado na comunidade; nas romarias em memória de mártires; nos rituais espirituais; nas rodas de conversa; nas refeições compartilhadas; nas leituras bíblicas, cantos e danças” (LACHOWSKI; CARNAHIBA, 2020, p. 148). Povo forte, sementes de uma nova sociedade que caminha unida, se autocompreendem como irmãos (as), se ajudam e crescem juntos (SCHUINA, 2022, p. 121). Cada encontro possui eixos temáticos que se subdividem em temas como

CEBs, a dignidade humana e a promoção da cidadania (portadores de necessidades especiais, negros, migrantes e imigrantes, moradores de rua encarcerados, saúde); CEBs e a formação de um novo sujeito (criança, adolescência e juventude, família, relações de gênero e gerações, mulheres, idosos); CEBs e a construção de um outro mundo possível (fé e política [...], economia solidária, poder local e controle social, cidade, solidariedade e paz) (SCHUINA, 2022, p. 127).

Quando “os pobres das CEBs descobrem e experimentam ao ser evangelizados e ao evangelizar é uma realidade completamente nova nas suas vidas: tão nova e tão fascinante que por sua causa estão dispostos a correr os maiores riscos, inclusive o do martírio” (BARREIRO, 1992, p. 338). São um novo ardor missionário, nova capacidade de diálogo com o mundo; são um instrumento que permite ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho (SCHUINA, 2022, p. 129).

Essa maneira de anunciar o evangelho com gestos concretos, serviu para a renovação e organização da igreja e a superação das desigualdades, a pobreza e a fome. Embora residam nas periferias possuem a alegria de viver como irmãos (as) ajudando os mais pobres a não deixarem faltar o alimento cotidiano em suas mesas.

3.1.6 As CEBs trabalham para a superação da fome

A fome é uma realidade social mundial visível em todos os países pobres, na América Latina não é diferente. Nos últimos anos com o aumento da pobreza a fome tornou-se uma realidade que aflige milhões de seres humanos. É um problema de cunho político, econômico e estrutural, um fenômeno marcado pela histórica má distribuição no acesso aos alimentos.

Boff (2001, p. 11) conta uma história baseada em fato verídico, inclusive ocorreu com um padre seu amigo no período em que era pároco e certo dia chegou em sua paróquia uma senhora que há três dias não havia ingerido alimento o suficiente para o seu sustento, estava faminta. Na verdade, era

uma senhora de 40 anos, mas parentando 70, aproximou-se do padre após uma missa e penalizada dizia: “Padre, comunguei sem ter confessado antes”. “Como foi; minha filha?” - perguntou o padre. “Padre, respondeu a mulher, eu cheguei um pouco tarde, quando o Sr. já havia começado o ofertório. Já há três dias que só tomo água e não tenho comido nada; estou morta de fome. Quando vi o Sr. distribuindo a comunhão, aquele pedacinho de pão branco que é a Eucaristia, fui comungar, só para aliviar a fome com um pouco daquele pão!” O padre encheu os olhos de lágrimas. Lembrou-se das palavras de Jesus: “Minha carne (pão) é verdadeira comida... quem de mim se alimenta, por mim viverá” (Jo 6,55.57) (BOFF, 2001, p. 11).

É preciso conhecer a vida que se desenvolve nas paupérrimas comunidades de base. Na base está o sofrimento indescritível e a esperança inexplicável da população mais miserável. Esta é a realidade que o exegeta precisa conhecer à qual

ele tem que se referir se quiser fazer jus ao testemunho bíblico (GERSTENBERGER, 1981, p. 206). O autor conta que urge a necessidade de pessoas que tenham coragem em reconhecer o agir de Deus em nosso tempo e que ajudem as CEBs a promover a vida dos que estão privados das necessidades básicas para a sua sobrevivência, como aparece em um fato apresentado abaixo:

Carlos Mesters, por exemplo, inicia sua interpretação dos cantos do servo de Deus com a história de Terezinha. No Rio de Janeiro esta jovem mulher, pobre e desempregada, quer tratar o seu bebê gravemente enfermo. Nenhum médico, nenhum hospital a acolhe porque ela não pode pagar, nem tem carteira do INPS. À noite ela volta de ônibus para a favela. A criança morre no colo dela. É o retrato de um momento na história de sofrimento desse continente, o qual passa a ser realidade válida através da interpretação. Pois bem mais tarde Terezinha diz a uma irmã que trabalha na comunidade: "Somos pobres, não sabemos nada. A única coisa que sobra para nós neste mundo, é sofrer. Um dia isto vai mudar! Deus ajuda a gente como nós". (GERSTENBERGER, 1981, p. 206).

Na Bíblia a justiça se encontra vinculada à problemática do direito, e mais concretamente do direito do pobre, do órfão, da viúva e do estrangeiro representantes simbólicos de todos os pobres. "Fazer justiça é respeitar e fazer valer o direito dos pobres, oprimidos e fracos" (ZANINI; BELEGANTE, 2020, p. 534). Quando a justiça e o direito dos pobres são negados a vida dessas pessoas passa a entrar em estado desumanidade. A fome é uma das causas mais visíveis de uma realidade desumana, como explica Boff; Boff (2001, p. 12) com uma história apresentada por um membro das Comunidades Eclesiais de Base

Certo dia, em plena seca do Nordeste brasileiro, uma das regiões mais famélicas do mundo, encontrei um bispo trêmulo, entrando casa adentro. "Sr. bispo, o que aconteceu?" E ele, arfando, respondeu que presenciara algo terrível. Encontrou uma senhora com três crianças com mais uma ao colo na frente da Catedral. Viu que estavam desmaiando de fome. A criança ao colo parecia morta. Ele disse: "Mulher, dê de mamar à criança!" "Não posso, senhor bispo!", respondeu ela. O bispo voltou a insistir várias vezes. E ela sempre respondia: "Sr. bispo, não posso!" Por fim, por causa da insistência do bispo, ela abriu o seio. E estava sangrando. A criancinha atirou-se com violência ao seio. E sugava sangue. A mãe que gerou esta vida, a alimentava, como um pelicano, com sua própria vida, com seu sangue. O bispo a joelhou-se diante da mulher. Colocou a mão sobre a cabecinha da criança. Aí mesmo fez uma promessa a Deus: enquanto perdurar a situação de miséria, alimentarei, pelo menos, uma criança com fome, por dia (BOFF; BOFF, 2001, p. 12).

A história dessa senhora revela a realidade da fome ainda constante em solo brasileiro, as pessoas famintas pela escassez de alimento estão cada vez dispostas

aos olhos de todos, como apresentou o programa Profissão Repórter⁴ (08/07/2022) da Rede Globo de televisão, a ONU mostrou que nos últimos anos o Brasil voltou ao mapa da fome, são mais de 60 milhões de brasileiros com dificuldades no acesso ao alimento. Na porta dos restaurantes de São Paulo, aumentou o número dos frequentadores com perfis variados, esse público não se restringe somente às pessoas em situação de rua. O programa mostrou que há um componente racial na crise alimentar entre a população negra,

o aumento dos que convivem com a fome cresceu 60%, quase o dobro da população branca, segundo estudo e que o agravamento da crise econômica brasileira levou a um aumento dos furtos famélicos situação em que, sem violência, pessoas em vulnerabilidade social roubam alimentos ou bens de primeira necessidade. Na Bahia, nossos repórteres conversaram com defensores públicos que apontam que, no estado, em 2017, os flagrantes de crimes famélicos representavam 11,5% do total, enquanto em 2021 o percentual subiu para 20,25% (BARCELLOS, 2022, p. 2).

A fome é um problema de saúde pública no Brasil, assim como em muitas partes do mundo. Esse contraste social era evidente na época de Jesus, o progresso e a prosperidade eram somente para a aristocracia que acumulava posses, pão e enriquecia (MALUF, 2006, p. 7). Os pobres sofriam com a falta de oportunidade e com o desprezo, a discriminação, a proliferação de doenças, apelo ao roubo, o alastramento da fome e a mendicância (SILVA, 2018, p. 75). O SI 146 insiste na compreensão de que é o Senhor que sacia a fome dos seus filhos, alimenta os famintos reforçando o sentido de que não compensaria confiar nos governantes (SI 146,7b) (SILVEIRA, 2018, p. 46). As pessoas que viviam em situação de mendicância eram classificadas como *ptochós*, que significa literalmente pobres, que não possuíam o necessário para viver. A extrema pobreza era visível no rosto dos que passavam fome, andavam maltrapilhas, desprovidos de moradia e esperança, magras e passavam frio no inverno, padeciam sob doenças, mesmo assim, eram exploradas e agredidas pelos detentores do poder (SILVA, 2018, p. 75). Na nova célula da Igreja, o povo simples encontra espaços para participar da evangelização e se organizar como sociedade que lutam por justiça e seus direitos fundamentais (SANTOS; MOREIRA, 2005, p. 877). Os pobres não têm fome somente de alimentos, mas de liberdade, de reconhecimentos como seres humanos, educação e moradia (GONÇALVES;

⁴ O Profissão Repórter é um programa jornalístico apresentado pela Rede Globo de Televisão, que vai ao ar às quintas feitas 23 horas e Caco Barcellos é o diretor deste programa.

SANTOS, 2013, p. 62). Diante dessa realidade surge o interesse e o esforço para atualizar o Reino de Deus (CNBB, 92, p. 18).

Outra estratégia de combate a fome são as hortas comunitárias e roças comunitárias. Essas táticas políticas, além de produtivas colaboram com o desenvolvimento econômico local voltado ao combate à pobreza, possibilitam a promoção de políticas de respeito às condições étnicas e socioculturais e atenção a grupos considerados de condição vulnerável proporcionando segurança alimentar e nutricional (BORGES, 2019, p. 25). Essa eclesiologia resulta não somente em fatores de aglutinação que regem os grupos humanos, mas a unidade eclesial e o serviço mútuo de todos os crentes e deles aos demais (MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1977, p. 50). Além de se preocupar com as pessoas que se encontram numa realidade de extrema pobreza, de maneira conjunta, essas novas células da Igreja procuram desenvolver meios de superação das desigualdades sociais combatendo principalmente a fome uma das realidades que mais ceifa a vida dos inocentes.

Na sequência entenderemos como essas comunidades atualizam o conceito de Reino de Deus por meio da acolhida de todos (as) os que se sentem fora dos vínculos de inclusão social. Estão fora não por escolhas, mas porque não encontram oportunidades de se incluírem.

3.1.7 Os excluídos (as) são acolhidos no Reino de Deus

Em todas as sociedades existem pessoas ou classes de pessoas que se sentem excluídas pela sociedade e impedidas de exercer livremente seus direitos de cidadãos (as). A exclusão pode estar relacionada às condições financeiras, religião, cultura, sexualidade, escolhas de vida, etc.

Nas palavras de Bezerra (2017, p. 3) “os excluídos sociais por exemplo são negros, índios, idosos, pobres, homossexuais, toxicodependentes, desempregados, pessoas portadoras de deficiência, dentre outros”. No intuito de superar todos os tipos exclusões, as comunidades serão sempre um espaço onde o povo celebram sua fé em Jesus Cristo, promovendo a dignidade de cada pessoa (BETTO, 1986, p.75). Em continuidade com o mesmo pensamento Haas (1994, p. 15) acrescenta a ideia de que o termo excluído não era pouco usado dos discursos sociais, falavam sempre em pobres, a mudança da palavra implica também na mudança da realidade.

Faz parte do sistema capitalista, diz Lavinias (2003, p. 16) que tudo se compra e se vende, como todos os bens necessários para viver se vende no mercado, isto é, quem tem dinheiro para comprar, compra. Estar excluído do mercado é o mesmo que ser excluído da possibilidade de viver:

Até do lazer mais simples os pobres estão sendo excluídos. Vejamos um exemplo. Algum tempo atrás, as praças centrais das cidades do interior, eram lugares de encontro entre as pessoas, especialmente jovens, para caminhar e conversar, paquerar e outros passatempos. Hoje, com a chegada da lógica do mercado, as praças foram invadidas por bares, lanchonetes e outros estabelecimentos que exigem dinheiro para neles se adentrar. Os jovens não caminham e não se sentam mais nas praças, pagam para sentar nas mesas dos bares. Os que não têm dinheiro ficam olhando, com inveja, dos bancos das praças (LAVINAS, 2003, p. 16).

As CEBs não é massa, mas povo que se organiza para reivindicar seus direitos, as pessoas entram por opção, no entanto; quando o povo começa a se organizar, deixa de ser massa e passa a ser povo, pessoas com vozes, direitos e deveres, são seres humanos (LAVINAS, 2003, p. 16). Acrescenta Libânio (2007, p. 193) a realidade do Reino é a ação salvadora de Deus, Deus reina com poder salvífico, de maneira concreta, no interior da história humana, é o Deus da Aliança, Deus fiel, Deus dos nossos pais, Deus que faz predileção ao povo, apesar das infidelidades. Os sofrimentos, a pobreza e a marginalização dos seres humanos necessitam ser superados (GERSTENBERGER, 1981, p. 209). Na América e Brasil, a exclusão social ainda está longe de ser um problema resolvido por causa de tantas desigualdades e comportamentos intolerantes, relacionados a sexualidade, religião e a cultura (BEZERRA, 2017, p. 6).

No entanto, podemos comemorar alguns progressos nessa área, como novo modelo de viver os ensinamentos de Jesus como irmãos, a vivência em comunidade, ser solidários e fraternos reunindo-nos em torno da palavra de Deus para ouvir sua mensagem e colocar em prática. São maneiras simples, mas eficazes no esforço de atualizar a palavra de Deus.

3.1.8 O Reino de Deus entre os pobres e excluídos

Nesses novos tempos, em que existem inúmeros desafios para a humanidade superar, a Igreja procura continuar a missão de anúncio do Reino convidando leigos e leigas para levarem a boa nova do Evangelho de Jesus em todos os lugares como instrumento de superação de diversos desafios e construindo uma nova humanidade.

O trabalho de anunciar o Reino de Deus não deve e nem pode estar apenas nas mãos dos consagrados exclusivamente a este serviço, os ministros ordenados, mas, é missão de todos aqueles que assumem o compromisso da fé em Jesus (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 104). A maioria dos membros das Comunidades Eclesiais de Base vivem com renda familiar inferior a três salários mensais, moram em casas simples, na maioria alugadas e residem em periferias (favelas), outros residem a zona rural morando em pequenos sítios, são pessoas analfabetas ou semianalfabetas, isto é, sabem ler e escrever, mas não entendem bem o que está escrito (BETTO, 1985, p. 19). Tendo como um dos exemplos de organizações movidas pelas Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) no Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins:

Diversos movimentos e instituições foram importantes para a mobilização de quebradeiras de coco babaçu, dentre os quais, a Igreja Católica, que mantinha contato com essas mulheres através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de algumas instituições como a Cáritas, fundada em 1956, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituída em 1975, que além de realizarem atividades junto a trabalhadores(as) rurais, freqüentemente os(as) apoiavam por ocasião dos conflitos de terra (BARBOSA, 2007, p. 2).

No esforço de superação das causas que afligem as pessoas mais pobres, “muitas vezes as quebradeiras, mais que representar, eram a Igreja Católica em seus povoados, elas podiam constituir o núcleo humano central, por exemplo, das CEBs e clubes de mães” (BARBOSA, 2007, p. 3). O site quem somos nós (2020, p. 13), afirma que:

A luta pelo direito à terra e ao babaçu, é também pela qualidade de vida da mulher no campo. O MIQCB tem como missão organizar as quebradeiras de coco babaçu para que conheçam seus direitos, a fim de promover a autonomia política e econômica em defesa das palmeiras de babaçu, dos territórios, do meio ambiente e da luta pela melhoria de suas condições de vida e de suas famílias, com base no bem viver.

A luta das mulheres pelo direito de continuar com o trabalho é um esforço conjunto, elas se sentem ameaçadas em seus direitos de exercer sua profissão, as grandes fazendas, as cercas elétricas, os capangas que cobram delas em castanhas

colhidas, ameaçam, até abuso sexual acontecia (BARTABURU; MENDES; MOTOKI, 2018, p. 4). Graças ao esforço de todas as mulheres reunidas no mesmo interesse o movimento das quebradeiras de coco babaçu conseguiu sua aprovação como lei que garante o direito de continuar exercendo o trabalho e preservando a natureza e a cultura (BARTABURU; MENDES; MOTOKI, 2018, p. 5).

As comunidades não ficam esperando somente pelo auxílio dos governos, mas se mobilizam, descobrem sua força, aumentam a confiança e o valor (BETTO, 1986, p. 25). Outro exemplo de trabalho que deu certo e salvou vidas milhões de mães e crianças em todo o território latino-americano é a Pastoral da Criança. A pastoral da criança fundada em Londrina por iniciativa de Zilda Arns e Dom Geraldo Majella em 1982 quando era bispo daquela diocese, movidos pelo mesmo espírito eclesial (ANJOS, 2007, p. 31). Conforme a mesma autora, no centro do trabalho da Pastoral da Criança está o corpo da mulher e o corpo da criança e a aquisição de saberes relativos ao cuidado da saúde ligados aos padrões de comportamentos e atitudes. E que:

As técnicas de higiene visam à saúde da gestante e seu 'bebê', e das crianças; é em nome dessa saúde que são difundidas orientações sobre como tomar banho, uso de roupas limpas, higiene da boca (escovação de dentes e uso do fio dental), uso de produtos de higiene, como cuidar dos seios para a amamentação, cuidado das roupas, das fezes, da urina, prevenção de doenças, vacinação. Também as mães são ensinadas a se alimentarem e a seus filhos: os bons alimentos e suas propriedades, as suas formas de preparação. Esses saberes sobre o corpo e que têm efeitos nele valorizam a mulher enquanto mãe e a ligação desta ao seu filho. Nesse cuidado do corpo prenhe, do corpo que amamenta e cria, está expressa a mulher considerada digna de atenção e celebração pela Igreja: a que vai ser mãe, a grávida, a mãe (ANJOS, 2007, p. 32).

A exemplo de Jesus as CEBs possuem uma opção clara pelos pobres, pois eles são a expressão real do Senhor e não somente seu intermediário, pois Jesus se identificou com os pobres até transformá-los no único sacramento absolutamente necessário e absolutamente universal de salvação (CASALDÁLIGA; VIGIL, 1996, p. 167). O Documento 25 da CNBB (2010, p. 11) destaca que as Comunidade Eclesiais de Base continuam sendo um sinal da vitalidade da Igreja, os discípulos e discípulas de Cristo reúnem-se para a escuta da Palavra de Deus e a busca de relações mais fraternas, celebram a vida e assumem o compromisso de transformação da sociedade. O Reino de Deus encontrou a possibilidade para a continuação na história e para o surgimento daquilo que chamamos de Igreja (BOFF, 1977, p. 64). A Igreja

é, desta forma, uma comunhão em expansão, é missão, serviço, palavra, ministérios é povo e hierarquia (MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1977, p. 51). Como anunciadora da Boa Nova do Reino de Deus a Igreja tem que realizar gestos e fatos de libertação:

como Jesus, que, no seu ministério, proclamava a Boa-nova do Reino não só com palavras, mas também com ações que eram sinais, provas, da presença da justiça e da misericórdia de Deus entre os homens. Na pregação de Jesus o Reino não é anunciado como futuro extraterreno, mas como realidade já presente e atuante na história (BARREIRO, 1981, p. 73).

O momento histórico realça aspectos essenciais que antes não se explicitavam ou não se viviam suficientemente, ou ainda, estavam diluídos na experiência eclesial (MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1977, p. 33). A comunidade de Cristo deve exercer de entrega e reconciliadora e seus discípulos deverão ser portadores da revolucionária ideia do Reino de Deus e entender sua existência como um ser-para-os-outros, como fez Jesus (BOFF, 1977, p. 65).

O esforço contínuo de promoção humana, atos de inclusão e superação conjunta dos desafios como a pobreza, a fome e a violência são meios que os agentes das Comunidades Eclesiais de Base fazem continuamente. Assim, como os pobres, os negros, indígenas e outros grupos encontram acolhida e são valorizados como seres humanos essas comunidades possibilitam o resgate dos seus valores éticos e culturais e fraternos.

3.1.8.1 As CEBs e o movimento negro

No interesse em possibilitar espaços em que as pessoas podiam ouvir e serem ouvidas que a Igreja, principalmente as CEBs se empenharam na luta de conscientizar seus membros em relação aos seus deveres e direitos sociais.

Foi com o Concílio do Vaticano II que a Igreja da América Latina principalmente partir de Medellín em 1968 passou a ser a voz dos que não tinham voz (BETTO, 1985, p. 22). Nesse período os movimentos negros encontram na Igreja espaços para expressar sua cultura, sua fé, sem negar sua cor, e celebrar a vida como dom de Deus, em nível de igualdade para com todos (as) (CARVALHO; FLORES, 2021, p. 285). No dia 22 de novembro de 1981, um evento incomum ganhou extensa

repercussão na cidade do Recife-PE, onde foram mobilizados setores progressistas do clero e da sociedade civil, pois:

Trata-se da Missa dos Quilombos, celebração dirigida especialmente aos descendentes de africanos no Brasil como parte das atividades do Dia Nacional da Consciência Negra daquele ano. A solenidade revelou uma aproximação de clérigos ligados à Teologia da Libertação com o recém-organizado Movimento Negro brasileiro, numa conjuntura em que a questão racial impôs aos teólogos uma revisão da prática católica à luz do passado da opressão escravista e das ações concretas de discriminação racial do presente que afligem a população negra (CARVALHO; FLORES, 2021, p. 185).

O movimento negro encontrou diretrizes para lutar pelos seus direitos que lhes eram negados, “esses agentes pastorais, ao identificar os problemas sociais, descortinam o racismo e a discriminação racial na sociedade brasileira, como agravante do processo de marginalização do negro” (DE JESUS, 2021, p. 2). A partir do Concílio Vaticano os setores progressistas da Igreja aproximaram-se dos mais pobres, dos oprimidos, isso, tornou-se mais acessível nos primeiros anos da década de 1970 com a Teologia da Libertação, que parte da premissa de que o Evangelho exige a preferência pelos mais pobres (CARVALHO; FLORES, 2021, p. 187). “A constituição da negritude na Igreja é impulsionada pelo trabalho de padres, religiosos e seminaristas negros que direcionam suas ações para a consciência negra na Igreja, tanto para o interior do campo religioso, quanto para as CEBs” (DE JESUS, 2021, p. 3). Quando a pessoa negra compreende o seu valor, ela assume sua identidade, sua cultura e sua opção.

Ser negro/a é uma atitude, um modo de ser, de sonhar, de trabalhar, de rezar, de fazer amor, de liderar [...] é uma opção política, uma escolha, uma opção evangélica, [...] uma responsabilidade, uma filosofia, um jeito de ser, de assumir a vida” (GASS; SANTOS; KRONBAUER, 2006, p. 55).

Como verdadeiras escolas de formação para a cidadania, as comunidades de base ajudaram muitos grupos se organizaram como sociedade e a resgatar os direitos negados como por exemplo a comunidade negra (DE JESUS, 2021, p. 4). O despertar de uma nova consciência livre de preconceitos, em que negros e indígenas sintam-se reconhecidos e valorizados como seres humanos, sinaliza a presença de um novo alvorecer na história.

3.1.8.2 Os povos indígenas e as CEBs

O anúncio do evangelho é para todos (as) mas não força nenhuma pessoa aderir ou não sua proposta libertadora. Em seu próprio território os povos indígenas viram suas vidas serem ceifadas, os territórios tirados a força por pessoas que exploram e matam. No entanto, a Igreja vem procurando fortalecer vínculo solidariedade aos povos indígenas defendendo suas vidas, liberdades, sendo solidária com as vítimas de violências e defesa de seus territórios.

Usando uma imagem elucidativa, as CEBs são peixes de aquários nadando em grandes mares e o seu anteparo é a sua grande diferença, o seu jeito original de ser Igreja, pois, não podem e nem devem renunciar à sua especificidade e originalidade (LIBÂNIO, 1997, p. 228). Para os povos indígenas elas são aproximação, diálogo, compreensão, laços de solidariedade e construção de perspectivas compatíveis com seus projetos de vida (SUESS, 1998, p. 59). As dimensões antes esquecidas são agora discutidas.

“A própria experiência dos cristãos no processo de libertação, à luz da fé, na leitura da Palavra de Deus se abriu para uma consciência histórica não mais reflexa, mas própria, a partir da situação concreta de seu sofrimento e de suas lutas” (CALIMAN, 1989, p. 353). Assim, a presença dos povos indígenas nestas comunidades pode ser compreendida como um estímulo para a nossa autoestima como brasileiros e latino-americanos. “Pode ser vivida também como uma oportunidade de estender o nosso abraço a todos os povos indígenas, marcados pelo sofrimento, causados por nossos antepassados e nossa sociedade contemporânea” (SUESS, 1998, p. 62). Para Libânio (1997, p. 230) as CEBs têm consciência de que se articulam como rede entre si e entre as forças populares para aumentar a promoção de seu projeto utópico de interesse do povo. A situação que causa pobreza e opressão tem suas raízes históricas profundas, agora os explorados, por sua vez, promovem frentes de lutas pela justiça e engajamento social (CALIMAN, 1989, p. 353). Os membros das comunidades compreendem que temos muito a aprender com os povos indígenas, não sobre a substituição de seu universo religioso, mas sobre sua radicalização, pois é fortalecendo a causa do indígena, que as CEBs se fortalecem (SUESS, 1998, p. 66).

A causa indígena, só pode, democraticamente, defendida através de alianças e pactos de solidariedade. Na sociedade em que vivemos, amar ou defender os povos indígenas não é algo óbvio. A defesa dos povos indígenas não é uma paixão nacional. Da sensibilização depende (...) da tomada de consciência de um maior número de pessoas. É necessário assegurar a formação dessa base popular para obter um aumento da ajuda pública dedicada ao desenvolvimento das estruturas de pecado (SUESS, 1998, p. 67).

Assim como o movimento negro os povos originários da América Latina começam a sentir a liberdade de se organizarem, exigirem seus direitos, expressarem suas opiniões, estudarem mesmo com vagas limitadas nas universidades. A Igreja que evangeliza nas realidades periféricas, que se faz solidária continua viva e atuante.

3.1.8.3 As CEBs continuam vivas

Com a mais de 60 anos de história as Comunidades Eclesiais de Base se mostraram fortes e resistentes às mudanças do tempo presente continuando vivas, atuantes e atuais em relação a sua presença eclesial. Para Sassatelli (2015, p. 21) são uma igreja que nasce do povo pela ação do Espírito de Deus, por isso, jamais elas morrem, mas permanecem vivas atuantes:

Enfim, tenho certeza que as CEBs – como a Teologia da Libertação não morreram e nem estão superadas. Elas estão vivas e mais vivas do que nunca, mesmo que haja na Igreja, hoje, uma oposição orquestrada, silenciosa e, às vezes, irônica de muitas pessoas. As CEBs são o sinal concreto que o sonho de Jesus de Nazaré está acontecendo hoje.

“As Comunidades hoje continuam esta longa caminhada, sendo alimentadas pela Bíblia. Elas hoje sabem que a Bíblia é o resultado da vida comunitária do povo de Deus” (AGUIAR, 1978, p. 33). Por meio de aprofundamento da palavra de Deus, elas procuram transformar a sociedade dilacerada por valores desumanos em uma comunidade de irmãos (VELEZ, 1988, p. 35). Essa maneira nova de anunciar foi Deus que “escolheu para continuar proclamando o Reino de Deus como o sentido absoluto do homem e do mundo, onde Ele, Deus, será tudo em todas as coisas (1Cor 15,28) na máxima magnificação e respeito de cada ser” (BOFF, 1977, p. 70).

Essas comunidades possuem espaços de leitura bíblica, onde o (a) biblista desempenha papel de servidor da comunidade (Lc 22,26). É um exercício

hermenêutico, realizado em forma coletiva, em mutirão, cada um (a) apresenta o que experimenta e conhece frente a Palavra de Deus (VELEZ, 1988, p. 39). Na compreensão de Aguiar (1978, p. 33) o pessoal das comunidades hoje se empolga quando ficam sabendo que os evangelistas foram pessoas que viveram em comunidade. Dando-lhes a oportunidade clara sua caminhada, ao compreender a riqueza de um livro que nasce da vida e continua vivo nas comunidades. Elas são comunidades dos discípulos (as) missionários (as) de Jesus de Nazaré, fazem a experiência (estudo bíblico) do projeto de Deus sobre o ser humano e o mundo como utopia do Reino de Deus (SASSATELLI, 2015, p. 23).

A opção pelos marginalizados evolui para uma opção contra o sistema de marginalização e a descoberta do evangelho funde com a descoberta da união comunitária (BARREIRO, 1981, p. 75). Em sua preferência pelos empobrecidos, oprimidos e excluídos, as CEBs são uma Igreja em saída, anunciando a boa nova do Reino de Deus no mundo de hoje e denunciando profeticamente as estruturas de opressão e marginalização (SASSATELLI, 2015, p. 26). Como Igreja comunidade, inserida no mundo a serviço do evangelho se faz pobre, despojada, peregrina e servidora (SASSATELLI, 2015, p. 27). Nas palavras de Boff (1977, p. 71) “elas oxigenam a atmosfera teológico pastoral para se tentar o ainda não experimentado”.

As Comunidades Eclesiais de Base atualizam o conceito de Reino de Deus no cuidado com os pobres, excluídos, os marginalizados dando-lhes a dignidade de filhos de Deus. As mesmas comunidades foram e ainda continuam sendo a renovação da Igreja desde a base, que acolhe, valoriza e procura reconhecer a face de Jesus.

CONCLUSÃO

“Felizes vós pobres, porque vosso é o Reino de Deus” (Lc 6,20). Essa frase da perícopes lucana forma o núcleo desta pesquisa. O Reino de Deus anunciado pela comunidade lucana (6,20-26), interpretado pela Teologia da Libertação e atualizado pelas Comunidades Eclesiais de Base, pode ser considerado como chave para o renovar da esperança dos que vivem sucumbidos nas amargas experiências de pobreza e extrema pobreza. Para a população que padece na pobreza, por si mesma, não conseguiria sair do lamaçal da realidade que os aflige. Necessita de pessoas solidárias para ajudá-los, com projetos de superação das causas que levam a tais situações desumanas.

O método histórico crítico de interpretação da Bíblia ajudou a enxergar as causas mais profundas responsáveis por colocar os Bem-aventurados numa situação de risco social. Na comparação entre a duas perícopes, Mateus (5,1-12) e Lucas (6,20-26) existe uma diferença entre a estrutura do discurso, pois Mateus utiliza a fórmula sapiencial falando do Reino dos Céus, enquanto Lucas o estilo profético referindo-se ao anúncio do Reino de Deus. Os versículos de Mateus (5,1-12), embora pareçam maiores, sendo doze versículos, no entanto, cabem nos três primeiros versículos do discurso lucano (6,20-23). O conceito de Reino de Deus foi anunciado primeiramente aos discípulos, os felizes aos que se interessavam em participar do Reino de Deus e os “ais”, por sua vez, aos que não possuem interesse em participar porque se encontram satisfeitos, preenchidos e felizes.

A linguagem indica a situação social em que estavam inseridos os discípulos de Jesus. Eram pessoas literalmente pobres, pois todos os seus bens e dignidades foram saqueadas pelo poder público da época. O Império Romano proporcionou uma larga extensão de pobreza, exploração e mortes aconteciam com frequência na comunidade de Israel. A Palestina do primeiro século tinha economia fraca, isso fazia com que as pessoas mais humildes vivessem em situação desumana, desencadeando múltiplas formas de complicações sociais como emigração, neocolonizações, banditismo, revoltas e radicalismo itinerante. Os impostos altos foram os responsáveis pela situação de empobrecimento, o sofrimento era tamanho que Jerusalém se tornou, naquela época, o centro da mendicância. O anúncio aos pobres, as críticas aos ricos, são sinais claros de que a comunidade lucana passava

por dificuldades sociais e econômicas. No entanto, o sermão da planície funcionava como meio de renovação da esperança e confiança da comunidade cristã em construir um novo mundo repleto de possibilidades e realizações ainda nesta vida (Lc 6,20c).

As bem-aventuranças mostram a concretização da promessa de Deus, aqui e agora (Lc 4,21). O sermão da planície seria uma espécie de promessas interrogadas a partir do imperativo, no seu contexto e no ambiente de sua própria situação. Eram regras que a comunidade sabia muito bem: amor aos inimigos (6,27-35); terem misericórdia e gratuidade para com outros (6,36-38); manifestarem amor e zelo com aquele que é seu mestre (6,39-45) colocando em prática o que lhes foi transmitido (6,46-49). Lucas possui uma única preocupação central, que era a de Jesus, o Reino de Deus. Com a certeza da presença de Jesus caminhando junto à comunidade lucana sente-se livre e motivada para o anúncio da boa notícia. O medo das autoridades políticas e religiosas que o impedia trabalhar na construção deste Reino já não existe, pois foi superado.

Dando continuidade aos ensinamentos do mestre Jesus os teólogos da libertação interpretam o conceito de Reino de Deus na América Latina dizendo que a realidade de pobreza e opressão que existia no tempo das primeiras comunidades continua atualmente. Os altos impostos ainda são a causa responsável por ceifar milhões de inocentes. É notável a existência do abismo entre os ricos e os pobres, assim, como a dicotomia entre os reinos deste mundo com seu sistema capitalista, consumista, explorador, exclusivista e o Reino de Deus que não pode ser comparado com nenhum regime governamental, pois, por enquanto continua como realidade utópica. Os teólogos entendem que o modelo socialista é o que mais se aproxima da comparação com o Reino de Deus, no entanto, não oferece as condições necessárias em relação a sua qualidade de vida e a dignidade humana. Por isso os mesmos teólogos são unânimes ao afirmar que o Reino de Deus inicia a partir dos pobres, com os pobres, os escolhidos por Deus simplesmente por serem injustiçados, não foram livres para escolherem tais condições desumanas, estão lá por força da exploração de uma classe elitista escravocrata. Ao escolher os pobres para serem os primeiros a participarem do seu Reino, Deus revela seu protesto contra as práticas injustas.

Em seu contínuo esforço para atualizar o conceito de Reino de Deus, as Comunidades Eclesiais de Base realizam trabalhos solidários e fraternos de maneira conjunta em sintonia com o Evangelho e a Igreja Católica Apostólica Romana. Conseguiram desenvolver atividades direcionadas a superação das desigualdades

sociais, principalmente saciando as necessidades mais elementares dos membros das comunidades. Foi com as CEBs que os pobres e semianalfabetos conseguiram aprender a ler a Bíblia e traduzir seus ensinamentos na maneira de viverem em comunidade. Os círculos bíblicos permitiram que a Igreja vivesse a realidade dos primeiros cristãos que se reuniam ao redor de Jesus, e partilhavam tudo o que possuíam com os necessitados. Com a leitura da Bíblia em fraternidades aos poucos foi nascendo uma nova forma de vida pautada na expressão de cuidado, respeito, zelo e compromisso com o outro que sofre. Nos círculos de partilha da palavra de Deus todos sentem que estão interligados ou entrelaçados pelos vínculos de filhos (as) de Deus e discípulos de Jesus.

A espiritualidade das Comunidades Eclesiais de Base é a espiritualidade do cuidado com o irmão (a) que sofre, é uma força interior que move cada membro para serem solidários com os pobres e oprimidos. Uma espiritualidade humana, acolhedora e fraterna. Nas comunidades ela possibilitou uma rica manifestação artística com músicas, poesias, pinturas, símbolos, de sua identidade religiosa e cultural. Ela é estímulo nas lutas pela superação do individualismo e descuido do outro.

Os cantores das Comunidades Eclesiais de Base cantam a palavra de Deus traduzida em linguagens acessíveis ao povo periférico. O rito geralmente é animado despertando toda a comunidade para marchar com alegria. A palavra do Evangelho é cantada como luz que clareia o caminho do povo que luta, fortalece o sentido de liberdade e amizade, fraternidade. Na música *Tempo de Deus* Zé Martins canta o Reino de Deus como um povo organizado, forte, que luta com alegria, com braços erguidos na certeza da vitória; um povo que não se deixa ser explorado; são acalantados pela certeza do Reino de Deus já se faz presente na história.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Padre Alaor Rodrigues de. *CEB, Gente que se faz gente na Igreja*. Goiânia: Equipe Regional, 1978.

ALAND, K.; BLACK, M. *The Greek New Testament*. Württemberg: United Bible Societies, 1994.

ALBUQUERQUE, Francisco das Chagas de. Teologia Latino-americana. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 66, p. 603-620 set./dez.2020. Disponível em: 10.17771/PUCRio.ATeo.50677. Acesso em: 13 Jan. 2023.

ALBUQUERQUE, Francisco das Chagas de. Teologia da Libertação na pós-modernidade: contribuição à humanização. *Perspectiva Teológica*, v. 48, n. 2, p. 289-289, 2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3550>. Acesso em: 16 dez. 2022.

APARECIDA. (Texto oficial) conclusões da Vª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. São Paulo: Paulinas, 2007.

AQUINO JÚNIOR, Francisco. Libertação e Salvação: revisitando Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez 50 anos depois. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 179-197, Jan. /Abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20911/21768757v54n1p179/2022>. Acesso em: 14 nov. 2022.

AQUINO JÚNIOR, Francisco. O Lugar social da Teologia. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 45, n. 125, p. 127-145, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20911/21768757v45n125p127/2013>. Acesso em: 18 jan. 2023.

AZEVEDO, Marcello de Carvalho. CEBs a Articulação de Fé – Cultura – Sociedade no Brasil. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 12, n. 35, p. 53-77, 1985. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2053> /Acesso em: 19 mar. 2023.

AZEVEDO, Marcello. *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé*. São Paulo: Loyola, 1986.

BARBÉ, Domingos. *A Graça e o Poder*. As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1983.

BARCELLOS, Caco. Profissão Repórter, programa jornalístico da Rede Globo de Televisão. A realidade que levou o Brasil de volta ao Mapa da Fome segundo os dados fornecidos pela ONU. São Paulo, 08 Jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/07/08/profissao-reporter-mostra-a-realidade-que-levou-o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome-da-onu.ghtml>. Acesso em: 12 de jul. 2022. 21:23:19

BARREIRO, Álvaro. As Comunidades Eclesiais de Base como modelo inspirador da nova evangelização. *Perspectiva Teológica*, v. 24, n. 64, p. 331-331, 1992. Disponível

em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1244>. Acesso: 3 mar. 2023.

BARREIRO, Álvaro. *Comunidades Eclesiais de Base e a Evangelização dos pobres*. São Paulo: Loyola, 1981.

BARROS, Wellington da Silva. A opção pelos pobres como fundamento da missão eclesial nas Conferências de Medellín e Puebla. *ESPAÇOS-Revista de Teologia e Cultura*, v. 27, n. 1, p. 69-80, 2019. Disponível em: <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/576>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BACH, Pe. José Marcos. *A esperança cristã*. Guardar tradições ou abrir horizontes? São Paulo: Paulus, 1999.

BARTABURU, Xavier; MENDES, Ana; MOTOKI, Carolina. Quebradeiras de coco babaçu. *Jornal: Reporter Brasil*, 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/quebradeiras-de-coco-babacu/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 11. impr. São Paulo: Paulus, 2002. (Coord.: José Bortolini; Vittorio Saraceno; Arno Brustolin).

BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA, TEB. São Paulo: Loyola, 1994.

BÍBLIA - Bíblia do Peregrino. Comentários de L. A. SCHÖKEL. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese. As Comunidades Eclesiais de Base reinventam a Igreja*. Cadernos de Teologia e Pastoral. Petrópolis: Vozes, 1977.

BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOFF, Leonardo. *Experimentar Deus. A transparência de todas as coisas*. Campinas: Versus, 2002.

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Da Libertação*. O sentido teológico das libertações sócio – históricas. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOING, Vera Maria Lanzellotti Baldez. Cristianismo. *Revista CRE atividade*, v. 2021, n. 1, p. 1-6, 2015. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_cre.php?strSecao=fasciculo&fas=52568&NrSecao=X3&nrseqcon=25361 . acessado em: 9 Abr. 2023.

BOMBONATTO, Vera Ivanise. O compromisso de descer da cruz os pobres. In: VIGIL, José Maria (Org.). *Descer da Cruz os Pobres*: Cristologia da Libertação. São Paulo: Paulinas, 2007. P. 37-47.

BORGES, Isabella Nogueira. *As hortas comunitárias urbanas e suas contribuições para a educação ambiental e a sustentabilidade*: compreensões e experiências dos usuários da Horta Comunitária do Guará-DF. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) Universidade de Brasília UNB, Planaltina-DF. 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25994>. Acesso em: 2 mai. 2023.

BOVON, François. *Luca*. Comentário Paideia. Brescia: Paideia Editrice, 2005.

CALIMAN, Cleto. O 79º ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBS. *Perspectiva Teológica*, v. 21, n. 55, p. 351-351, 1989. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1388>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. *Polis, Revista Latinoamericana*, Santiago / Chile, n. 47, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/12585#:~:text=Segundo%20dados%20da%20CEPAL%2C%20em,os%20n%C3%BAmeros%20absolutos%20tamb%C3%A9m%20cresceram>. Acesso em: 14 out. 2022

CAMURÇA, Marcelo. Teologia da Libertação: uma teologia da periferia e dos excluídos. *ComCiência*, n. 146, p. 1-4, mar./abr. 2013. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542013000200008&lng=pt&nrm=is&lng=pt. Acesso em: 23 jan. 2023.

CARVALHO, André Eduardo Bezerra de; FLORES, Elio Chaves. Igreja Católica e Movimento Negro: a Missa dos Quilombos do Recife (1981). *Revista Crítica Histórica*, v. 12, n. 23, p. 283-309, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/12007>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da libertação*. Série: III A Libertação na história. Petrópolis: Vozes, 1996.

CASALEGNO, Alberto. Pobreza e riqueza no evangelho de Lucas. *Perspectiva Teológica*, v. 20, n. 50, p. 9-33, 1988. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1686>. Acesso em: 5 jan. 2023.

COMBLIN, José. *Teologia da missão*. Petrópolis: Vozes, 1973.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998. Brasília: CNBB, 1992.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998. Brasília: CNBB, 1998.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Mensagem do Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base. Brasília: CNBB, 2010.

CRISTOFANI, José Roberto. Javé, o amparador dos excluídos – uma exegese do Salmo 146. *Reflexus*, v. 8, n. 11, p. 45-71, 2014. Disponível em: scholar.archive.org. Acesso em: 5 fev. 2022.

DA MATTA, Roberto. Você tem cultura. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 121-128, 1986. Disponível em: <https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/Voce-tem-cultura.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

DE JESUS, Marize Conceição. Os estreitos laços entre a igreja católica e o movimento negro em tempo de repressão e autoritarismo. ANPUH-Brasil, 31 *Simpósio nacional de história*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628787913_ARQUIVO_b3f8d0a00492b5d0f8f12c14e59ab4ac.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

DUSSEL, Henrique D. *Caminhos de libertação latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1984.

FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos II*. Tradução e comentários. São Paulo: Loyola, 1992.

FERRAZ, Chrystiano Gomes; RANGEL, Dian Henriques. Para uma Espiritualidade do Encontro: uma Proposta de Espiritualidade Cristã a partir das Encíclicas do Papa Francisco. *REVELETEO-Revista Eletrônica Espaço Teológico*, São Paulo, v.15, n. 27, p. 50-65, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2177-952X.2021v15i27p50-65>. Acesso em: 14 Abr. 2022.

FERREIRA, Joel Antônio. *Jesus na origem do cristianismo: os vários grupos que iniciaram o cristianismo*. Goiânia, Puc Goiás, 2012.

FERREIRA, Marcelo. Há 34 anos, padre Josimo era assassinado por sua luta em defesa da terra. Jornal: *Brasil de Fato*. Porto Alegre, 10 mai. 2020. p. 1. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/10/ha-34-anos-padre-josimo-era-assassinado-por-sua-luta-em-defesa-da-terra#:~:text=Com%2033%20anos%2C%20o%20padre,junto%20a%20fam%C3%ADlias%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FITZMYER, Joseph A. *El Evangelio Según Lucas, II*. Traducción y Comentario Capítulos 1-8,21. Madrid: Cristiandad, 1987.

GALLARDO, Carlos Bravo. *Cambio social y pensamiento Cristiano en América Latina*. Del tema del Éxodo al seguimiento de Jesús. Madrid: Trota, 1993.

GASS, Ildo Bohn; SANTOS, Sônia Querino dos; KRONBAUER, Selenir Correia Gonçalves. *Negro sim, negro sim, como Deus me criou*. Leitura da Bíblia na Perspectiva da Negritude. São Leopoldo: CEBI, 2006.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./ dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/?form>. Acesso em: 29 jan. 2023.

GEORGE, A. *Leitura do Evangelho segundo Lucas*. 4ª Edição. São Paulo: Paulus, 1973.

GERSTENBERGER, Erhard S. Exegese Vétero-testamentária e sua contextualização na realidade. *Estudos Teológicos*, v. 24, n. 3, p. 203-213, 1984. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22351/et.v24i3.1276>. Acesso em: 16 ago. 2022.

GODOY, Daniel. Roma, Palestina e a Galileia do século I. *Revista de Interpretação Bíblica Latino Americana*. Petrópolis, Vozes, v. 2, n. 2, p. 44-56, 2004.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SANTOS, Dulcinéia Gabriela Medeiros. Comunidades Eclesial de Base (CEBs) e a Educação: Contribuição dos Movimentos Sociais para a formação de docente. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 56-65, jan /jun, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20293/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

GRÜN, Anselm. *O que devo fazer*. Respostas as questões que a vida coloca. Petrópolis: Vozes, 2009.

GUERRA, Danilo Dourado; SILVA, Lucas Ferreira Barbosa da. Os ricos e os excluídos no Evangelho de Lucas: uma abordagem de Lc 6, 20-26. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 30, n. 3, p. 486-500, 2020.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Perspectiva. Tradução: SILVA, Yvone Maria de Campos da; MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Loyola, 2000.

HAAS, Verônica Velho. Os excluídos e as CEBs. *Revista Encontros Teológicos*, v. 9, n. 2, p. 15-19, 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/Cirone/Downloads/lepidus,+Os+exclu%C3%ADdos+e+as+CEBS+-+RET17+-+p.15-19.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

HORSLEY, Richard A. *Jesus e o império*, o reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus, 2004.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao novo testamento*. 2. História e literatura do cristianismo primitivo. São Paulo: Paulus, 2016.

LACHOWSKI, Gibran Luis; CARNAHIBA, Ana Paula Ramos. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e “Bem Viver”: diálogo, cultura e atualização de utopia. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, vol. 7, n. 2, p. 143-163, 2020. Disponível em:

<https://periodicos2.unemat.br/index.php/ccs/article/view/5218>. Acesso em: 6 jun. 2022.

LANCELLOTTI, Ângelo; BOCCALI, Giovanni. *Comentário ao Evangelho de São Lucas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias práticas. *Economia*, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002/ out. 2003 Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2005/governanca_2005_Pobreza_Exclus%20Lena%20Lavinias.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023

LEPARGNEUR, Humberto. *Teologia da Libertação*. São Paulo: Convívio, 1979.

LIBÂNIO, João Batista. A redescoberta do Reino na Teologia. In: VIGIL, José Maria (Org.). *Descer da Cruz os Pobres: Cristologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2007. P. 188-198.

LIBÂNIO, João Batista. O IX Encontro Intereclesial das CEBs São Luís do Maranhão– julho de 1997. *Perspectiva Teológica*, v. 29, n. 78, p. 225-225, 1997.

LIMA, Lucia Maria Constâncio. Comunidades Eclesiais de Base no Rio de Janeiro. A experiência dos Círculos e das CEBs no Vicariato Oeste do Rio de Janeiro. *Monografia (Graduação em Teologia)* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 13-26, 2009.

MALTA, Calmon Rodovalho. A experiência de Deus do Bispo do Araguaia: O compromisso de fé de Dom Pedro Casaldáliga, CMF. *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*, v. 13, n. 1, p. 47-60, 2022. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/5104>. Acesso em: 14 fev. 2023

MANZATTO, Antônio. Canções nas Cebes. *Annales Faje*, v. 7, n. 3, p. 37-43, 2022. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/5252>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MANZATTO, Antônio. Literatura e Teologia da Libertação. *Teoliterária-Revista de Literaturas e Teologias*, v. 2, n. 4, p. 73-86, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/22902/16571>. Acesso em: 13 out. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre la Religión*. Salamanca: Gráfica Religión Sociedad, Ediciones Sígueme, 1974.

MASLOWSKI, Adriano André; DIEKMANN, Leonardo Envall. A opção preferencial pelos pobres como modo de ser cristão a partir da Teologia da Libertação. *Revista Missioneira*, v. 19, n. 1, p. 95-104, jan./jun. 2017.

MAREDSOUS. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. São Paulo: Loyola, Paulinas, Paulus, Academia Cristã, 2013.

MATTEI, Lauro. Políticas Públicas de combate à Fome na América Latina: evidências a partir de países selecionados. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 19, n. 1, p. 85-101, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11634>. Acesso em: 7 set. 2022.

MARINS, José; TREVISAN, Teolide Maria; CHANONA, Carolee. *Comunidades Eclesiais de Base na América Latina*. Origem, conteúdo, perspectivas. São Paulo: Paulinas, 1977.

MARQUES, Maria Antônia; NAKANOSE, Shigeyuki. Felizes vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus. *Vida Pastoral*, São Paulo, v. 54, n. 292, p. 10-22, 2013.

MAZZAROLO, Isidoro. *As 55 Bem-aventuranças do Novo Testamento*. Impactos sociológicos, jurídicos, econômicos e teológicos. Exegese e hermenêuticas. São Paulo: Paulus, 2023.

MAZZAROLO, Isidoro. *Lucas, A Antropologia da Salvação*, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Comunicações Imprensa Ltda, 2004.

MAZZAROLO, Isidoro. *Lucas e João*. Uma nova leitura dos evangelhos. 2º Edição. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Comunicações Imprensa Ltda, 2004.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia Cultural*. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MEZZOMO, Augusto A. Dignidade e direitos da pessoa humana – pesquisa da visão antropológica e teológica no pensamento dos sábios ao longo da história. *Revista: Bioethikos*. v. 5, n. 2, p. 193-200, 2011. Disponível em: <https://saocamilosp.br/assets/artigo/bioethikos/85/193-200.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

MIEN, Aleksandr. *Jesus mestre de Nazaré*. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

MIGUEL, Adinael Carlos. *A importância do Reino de Deus na Cristologia da América Latina*. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, n. 48, p. 7-20, ago. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002>. Acesso em: 4 mai. 2022.

MOREIRA, Gilvander Luís, o. carm. *Lucas e Atos: uma teologia da história*. Teologia Lucana. Estudos Bíblicos. São Paulo: Paulinas, 2012.

MOSCONI, Luis. *Profetas da Bíblia*. Para cristãs e cristãos rumo ao novo milênio. São Paulo: Loyola, 1998.

MURAD, Afonso. As Celebrações nas CEBs. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 18, n. 46, p. 383-392, 1986. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1814>. Acesso em: 2 set. 2022.

NEUTZLING, Inácio. *O Reino de Deus e os pobres*. São Paulo: Loyola, 1986.

NOLAN, Albert. *Jesus hoje*. Uma espiritualidade de liberdade radical. São Paulo: Paulinas, 2008.

NORONHA, Cejana Uira Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307>. Acesso em: 10 out. 2022.

OFÍCIO DIVINO DAS COMUNIDADES. Introdução. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2018.

OLIVEROS, Roberto. Historia de la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.) *Misterium Liberationis*. Conceptos fundamentales da Teología de la Liberación. Madrid: Trota, 1990. P. 17-50.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). *Quem somos nós*. São Luís, 2007, p. 5. Disponível em: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>. Acesso em: 18 fev. 2023.

PAGOLA, José Antônio. *O Caminho aberto por Jesus /Lucas*. Petrópolis: Vozes, 2012.

PAGOLA, José Antônio. *Jesus, Aproximação histórica*. 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

PAROSCHI, Wilson. O reino de Deus em Lucas e Atos. *Práxis Teológica*, v. 2, n. 2, p. 45-56, 1998. Disponível em: <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/praxis/article/view/572>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PAULA, Josymara Dias de. *As Bodas de Caná (João 2,1-11): o 'vinho novo' como reconstrutor das relações de gênero*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

PIKAZA, Javier. *A teologia de Lucas*. Coleção: Teologia dos Evangelhos de Jesus 3. São Paulo: Paulinas, 1978.

RECH, Helena Teresinha. Espiritualidade Ecológica. O caminho do coração. Partilha de uma experiência. *Revista Atualidade Teológica*. Puc Rio, n.37, p.137-145, jan/abri, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18906/18906.PDF>. Acesso em: 27 nov. 2021.

RIBEIRO, Célia Maria. Vida Religiosa consagrada e o desafio da missão à luz do carisma original na Ordem de São Francisco de Assis. *Último Andar*, n. 28, p. 105-

117, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/29742>. Acesso em: 11 dez. 2021.

RICHTER REIMER, Ivoni. *As bem-aventuranças como antídoto contra a dominação e corrupção*. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-etodista/index.php/Ribla/article/view/8848>> acesso em: 14 out. 2021.16:20:13

RICHTER REIMER, Ivoni. *Trabalhos acadêmicos: modelos, normas e conteúdos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SANTOS, Carlos César dos; MOREIRA, Gilvander Luís. CEBs: Memória e Utopia. Reflexões a partir do 11º Intereclesial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v.65, n.260, p.875-899, 2005. Disponível em:<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1629>. Acesso em: 5 nov. 2021.

SANTOS, Erike. Uma reflexão sobre o conceito de libertação à luz de José Comblin na perspectiva do Reino de Deus. *Revista Contemplação*, v. 9, n. 27, p. 156-163, 2022. Disponível em: <https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/333>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Lutas e Perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo, 1980-2000*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *As Comunidades Eclesiais de Base no processo de urbanização de Uberlândia*. Monografia em História, pela Universidade Federal de Uberlândia MG, 1988. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19995/1/ComunidadesEclesiaisBase.pdf>. Acesso em: 13 Out. 2021. Acesso em: 3 abr. 2023.

SASSATELLI, Frei Marcos, OP. *As CEBs na Eclesiologia de Medellín*. Goiânia: Scala, 2015.

SBARDELOTTI, Emerson. A mística e espiritualidade das canções de Zé Martins. *Revista Contemplação*, v. 21, n. 2020. Disponível em: <https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/216>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SBARDELOTTI, Emerson. A espiritualidade das CEBs no mundo urbano. *Vida Pastoral*, v. 58, n. 318, dez. 2017. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/edicao/a-espiritualidade-das-cebs-no-mundo-urbano/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SCHÖKEL, L. Alonso; DIAZ, J. L. Sicre. *Os profetas I - Isaías e Jeremias*. Grande comentário bíblico. São Paulo: Paulinas, 1988.

SIEPIERSKI, Paulo. Espiritualidade e pobreza. Reflexão e práxis da libertação em São Basílio Magno. *Perspectiva Teológica*, v. 20, n. 51, p. 219-219, 1988. Disponível

em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1681>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SILVA, Lucas Ferreira Barbosa de. *“Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus”*: Perspectiva Histórico-Social e Escatológica de Lucas 6,20. Dissertação (Mestrado em Ciências da religião), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SILVA, Valmor da. Em favor de pessoas pobres, enfermas e prisioneiras. *Estudos Bíblicos*, São Paulo, v. 35, n. 139, p. 243-257, 2018. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/55>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SILVA, Willian Marcelo da; EUCLIDES, Edmilson. Reino de Deus e dignidade humana: atualização da mensagem de Cristo na América Latina. *Cadernos de Fé e Cultura*, v. 3, n. 2, p. 103-116, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2525-9180v3n22018a4442>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SILVEIRA, Rogério Goldoni. O Senhor dá pão para os famintos: estudo do salmo 146. *Estudos Bíblicos*, São Paulo, v. 35, n. 137, p. 45-56, 2018. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/77>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SIMÕES, Cristina Aleixo. *Jesus como grande profeta e a força da sua palavra em Lucas 7, 11-23*. Dissertação (Mestrado em Teologia), Universidade Católica do Paraná, 2016.

SOARES, Paulo Sérgio. *Iniciativa de Deus e co-responsabilidade humana*. Teologia da graça. Estudos bíblicos. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOBRINO, Jon. *A fé em Jesus Cristo*. Ensaio a partir das vítimas. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOBRINO, Jon. *Espiritualidade da Libertação*. Estrutura e conteúdo. São Paulo: Loyola, 1992.

SOFIATI, Flávio Munhoz. O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 215-234, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/pmBW64JFdBPkcHFG9tGgb8h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2022.

SOUSA, Fernando Figueredo de. *Mendigos e Ricos nas palavras de Jesus segundo Lucas: uma análise de Lucas 6,20-26*. Dissertação (Mestrado em Ciências de Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SOUZA JUNIOR, Edvaldo Vieira de. Os lugares da cultura urbana e do catolicismo nas comunidades de Periperi: Arte, Política e Memória da Igreja Católica em Salvador. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, v. 7, n. 2, p. 147-167, jul/ dez, 2017. Acesso em: 11 fev.2022.

SOUZA, Felipe. Padre Júlio Lancellotti: o que é a arquitetura antipobres denunciada por religioso em São Paulo. Da BBC News em São Paulo. 6 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59898188>. Acesso em: 9 fev. 2022. 23:18:32

STADELMANN, Luís, I. J. SJ. Diálogo Ecumênicos e Interreligioso. Curso de pós-graduação Lato Sensu. *Encontros Teológicos*. Florianópolis: n. 38, p. 67-79, 2003. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/1549/1213>. Acesso em: 11 mar. 2023.

STEGEMANN, Ekkehard W; STEGEMANN, Wolfgang. *História Social do Protocristianismo*, Os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Paulus, 2004.

STOGER, Alois. *O Evangelho Segundo Lucas*. Traduzido por Frei Álvaro Machado, O.F.M. Petrópolis: Vozes Limitada, 1973.

STRINGHINI, Pedro Luiz. O Evangelho de Lucas e o Jubileu do Ano 2000. *Revista de Cultura Teológica*, n. 22, p. 13-30, 1998.

SUESS, Paulo. Presença indígena nas CEBs-aprendizado, diálogo, solidariedade. *Revista de Cultura Teológica*, n. 24, p. 61-72, 1998. Acesso em: 9 mar. 2023.

SUNG, Jung Mo. Teologia da Libertação e a “revolução da estrutura mítica” do capitalismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 76, n. 304, p. 792-819, 2016. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/137>. Acesso em: 11 set. 2022.

TAMAYO, Juan José. Recepción en Europa de la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Org.) *Misterium Liberationis*. Conceptos fundamentales da la Teología de la Liberación. Madrid: Trota, 1990. P. 51-78.

TAMEZ, Elsa. Los mártires de América Latina, a la luz del martirio de Perpetua y Felicitas. *Revista Latinoamericana de Teología*, v. 22, n. 65, p. 153-162, 2005. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Os+martires+da+Am%C3%A9rica+Latina+&btnG=. Acesso em: 24 jan. 2023.

TEIXEIRA, Faustino. Os Intereclesiais das CEBs: identidade em construção. *Perspectiva Teológica*, v. 29, n. 78 p. 155-187, 1997. Disponível: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/894>. Acesso em: 3 abr. 2023.

TREIN, Hans Alfred. Religiões indígenas desafiam reflexões bíblico teológicas sobre Deus, Criação e Terra. Congresso Internacional da Faculdades EST, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*, v. 1, n. 1, p. 1081-1095, 2012. Acesso em: 18 abr. 2023.

VASCONCELLOS, Pedro Lima; SILVA, Valmor da. *Caminhos da Bíblia*. Uma história

do povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2003.

VAZ, Eurides Divino. *O Evangelho de Lucas. A infância, pregação para o ministério e ministério público de Jesus*. Goiânia: Vieira, 2005.

VELEZ, Neftali. A leitura bíblica nas Comunidades Eclesiais de Base. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana / RIBLA*. Petrópolis: Vozes, v. 1, n. 1, p. 26-43, 1988.

WITT, Osmar Luiz. 6º Domingo após Epifania: Lucas 6.17-26. In: *Proclamar Libertação: Auxílios Homiléticos*, v. 26. São Leopoldo: Sinodal, 2001. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/lucas-6-17-26>. Acesso em: 21 jan.2022.

ZANINI, Rogério; BELEGANTE, Dorvalino. A profecia bíblica na defesa da justiça e da vida. Se calarem a voz dos profetas as pedras falarão (Lc 19,40). *Encontros Teológicos*. Florianópolis: v. 35, n. 3, Set.-Dez, p. 519-540, 2020. Disponível: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1614>. Acesso em: 3 mai. 2022.